

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

LARISSA FLÁVIA MONTEIRO SILVA ROSA

Da manutenção à ruptura do silêncio: a cobertura jornalística da Rede Globo sobre os estupros cometidos pelo médium “João de Deus”

SÃO PAULO

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

LARISSA FLÁVIA MONTEIRO SILVA ROSA

Da manutenção à ruptura do silêncio: a cobertura jornalística da Rede Globo sobre os estupros cometidos pelo médium “João de Deus”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, na Área de Concentração I (Teoria e Pesquisa em Comunicação), Linha de Pesquisa 2 (Linguagens e Estéticas da Comunicação), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP), como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes.

SÃO PAULO

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, exclusivamente para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Rosa, Larissa Flávia Monteiro

Da manutenção à ruptura do silêncio: a cobertura jornalística da Rede Globo sobre os estupros cometidos pelo médium "João de Deus" / Larissa Flávia Monteiro Rosa ; orientadora, Mayra Rodrigues Gomes. -- São Paulo, 2020.
141 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão original

1. Violência contra a mulher 2. Estupro 3. Jornalismo 4. Análise de Discurso 5. Comunicação I. Rodrigues Gomes, Mayra II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

Autora: ROSA, Larissa

Título: Da manutenção à ruptura do silêncio: a cobertura jornalística da Rede Globo sobre os estupros cometidos pelo médium “João de Deus”

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes – ECA/USP (orientadora)

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aprovada em: __/__/____

Agradecimentos

Agradeço à Profa. Mayra Rodrigues Gomes, que orientou este trabalho, e a todos os funcionários da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em especial ao corpo docente e à secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, que viabilizou minha dedicação a este trabalho por meio da concessão de uma bolsa de estudos. Em um momento político como o que vivemos no Brasil, de institucionalização da burrice e culto à ignorância, é fundamental a preservação de nossas agências de fomento, da ciência e da universidade pública.

Agradeço à minha mãe, Silvia Monteiro, à minha irmã, Letícia Monteiro, ao meu pai, Flávio da Silva Rosa, e ao meu padrasto, Laércio Faria. Vocês são família e me ajudam a sonhar todos os dias.

Agradeço à minha namorada, Maria Júlia Guerra, que faz da minha vida muito mais gostosa de ser vivida.

Agradeço a todos os meus amigos e amigas. A relação de cumplicidade, afinidade de sonhos e objetivos e admiração recíproca que construímos é linda demais. Aos patinhos feios, Cinthia Gomes, Michelle Dias e Santiago Garcia, sem os quais a experiência do Mestrado não teria sido a mesma, definitivamente.

Obrigada por tudo!

Nós podemos aprender a trabalhar e a falar quando estamos com medo, da mesma forma que nós aprendemos a trabalhar e a falar apesar de cansadas. Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que às nossas necessidades de linguagem e definição, mas enquanto esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio nos sufocará.

Audre Lorde

A transformação do silêncio em linguagem e ação

Resumo

ROSA, Larissa Flávia Monteiro Silva. Da manutenção à ruptura do silêncio: a cobertura jornalística da Rede Globo sobre os estupros cometidos pelo médium “João de Deus”. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2020.

A exibição do depoimento de 4 mulheres que acusaram o médium “João de Deus” por abuso sexual no programa *Conversa com Bial* do dia 07 de dezembro de 2018 provocou uma reação em cadeia. Alguns dias após o programa ir ao ar na Rede Globo, o Ministério Público de Goiás e o Ministério Público de São Paulo já haviam recebido o contato de mais de 500 mulheres que também haviam sido vítimas do médium. Esta pesquisa de Mestrado foi estruturada a partir desse caso, adotando como corpus de análise, além do programa supracitado, uma edição do *Altas Horas* de 2016 e outra do *Fantástico* de 2012 sobre o trabalho de João Faria. A partir do material selecionado, proponho uma leitura crítica sobre o processo de cobertura jornalística da Rede Globo tanto sobre o caso quanto sobre o trabalho de João Teixeira de Faria anterior às denúncias, visando trabalhar uma questão central: como o domínio sobre os corpos das mulheres e o domínio sobre o discurso se relacionam e se manifestam em casos de estupro. Para se pensar a construção, manutenção e rompimento do silêncio, serão utilizados autores e autoras da Análise de Discurso em diálogo com pensadoras da condição feminina.

Palavras-chave: Estupro. Violência contra a mulher. Análise de discurso. Jornalismo. Comunicação.

Abstract

ROSA, Larissa Flávia Monteiro Silva. From maintenance to the break of the silence: Rede Globo's journalistic coverage of the rapes committed by the medium "John of God". 141 f. Dissertation (Master of Communication Sciences) – School of Communications and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The testimony of 4 women who accused the medium "John of God" for sexual abuse in the program *Conversa com Bial* on December 7, 2018, provoked a chain reaction. A few days after the program aired on Rede Globo, the Public Ministry of Goiás and the Public Ministry of São Paulo had already received contact from more than 500 women who had also been victims of the medium. This Master's research was structured based on this case, adopting as a corpus of analysis, in addition to the aforementioned program, an edition of *Altas Horas* 2016 and another of *Fantástico* 2012 on João Faria's work. Based on the selected material, I intend to carry out a critical reading about Rede Globo's journalistic coverage process, both on the case and on the work of João Teixeira de Faria prior to the complaints, aiming to work on a central issue: how the domain over the bodies of women and the domain of discourse are related and manifest in cases of rape. In order to think about the construction, maintenance and breaking of silence, authors of Discourse Analysis will be used in dialogue with authors of the female condition.

Keywords: Rape. Violence against women. Discourse analysis. Journalism. Communication.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo com o percurso da legislação brasileira em relação ao estupro.....	34
Figura 2 – Print Screen da entrevista de Serginho Groisman com João Faria em setembro de 2016.....	62
Figura 3 – Print Screen da entrevista de Phil Goyen e João Faria para o programa 60 Minutes.....	67
Figura 4 – Print Screen da entrevista de Phil Goyen e João Faria para o programa 60 Minutes. Momento no qual João Faria pega no braço da tradutora da equipe australiana no meio de uma discussão.....	68
Figura 5 – Print Screen da entrevista de Serginho Groisman com João Faria em setembro de 2016 / Sequência de takes que aproximam os olhos emocionados de João Faria.....	70
Figura 6 – Print Screen da entrevista de Serginho Groisman com João Faria em setembro de 2016 / Finalização da entrevista.....	71
Figura 7 – Print Screen de cenas exibidas no Fantástico de 01 de abril de 2012 de um homem que supostamente não andava há 10 anos e voltou a dar os primeiros passos após cinco meses aos cuidados de João Faria.....	77
Figura 8 – Print Screen de entrevistados no Fantástico de 01 de abril de 2012. Na imagem superior, Carlos Vital, o então vice-presidente do Conselho Federal de Medicina; na imagem inferior, uma mulher que estava visitando a Casa Dom Inácio de Loyola em busca de alternativas espirituais para o tratamento da diabete.....	78
Figura 9 – Imagem de entrevista com a vítima anônima 3 para exemplificar a forma como a identidade é preservada na filmagem e edição do programa.....	86
Figura 10 – Imagem de entrevista de Pedro Bial com Zahira por vídeo chamada antes da gravação do Conversa com Bial.....	88
Figura 11 – Imagem do minidocumentário “João, Deus e a multidão”, produzido pela Veja em 2014, na qual Zahira Lieneke Mous auxilia João Faria em uma cirurgia.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias discursivas para a análise das formas de legitimação de João de Deus.....	58
Tabela 2 – Trechos das falas de João Faria (J.F.) e das falas de Serginho Groisman (S.G.) que se encaixam nas categorias discursivas numérica, de validação externa e de caráter.....	60
Tabela 3 – Elementos de destaque das perguntas de Serginho Groisman e das respostas de João de Deus a estas perguntas em entrevista exibida no Altas Horas em 2016.....	63
Tabela 4 – Trechos do Fantástico (F.) com falas de João Faria (J.F.) e de demais participantes devidamente sinalizados que se encaixam nas categorias discursivas numérica, de validação externa e de caráter.....	73
Tabela 5 – Fontes que são entrevistadas no programa Conversa com Bial do dia 07/12/2018.....	91
Tabela 6 – Número de edições e minutos/segundos dedicados à pauta entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019 no Jornal Nacional.....	103
Tabela 7 – Número de edições e minutos/segundos dedicados à pauta entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019 no Fantástico.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Motivações e percurso de trabalho.....	12
Perspectiva geral sobre o trabalho.....	15

CAPÍTULO I - O espírito dos tempos e a palavra da lei: o percurso da legislação brasileira em relação ao estupro.....

1.1. As Ordenações Filipinas.....	21
1.2. Código Criminal do Império de 1830.....	24
1.3. Código Penal de 1890.....	26
1.4. Código Penal de 1940.....	27
1.4.1. Lei nº 12.015/2009: Dos crimes contra os costumes aos crimes contra a dignidade sexual.....	27
1.4.2. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.....	27
1.4.3. Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018.....	29
1.5. Considerações fundamentais ao capítulo.....	31

CAPÍTULO II – Um crime subnotificado: O silêncio como forma de comunicação em casos de abuso sexual.....

2.1. O estupro de mulheres negras como ato fundante.....	40
2.2. Subnotificação e políticas públicas de combate à violência sexual no Brasil.....	43

CAPÍTULO III - De João Teixeira de Faria a “João de Deus”: a construção do *ethos* e a consolidação de legitimidades.....

3.1. Da retórica aristotélica à argumentação no discurso.....	53
3.1.2. A construção do <i>Ethos</i>	55
3.3. Altas Horas de 2016 e 60 Minutes de 2014.....	56
3.4. Fantástico de 01 de abril de 2012.....	71

CAPÍTULO IV - O rompimento do silêncio no programa Conversa Com Bial.....

4.1. Breve reflexão a partir de casos semelhantes.....	99
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS.....

ANEXO 1

Transcrição do programa Conversa com Bial.....	112
--	-----

ANEXO 2

Transcrição da entrevista de Serginho Groisman e João Faria.....	131
--	-----

ANEXO 3

Transcrição do programa Fantástico de 2012.....	137
---	-----

ANEXO 4

Publicação de Zahira Lieneke Mous no Facebook.....	140
--	-----

INTRODUÇÃO

Motivações e percurso de trabalho

Desde meu ingresso no Mestrado em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em março de 2018, foram várias as dificuldades em relação ao objeto de estudo. O *corpus* de meu projeto de ingresso se mostrou inviável e, depois, mais duas ideias foram estudadas por alguns meses e depois descartadas – estas, não por inviabilidade, mas por não contemplarem o tema como eu gostaria. Em meio a muitas dúvidas sobre o recorte que deveria dar a esta dissertação, a única certeza que me acompanhou desde o começo é sobre o tema abordado: a ruptura do silêncio em casos de violência sexual contra as mulheres.

Meu percurso acadêmico anterior ao Mestrado foi essencial para a escolha temática. Em 2016, durante o terceiro ano da graduação em jornalismo, realizei iniciação científica sobre a construção discursiva da imagem de primeiras-damas, relacionando-a a elementos basilares de feminilidade. Em 2017, para o trabalho de conclusão de curso, fiz monografia na qual analisei o discurso midiático sobre o impeachment contra a ex-presidenta Dilma Rousseff a fim de entender de que forma o ódio contra as mulheres se manifestou nesse processo político – este último trabalho foi publicado posteriormente como livro pela Editora Letramento, sob o título “É presidenta, não presidente: a misoginia como elemento edificante do processo de impeachment contra Dilma Rousseff”.

O interesse pelas reflexões sobre a condição feminina parte de uma inquietação simples de ser explicada: a percepção empírica de que todas as mulheres, independentemente dos diferentes espaços que ocupam na sociedade, compartilham experiências de violências físicas e simbólicas que, em grande medida, definem o que é ser mulher. Nesse leque de várias formas de violência, a agressão sexual ocupa um lugar especialmente importante no estudo sobre a desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que é justamente a partir da diferença biológica – sexual – que a humanidade se divide nesses dois grandes grupos, nessas duas classes.

Na condição de mulher, tenho interesse pessoal pelo tema, sem qualquer intenção de dissimular algum tipo de afastamento entre quem eu sou e o que eu estudo. A esse respeito, aliás, é importante mencionar que este texto é conscientemente escrito em

primeira pessoa – uma escolha que pode gerar algum estranhamento por se tratar de um trabalho acadêmico, mas que apenas reflete o inegável fato de que todo texto é escrito por alguém e este, por mim. Enquanto pesquisadora, observo que o campo das Ciências da Linguagem e da Comunicação têm muito a contribuir para a reflexão e o avanço sobre o problema da violação sistêmica do corpo feminino.

Foi principalmente a partir da participação em atividades e disciplinas da pós-graduação que percorri um importante processo mental para uma pessoa jovem que precisa entender qual é o seu papel enquanto mestranda, enquanto pesquisadora, sobretudo no contexto de um campo em consolidação como a Comunicação. Enquanto passava por esse amadurecimento metodológico e científico, o episódio de um *talk show* fez com que eu tivesse novas e melhores perspectivas sobre minha pesquisa e começasse a reescrever meu projeto o adotando como parte estruturante do *corpus*.

No dia 07 de dezembro de 2018, o programa *Conversa com Bial*, da Rede Globo, exibiu com ineditismo depoimentos de quatro mulheres que, ao buscarem tratamento espiritual na Casa de Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, Goiás, foram abusadas sexualmente pelo médium João Teixeira de Faria, amplamente conhecido como “João de Deus”.

Apenas 10 dias após a exibição do programa, o Ministério Público de Goiás e o Ministério Público de São Paulo já haviam contabilizado mais de 500 denúncias contra o médium, incluindo o relato da própria filha, Dalva Teixeira, que acusou o pai de tê-la espancado e abusado sexualmente dos 10 aos 14 anos. Diante da reação em cadeia provocada pelo depoimento de quatro mulheres exibidos na emissora de maior audiência do país, algumas inquietações que eu trazia comigo desde o projeto de ingresso no Mestrado se tornaram ainda mais insistentes. Encontrei, nesse processo específico, um caso exemplar para tratar de um tema que transcende gerações, espaços geográficos, classes sociais etc.: a violação do corpo feminino e o silêncio que permite a sistematização da prática.

A violação do corpo das mulheres carrega em si uma contradição fundamental que permite a sua manutenção enquanto cultura. Ao passo que é um problema que permeia todo o desenvolvimento histórico e social, não só de nosso país, mas de todo o

mundo, é também uma história proibida, que não se quer contar e que não se permite que seja contada.

A historiadora Michelle Perrot (2017) escreve sobre a ausência de mulheres na história tradicional, não só no que diz respeito a histórias de abuso sexual, mas à existência feminina de forma geral. Perrot atribui essas ausências à falta de registro, ao apagamento de vestígios e à destruição de arquivos, além de citar elementos culturais como a estrutura da gramática que, em muitas línguas, suprime o feminino, e a tradição do uso do sobrenome do marido após o casamento. No caso de estupros e abusos sexuais, é de se imaginar que esse silenciamento seja ainda mais intenso, uma vez que tornar público esse tipo de história pode prejudicar a imagem de homens, muitas vezes de homens poderosos.

As implicações práticas dessa política do silêncio que pesa sobre o estupro são várias e criam um círculo vicioso de retroalimentação, como a serpente que come o próprio rabo *ad aeternum*. Se as mulheres são desencorajadas a denunciar o crime pela vergonha, pela culpa, pelo mau atendimento nas delegacias da mulher¹ e hospitais ou por qualquer outra razão, o tema dificilmente entrará na agenda pública e, então, outras mulheres também se sentirão desencorajadas a denunciar.

É por essa perspectiva que se faz possível falar em uma comunicação que se dá pelas vias do não dito. O que está sendo comunicado quando histórias de estupro são negligenciadas é que esse tipo de agressão deve ser aceito, normalizado, abafado. Fica socialmente estabelecido, dessa forma, que o corpo da mulher não pertence a ela mesma, mas a outrem. Por uma questão lógica, sempre que um caso como o de João de Deus vem a público é dedutível que, simultaneamente, outros continuam acontecendo diariamente sem que as vítimas se manifestem ou sem que sejam escutadas.

Se analisarmos as formas que as políticas públicas voltadas às mulheres vêm tomando, é possível identificar que a questão do silêncio vem sendo levada em consideração de forma positiva. A criação da Delegacia da Mulher, a notificação compulsória do estupro por serviços de saúde e os estudos de profissionais de diversas áreas que visam criar e aprimorar políticas públicas de enfrentamento à violência sexual

¹ “A saga por um BO: os obstáculos encontrados por mulheres nas delegacias”. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/09/problema-nao-e-numero-de-delegacias-mas-atendimento-prestado-a-mulher.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.

de maneira intersetorial sinalizam justamente para isso. A persistência da violação do corpo feminino e a subnotificação de casos², por outro lado, compõem um cenário no qual o tema ainda está muito longe de ter se esgotado.

As primeiras denúncias divulgadas em reportagem especial no programa *Conversa com Bial* da Rede Globo no dia 07 de dezembro foram capazes de romper o silêncio sobre abusos que vinham sendo cometidos há décadas e fez com que várias outras mulheres expusessem suas experiências, gerando uma reação em cadeia. A cobertura jornalística foi participante ativa desse efeito, uma vez que trouxe visibilidade pública e judicial às denúncias e conectou mulheres que, a priori, só têm em comum o abuso que sofreram. Esse cenário aponta para o pensamento sobre o silêncio como um dos principais mecanismos de manutenção do sistema que normaliza a violação do corpo feminino, estruturante desta pesquisa desde sua origem.

Por essa perspectiva, romper os pactos de silêncio socialmente estabelecidos é também romper ciclos de abuso sexual. Mas, para pensar como o silêncio se rompe, é necessário também entender como ele é construído e mantido. Para essa reflexão, além do programa *Conversa com Bial*, selecionei outros dois programas da Rede Globo – a fim de manter a coerência do corpus – anteriores à explosão das denúncias: uma entrevista concedida por João Faria para Serginho Groisman no programa *Altas Horas* em 2016 e uma reportagem do *Fantástico* de 2012 sobre o trabalho do médium.

Perspectiva geral sobre o trabalho

Tenho como objetivo geral a construção de um panorama atualizado sobre a questão do estupro no Brasil analisado de forma dialógica sob a luz de pensadores e pensadoras da condição feminina e das construções e poderes implicados nos discursos. A relação intrínseca entre o domínio do discurso e o domínio dos corpos é uma questão que norteia este trabalho: caberá a investigação de como ela se dá em casos de abuso sexual, a partir do corpus composto por três programas da Rede Globo, o *Altas Horas* de 10 de setembro de 2016, o *Fantástico* de 01 de abril de 2012 e o *Conversa com Bial* de 07 de dezembro de 2020.

² Pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimaram, com base em dados de pesquisa realizada em 2013, que no Brasil apenas 10% dos casos de estupro chegam ao conhecimento da polícia. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-casos-de-estupro-no-brasil-pode-ser-10-vezes-maior,10000054104>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

A presente pesquisa foi organizada em duas partes: a primeira parte é teórica, com o capítulo I, “O espírito dos tempos e a palavra da lei: o percurso da legislação brasileira em relação ao estupro”, e o capítulo II, “Um crime subnotificado: o silêncio como forma de comunicação em casos de abuso sexual”; ao passo que a segunda parte é dedicada ao estudo da cobertura jornalística do caso dos estupros cometidos por João de Deus, com o capítulo III, “De João Teixeira de Faria a “João de Deus”: a construção do *ethos* e a consolidação de legitimidades”, e o capítulo IV, “O rompimento do silêncio no programa *Conversa Com Bial*”.

Os dois primeiros capítulos dão a base a sobre a qual o corpus se apoia para ser devidamente analisado. No capítulo I, faço um resgate histórico sobre a tutela legal do corpo feminino no Brasil. A fim de entender como a lei brasileira divide os diferentes tipos de crimes sexuais, trago as tipificações e suas definições, enfatizando o caráter discursivo que permite compreender o espírito de um tempo a partir da palavra da lei. A compreensão jurídica da palavra “estupro” é também muito cara ao primeiro capítulo: é nesta parte do trabalho que busco entender as diferentes concepções que o termo teve ao longo da história, as mulheres cujos corpos são violáveis e qual é a posição da lei hoje.

No Capítulo II, analiso estatísticas sobre o crime de estupro e estudos sobre políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra as mulheres e a questão da subnotificação de casos no Brasil. Ao fazê-lo, proponho uma reflexão de ordem sociológica acerca do silenciamento histórico de mulheres e, também, de ordem discursiva acerca dos poderes e disputas implicados na fala.

No terceiro capítulo, adentro o estudo de caso sobre os abusos sexuais cometidos pelo médium João Faria de Teixeira. Nessa parte, a principal questão a ser trabalhada é: como João Teixeira de Faria, um homem comum, se transformou em João de Deus, um homem com poderes de cura inexplicáveis que atraía milhares de pessoas por mês, inclusive muitos estrangeiros, para uma pequena cidade do interior de Goiás? Não é o caso de se pensar a trajetória de vida do médium, mas a forma como as construções discursivas atuaram para a legitimação de seu trabalho e de sua pessoa. Para isso, me apoio principalmente na noção de *ethos* e de argumentação no discurso, dialogando com autores como Ruth Amossy e Dominique Maingueneau.

No capítulo IV, por fim, proponho uma leitura crítica sobre o programa que motivou esta dissertação, o *Conversa com Bial* de 07 de dezembro de 2018, no qual os depoimentos de mulheres que foram abusadas sexualmente por João Faria foram amplamente divulgados pela primeira vez. Essa leitura tem como objetivo identificar qual é a abordagem da produção do programa e do apresentador, Pedro Bial, das vítimas, como essas mulheres aparecem e suas histórias são contadas, além da reflexão sobre o jornalismo como produtor de memória e de legitimidades.

CAPÍTULO I – O ESPÍRITO DOS TEMPOS E A PALAVRA DA LEI: O PERCURSO DISCURSIVO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ESTUPRO

O mundo como conhecemos, estruturado e estruturante de diversos tipos de discursos, tem na palavra da lei uma rica fonte para o estudo das formações discursivas e das relações sociais. As transformações da legislação são impassíveis de serem pensadas alheias aos movimentos dos discursos que circulam em determinado tempo e espaço.

Em cada época, são vários os discursos, de várias ordens e orientações, que concorrem para explicar o mundo, definir comportamentos e acontecimentos. São os discursos circulantes, conforme conceitua Charaudeau: “O discurso circulante é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (2006, p. 118).

A criação de novas leis e a revisão de leis antigas são formas de se observar o discurso em sua materialidade e, dessa maneira, é inegável o efeito prático das formações discursivas e de sua movimentação ao longo das épocas, que age diretamente sobre nossos corpos, nossas vidas e nossas práticas.

Uma ventania é uma boa imagem para ilustrar e introduzir as ideias fundantes deste capítulo – discurso e materialidade do discurso. Assim como não se enxerga o vento propriamente dito, mas o seu efeito sobre árvores, cujos galhos se movimentam, o discurso também escapa aos olhos, mas é identificado pela sua ação sobre o entorno.

Essa ação é a materialização do discurso. Bem como o vento se materializa no movimento dos galhos de uma árvore, o discurso se materializa, entre tantas outras possibilidades, na palavra da lei e, sobretudo, em sua movimentação. Por isso, acredito que por meio da análise de diplomas legais de diferentes períodos da história do Brasil é possível apreender o espírito dos tempos em relação a diversos tópicos. Nesse caso, sobre as disputas em torno do corpo das mulheres.

*

“Para que o forte não prejudique o mais fraco, a fim de proteger as viúvas e os órfãos” e “para resolver todas as disputas e sanar quaisquer ofensas” são algumas das

palavras do epílogo do Código de Hamurábi.³ Trata-se do código jurídico mais antigo do qual se tem conhecimento em todo o mundo: estima-se que foi criado por volta de 1700 a.C. na antiga Mesopotâmia, correspondente à cidade de Susa, no sudoeste do Irã, pelo rei Hamurábi.

A importância histórica do código consiste no fato de suas 281 leis terem sido talhadas em pedra, transcendendo a tradição oral e possibilitando o estudo posterior do contexto social e político daquele período, a fim de se pensar também a relação contemporânea entre lei e sociedade.

Os artigos de Hamurábi ditam sobre relações de trabalho, de família e de propriedade, estabelecendo normas para o convívio e, sobretudo, punições para tudo aquilo que, naquele tempo, compreendia-se como desvio de conduta. Faz-se importante esse resgate porque, ao passo que é o código jurídico mais antigo já descoberto, é também o primeiro registro sobre a concepção legal acerca da violação do corpo da mulher.

No artigo 130, está escrito que “se um homem violar a esposa (prometida ou esposa-criança) de outro homem, o violador deverá ser condenado à morte, mas a esposa estará isenta de qualquer culpa”. A violação que o texto trata não é a do corpo da mulher, mas a da propriedade de outro homem: “historicamente, o estupro é visto menos como a violação de uma mulher do que como um roubo praticado contra o marido ou pai a quem essa mulher pertencia, que assim sofreu uma afronta e um prejuízo econômico” (SOLOMON, 2014, p. 556).

A propriedade do homem sobre a mulher sobre a qual me refiro não é simbólica, mas objetiva. Assim como a posse sobre terras, objetos, animais e pessoas escravizadas, os homens detinham posse sobre as mulheres, decidindo sobre suas vidas e as usando, inclusive, para fazer negócios com outros homens – realidade esta que permite vislumbrar a posição jurídica histórica da mulher não como sujeito de direito, mas como objeto de direito.

O artigo 130 do Código de Hamurábi, portanto, foi estabelecido com o objetivo de proteger o homem, na figura do marido, prejudicado moral e financeiramente, e não a

³ Foi encontrado por uma expedição francesa em 1901 na região da antiga Mesopotâmia. É um monumento monolítico talhado em rocha de diorito, sobre o qual se dispõem 46 colunas de escrita cuneiforme acádica, com 281 leis em 3600 linhas. A numeração vai até 282, mas a cláusula 13 foi excluída por superstições da época. A peça tem 2,25 m de altura, 1,50 metro de circunferência na parte superior e 1,90 na base. Atualmente está no Museu do Louvre.

mulher violada. Ao determinar que a esposa “estará isenta de qualquer culpa”, é possível fazer duas importantes inferências sobre as condições de produção do discurso dessas leis. 1) Existe um julgamento moral sobre a mulher violada e é somente pelo lugar de esposa que ocupa – que lhe confere algum tipo de honra – que está isenta de culpa; 2) a violação é entendida em termos mais próximos aos de um adultério do que aos de um estupro.

Outro texto digno de ser mencionado no sentido de evidenciar a historicidade da violação do corpo da mulher e a legitimação da submissão feminina ao sexo masculino é o Art. 129 do Código de Hamurábi. De acordo com o Art. 129, “se a esposa de alguém for surpreendida em flagrante com outro homem, ambos devem ser amarrados e jogados dentro d’água, mas *o marido pode perdoar a sua esposa, assim como o rei perdoa a seus escravos*”. Nesse sentido, a mulher é equiparada a uma pessoa escravizada, fazendo alusão à propriedade de uma pessoa sobre a outra.

Até mesmo para aqueles que viveram a época em que era permitido fumar em locais fechados pode ser difícil de lembrar vividamente que professores e alunos acendiam seus cigarros dentro de sala de aula, passageiros fumavam em aviões, clientes fumavam em restaurantes durante a refeição etc. Assim como pode ter sido difícil imaginar que a legislação que proíbe cigarro nesses e outros lugares cobertos teria sucesso em sua implementação quando começou a ser debatida.

Essas impressões coletivas sobre o que é normal e o que é não é normal no caso do cigarro foram construídas socialmente, acompanhadas e apoiadas por diferentes discursos – alguns, advindos do cinema e da publicidade, que relacionavam o ato de fumar ao glamour e à sensualidade; outros, mais atuais, que advertem sobre as consequências da nicotina para a saúde.

O exemplo do cigarro pode parecer desconectado da questão do estupro, mas não está. É uma maneira de ilustrar como a lei e a sociedade se movimentam em conjunto em torno de ideais sobre o que é normal e o que é moral que estão em constante revisão. Não quer dizer que se movimentam da mesma forma, sempre no mesmo sentido e na mesma velocidade, mas que estão em interação ininterrupta.

Algumas mudanças legais só podem ser realizadas, ainda que a princípio recebidas com algum tipo de estranhamento por parte da sociedade, quando as mentalidades também dão sinais de transformação. Ao mesmo tempo, o próprio campo jurídico, por

exemplo, é capaz de dar impulso a essas transformações de mentalidade por meio das mudanças realizadas na palavra da lei.

Colocar em perspectiva antigas situações sociais amparadas pela lei que hoje parecem não somente altamente imorais, mas altamente ilegais, é pedagógico no sentido de fazer entender sobre os atravessamentos culturais, ideológicos e históricos do Direito. É o caso das leis que regulamentavam a escravidão no Brasil, conferindo legitimidade, força e materialidade aos discursos racistas e, após a abolição, das diversas formas legais de cerceamento da liberdade de negras e negros que ainda hoje dão diárias demonstrações de suas consequências materiais.

Foucault (1970, p. 33) alude à história da genética para dizer que o verdadeiro não é fixo, mas relativo ao tempo em que se vive: “Mendel estava certo sobre as ervilhas, mas não estava no verdadeiro de seu tempo”. Mesmo em meio à diversidade discursiva, nem tudo é aceito, nem tudo é incorporado, nem tudo é passível de ser dito e de ser levado a sério a depender do tempo em que é pensado e, ainda mais importante, externalizado.

Se alguém tivesse afirmado, quando o Código de Hamurábi foi estabelecido, que as mulheres deveriam ter autonomia sobre seus corpos e suas vidas, não estaria mentindo, mas também não estaria no verdadeiro de seu tempo. É verdade, por outro lado, que grande parte das conquistas políticas de grupos marginalizados aconteceram quando pessoas ousaram estar fora de seu tempo para reivindicar o que parecia absurdo aos olhos dos bem ajustados. Neste capítulo tenho como intenção a apreensão do espírito dos tempos, demarcado na materialidade discursiva das alterações na palavra da lei brasileira sobre o estupro.

1.1. As Ordenações Filipinas

As Ordenações foram compilados de normas estabelecidos pela Coroa Portuguesa. Os títulos atribuídos a essas Ordenações derivavam do monarca que as editavam: Ordenações Afonsinas, Ordenações Manuelitas e, por último, a que nos interessa aqui, as Ordenações Filipinas⁴, de Don Filipe I, que entraram efetivamente em vigor em 1603.

⁴ Transcrição das Ordenações Filipinas na íntegra. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

As Ordenações Filipinas são frequentemente mencionadas como um *código* no sentido informal, uma vez que não se tratava, a rigor, de um documento cujas normas eram coerentes entre si e sistematicamente organizadas, como o nosso Código Civil ou Código Penal, por exemplo. Pelo contrário, a desordem é característica principal das Ordenações, o que imediatamente as desqualifica como código no sentido científico do termo. Ainda assim, elas têm papel fundamental na história do direito no Brasil e, mais, no estudo sobre os arranjos sociais do Brasil-colônia. Isso porque vigoraram integralmente no país até a Independência, em 1822, e parcialmente até 1916, quase um século após a separação de Portugal, quando entrou em vigor o primeiro Código Civil brasileiro.

Dado esse contexto de grande importância das Ordenações Filipinas na formação da sociedade brasileira, faz-se importante o resgate, para este capítulo, sobre o que esse compilado de leis dispunha sobre a violação do corpo das mulheres. No Livro V, Título XVIII⁵, do referido diploma legal, disciplina-se o crime e a punição “Do que dorme por força com qualquer mulher, ou trava dela, ou a leva por sua vontade” da seguinte maneira:

Todo homem, de qualquer estado e condição que seja, que forçosamente dormir com qualquer mulher **postoque ganhe dinheiro per seu corpo, ou seja scrava**, morra por ello.

Porém, quando for com mulher, que ganhe dinheiro per seu corpo, ou com scrava, não se fará execução, até nol-o fazerem saber, e per nosso mandado.

E essa mesma pena haverá qualquer pessoa, que para a dita força dérajuda, favor ou conselho.

1. E postoque o forçador depois do maleficio feito case com a mulher forçada, e aindaque o casamento seja feito por vontade della, não será relevado da dita pena, mas morrerá, assi como se com ella não houvesse casado.

E toda esta lei entendemos em aquellas, que verdadeiramente forem forçadas, sem darem ao feito algum consentimento voluntário, aindaque depois do feito consummado consintão nelle, ou dêem qualquer aprazimento: porque tal

⁵ Disponível em < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1168.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

consentimento, dado depois do feito, não revelará o forçador em maneira alguma da dita pena.

2. E se algum homem travar de alguma mulher, que fôr per a rua, ou per outra parte, não sendo para dormir com ella, sómente por assi della travar, seja preso, e até trinta dias na cadea, e pague mil reis para o Meirinho, ou Alcaide, ou outra pessoa, que o accusar.

Porém, se além de travar della, trabalhar para dormir com ella, haverá a mais pena, que merecer, segundo disposição de Direito.

3. E o homem, que induzir alguma **mulher virgem, ou honesta**, que não seja casada, per dadas, afagos, ou prometimentos, e a tirar e levar fôra da caza de seu pai, mai, Tutor, Curador, senhor, ou outra pessoa, sob cuja governança ou guarda stiver, ou de qualquer outro lugar, onde andar, ou stiver per licença, mandado, ou consentimento de cada hum dos sobreditos, ou ella assi enganada, e induzida se fôr a certo lugar, donde a assi levar, e fugir com ella, sem fazer outra verdadeira força a ella, ou aos sobreditos, e o levador fôr Fidalgo, ou pessoa em Dignidade, ou Honra grande, e o pai da moça fôr pessoa plebea, e de baixa maneira, ou Official, assi como Alfaiate, Capateiro, ou outro semelhante, não igual em condição, nem stado, nem linhagem ao levador, o levador será riscado de nossos livros, e perderá qualquer tença graciosa, ou em sua vida, que de Nós tiver, e será degradado para África até nossa mercê.

E qualquer outro de menor condição, que o sobredito fizer, morra por ello.

E bem assi, haverá lagar a dita pena de morte nas outras pessoas, onde houver igualdade de linhagem.

Porém, se o tal levador, que levou a dita mulher por sua vontade, postoque ella seja de muito menor condição que elle, a levasse contra vontade do pai, mãe, Tutor, Curador, ou senhor, com quem viver, ou outra pessoa, sob cuja governança, ou guarda stiver, sendo presente cada huma das ditas pessoas, e resistindo-lhe o dito levador, ou bradando cada huma das ditas pessoas, mandamos que morra morte natural.

E por quanto se muitos chamão **Fidalgos**, e tomão appellidos das linhagens, como lhes apraz, mandamos, que quando tal caso acontecer, e houver duvida em sua

Fidalguia, antes que o julguem, nol-o façam saber, para vermos e determinaremos as qualidades entre as pessoas (Brasil, 1603, Grifos Nossos).

O referido diploma legal esteve em vigor em um período marcado pela desproporcionalidade entre delitos e penas e, também, pela diferenciação das penas de acordo com quem cometeu e quem sofreu o delito que está em julgamento – o que pode ser observado nos negritos que sinalizei no texto. Ou seja, é comum encontrar, nas Ordenações, condenações extremas à tortura e à morte e diferentes penas para o mesmo delito quando cometido por ou contra pessoas de diferentes status social. Esta última característica está especialmente inscrita no Art. XVIII transcrito acima na íntegra.

Ao passo que o artigo condena à morte aquele que dormir com uma mulher contra a vontade dela, ele prevê uma exceção à regra: se a mulher violada for prostituída ou escravizada, não se aplicará a pena. Por isso, o caráter fortemente discriminatório da época em que as Ordenações Filipinas foram redigidas e editadas se inscreve de maneira particular quando em relação às mulheres, dividindo-as entre seres cuja dignidade sexual deve ser respeitada e seres que sequer possuem tal dignidade. É notável, nesse sentido, a já existência de uma consciência jurídica sobre a noção de consentimento – palavra citada três vezes no referido artigo –, e, a partir dela, a diferenciação entre as mulheres que têm o direito a não consentir e as que não têm.

Da mesma forma, o artigo faz diferenciações de penas de acordo com a pessoa do acusado. A pena pode ser “degradação à África” ou morte a depender se quem tirou a moça virgem de casa sem o consentimento de seu pai foi um plebeu ou um fidalgo, assim como dependerá da posição social desse pai. Essa característica de diferenciação de penas, sobretudo quando se trata da posição social (diretamente atrelada à honra e dignidade da vítima de um estupro), teve fortes reflexos no desenvolvimento da legislação brasileira, como veremos adiante.

1.2. Código Criminal do Império de 1830

Na lei penal seguinte, o Código Criminal do Império de 1830⁶, o Capítulo II (Dos Crimes Contra a Segurança da Honra), Secção I (Estupro), possuía a seguinte redação:

⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 08 mai. 2020.

Art. 219. Deflorar **mulher virgem**, menor de dezasete annos.

Penas - de desterro para fóra da comarca, em que residir a deflorada, por um a tres annos, e de dotar a esta.

Seguindo-se o casamento, não terão lugar as penas.

Art. 220. Se o que commetter o estupro, tiver em seu poder ou guarda a deflorada.

Penas - de desterro para fóra da provincia, em que residir a deflorada, por dous a seis annos, e de dotar esta.

Art. 221. Se o estupro fôr commettido por parente da deflorada em gráo, que não admitta dispensa para casamento.

Penas - de degredo por dous a seis annos para a provincia mais remota da em que residir a deflorada, e de dotar a esta.

Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer **mulher honesta**.

Penas - de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida.

Se a violentada fôr **prostituta**.

Penas - de prisão por um mez a dous annos.

Art. 223. Quando houver simples offensa pessoal para fim libidinoso, causando dôr, ou algum mal corporeo a alguma mulher, sem que se verifique a copula carnal.

Penas - de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo, além das em que incorrer o réo pela offensa.

Art. 224. Seduzir **mulher honesta**, menor dezasete annos, e ter com ella copula carnal.

Penas - de desterro para fóra da comarca, em que residir a seduzida, por um a tres annos, e de dotar a esta.

Art. 225. Não haverão as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que casarem com as ofendidas (Brasil, 1803, Grifos Nossos).

É de se observar que, em relação às Ordenações Filipinas, há uma mudança no entendimento sobre consentimento. Ao passo que anteriormente, nas Ordenações, o casamento posterior ao estupro não poupava o malfeitor da pena estabelecida para o crime, “porque tal consentimento, dado depois do feito, não revelará o forçador de maneira alguma da dita pena”, o Código Criminal do Império de 1830 cessa as penas em caso de se seguir ao crime o casamento entre a vítima e o acusado: “segundo-se o

casamento, não terão lugar as penas”; “não haverá as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que casarem com as offendidas”.

Essa mudança é exemplar no sentido de demonstrar que a caminhada discursiva não é linear ou evolutiva. É um jogo, por vezes uma dança, mas sempre uma disputa, e não acontece de forma previsível. Os termos “mulher honesta”, “mulher virgem” e também a exceção ao crime quando se trata de uma mulher prostituída aparecem com ainda mais força no referido Código, conforme destaques em negrito no texto feitos por mim.

1.3. Código Penal de 1890

Saindo do Império e caminhando para a República, sobreveio o Código Penal de 1890⁷, editado pelo Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil General Manoel Deodoro da Fonseca. No Título VIII (Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das familias e do ultraje público ao pudor), Capítulo I (Da Violencia Carnal), constam os seguintes artigos:

Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencias ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:

Pena - de prisão cellular por um a seis annos.

Paragrapho unico. Na mesma pena incorrerá aquelle que corromper pessoa de menor idade, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem.

Art. 267. Deflorar mulher de menor idade, empregando seducção, engano ou fraude:

Pena - de prisão cellular por um a quatro annos.

Art. 268. Estuprar **mulher virgem ou não, mas honesta**:

Pena - de prisão cellular por um a seis annos.

§ 1º **Si a estuprada for mulher publica ou prostituta**:

Pena - de prisão cellular por seis mezes a dous annos.

⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 8 mai. 2020.

§ 2º Si o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte.

Art. 269. Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja **virgem ou não**.

Por violencia entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anesthesicos e narcoticos (Brasil, 1890, Grifos Nossos).

Observa-se aqui que a palavra estupro é definida de maneira mais clara: o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não – a violência, por sua vez, é entendida para além do emprego de força física. No referido diploma, a honestidade de uma mulher não está necessariamente condicionada à sua virgindade, mas a definição do delito e da pena ainda contempla muito mais a mulher “honesta”, prevendo ao homem que violentá-la pena de um a seis anos e, ao que estuprar “mulher pública ou prostituta”, pena de seis meses a dois anos.

1.4. Código Penal de 1940

O atual Código Penal⁸ em vigor no Brasil data de 7 de dezembro de 1940, quando, no governo de Getúlio Vargas no Estado Novo, foi instituído pelo decreto-lei 2.848. De lá para cá, ainda que o diploma permaneça este, ele foi alterado por diversas leis visando adaptá-lo às novas realidades sociais e concepções penais. Aqui, não interessa a revisão em minúcia de qualquer parte do Código, mas a dissertação acerca das disposições e mudanças referentes à violação do corpo das mulheres que sejam particularmente relevantes a este trabalho.

1.4.1. Lei nº 12.015, de 7 agosto de 2009: Dos crimes contra os costumes aos crimes contra a dignidade sexual

As alterações impostas pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, ao Código Penal brasileiro são, certamente, divisoras de água em relação à postura da Justiça sobre o estupro. A mudança foi, sobretudo, estrutural. A lei alterou a nomenclatura do Título VI, que desde 1940 era “Dos crimes contra os costumes”, para “Dos crimes contra a dignidade sexual”. A importância dessa transformação se dá no nível da negação e da

⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 30 abr. 2020.

asserção. Ela retira a agressão sexual do campo da moral, impregnado por estigmas e violências simbólicas contra as mulheres, e a insere no campo da dignidade sexual, uma das vertentes da dignidade humana – já prevista pelo Art. 1º da Constituição Federal de 1988. Ao proteger a dignidade sexual, ou seja, a liberdade de escolha sobre com quem e quando serão compartilhados momentos íntimos, o bem jurídico a ser protegido não é mais a moral e os costumes e a proteção do Código Penal se volta finalmente às vítimas.

Com a Lei nº 12.015/09, a diferenciação que era feita entre atentado violento ao pudor e estupro foi extinta. Antes, de acordo com o antigo Art. 213, estupro era definido juridicamente como “constranger **mulher** à **conjunção carnal** mediante violência ou grave ameaça”, ao passo que o antigo Art. 214 definia atentado violento ao pudor como “constranger **alguém**, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique **ato libidinoso** diverso da conjunção carnal”. A partir da alteração de 2009, o antigo Art. 214 foi revogado e o Art. 213 alterado, dando origem a uma nova concepção penal sobre o estupro: “Art 213 (Estupro): Constranger **alguém**, mediante violência ou grave ameaça, a ter **conjunção carnal** ou praticar ou permitir que com ele se pratique outro **ato libidinoso**”.

As expressões destacadas em negrito atentam para as alterações. O crime de estupro passou a ser entendido como passível de ser cometido contra qualquer pessoa, homem ou mulher de qualquer tipo, e por meio não somente da conjunção carnal (juridicamente entendida como a penetração do pênis na vagina), mas em atos libidinosos de uma maneira mais ampla, que podem abarcar toques íntimos, sexo oral ou anal e até mesmo um beijo roubado de forma lasciva. Estupro, dessa forma, passa a ser entendido na legislação penal como a violação do corpo e da vontade de outra pessoa de forma muito mais ampla.

No que diz respeito a quem pode ser vítima do crime de estupro, é importante o resgate da redação original do Código Penal em vigência no Brasil (Decreto-Lei nº 2.848 de 1940). Entendia-se, na redação original, que os então chamados “crimes contra os costumes” somente podiam ser cometidos contra uma mulher honesta – construção discursiva que, como vimos, materializa-se desde o primórdio jurídico do Brasil nos diplomas legais. Essa expressão, de acordo com Nelson Hungria, um dos mais importantes penalistas da história do país, pode ser definida nos seguintes termos:

como tal se entende, não somente aquela cuja conduta, sob o ponto de vista da moral sexual, é irrepreensível, senão também aquela que ainda não rompeu com o minimum de decência exigida pelos bons costumes. Só deixa de ser honesta (sob o prisma jurídico-penal) a mulher francamente desregrada, aquela que inescrupulosamente, multorum libidini patet, ainda não tenha descido à condição de autêntica prostituta. **Desonesta é a mulher fácil, que se entrega a uns e outros, por interesse ou mera depravação** (cum vel sine pecúnia accepta) (HUNGRIA e LACERDA, 1980, p. 150, Grifos nossos).

O fato de os termos “crimes contra os costumes” e “mulher honesta” só terem sido definitivamente abolidos do Código Penal em 2009, há 11 anos, ao passo que estiveram em vigor desde o primórdio penal do Brasil, marcado pelas Ordenações Filipinas (1603), é demonstrativo do conservadorismo moral e jurídico que por muito tempo contribuíram para a sistematização da violação do corpo das mulheres.

Por outro lado, são também demonstrativos do caráter fundamentalmente dialógico do discurso que faz com que textos que disciplinaram condutas até 2009 ecoem vozes de tempos anteriores, uma vez que “toda produção de linguagem dialoga com os discursos que a precederam, com aqueles que circulam em sua contemporaneidade e com, em prospectiva, os possíveis vindouros” (GOMES, 2019, p. 277). Ou, nos termos de Brandão,

por causa desse caráter dialógico da linguagem, dizemos que o discurso tem um efeito polifônico. Isto é, porque meu discurso dialoga com outros discursos, outras vozes nele estão presentes, vozes com as quais concordo (e vêm reforçar o que eu digo) ou vozes das quais discordo total ou parcialmente. O discurso é heterogêneo (polifônico) porque é sempre atravessado, habitado por outras vozes (BRANDÃO, p. 4-5).

1.4.2. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018

A Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018,⁹ foi uma das leis responsáveis por implementar importantes alterações recentes ao Título VI do Código Penal brasileiro. Com a emergência de casos de abuso sexual no transporte público em diversas regiões do Brasil e, sobretudo, a ampla divulgação midiática desses casos, surge o Art. 215-A, que versa sobre importunação sexual, definindo-a como “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro” e

⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm>. Acesso em: 12 jul. 2020.

determinando a pena de reclusão de 1 a 5 anos, se o ato não constituir crime mais grave. Esta última parte indica que este é um crime subsidiário, ou seja, que só se aplica se não houver incidência de um tipo penal mais grave.

Um caso emblemático pode ser citado como exemplo da demanda social que levou à inserção do Art. 215-A ao Título VI pela Lei nº 13.718. Em setembro de 2017, um ano antes, um homem foi preso em flagrante após ejacular na perna de uma mulher dentro de um ônibus em São Paulo. Ao pronunciar sua decisão após audiência de custódia, o juiz do caso afirmou que, ainda que grave, repugnante e violador da dignidade sexual da mulher, o ato se configurava apenas como contravenção penal passível de multa. Dessa maneira, o acusado foi solto e o caso ganhou ainda mais notoriedade midiática pela indignação popular.

É fato que, apesar da emergência recente da questão, o problema não é novo. Uma simples busca no *Google* ou consulta a mulheres próximas pode levar qualquer um à conclusão de que esse tipo de violação em espaços e transportes públicos é cotidiano. O novo Art. 215-A, que versa sobre importunação sexual, portanto, é um importante passo do direito penal e é coerente à realidade brasileira. Discursivamente, para além de sinalizar para os movimentos dos discursos e as implicações desses movimentos na materialidade das leis, essa alteração também é importante porque sinaliza para a relevância da divulgação midiática desses casos que, ao adentrarem o debate público, também podem modificar a agenda legislativa.

O estupro de vulnerável, matéria do Art. 217-A, já existia a partir da Lei nº 12.015/09, trabalhada no tópico anterior, mas foi também alvo de alteração da Lei nº 13.718/18. Desde 2009, o estupro de vulnerável já era previsto e entendido como a conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso com menor de 14 anos ou com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não possui o necessário discernimento para a prática do ato ou não pode oferecer resistência por qualquer outra razão. Isso tudo foi mantido. No entanto, foi acrescentado o parágrafo 5º, que determina que as penas previstas (reclusão de 8 a 15 anos) se aplicam independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriores ao crime.

Essa alteração é um adendo de esclarecimento fundamental que se fez necessário pela interpretação equivocada do Art. 217-A anteriormente à lei em questão. Muitos

operadores do direito usavam o “consentimento” da vítima ou seu histórico sexual (por exemplo, crianças e adolescentes em situação de prostituição) para inocentar ou atenuar a pena do acusado. No entanto, a partir de 2018, com o disposto no parágrafo 1º, ficou estabelecido em termos incondicionais que as pessoas consideradas vulneráveis são incapazes de apresentar consentimento.

Outra alteração foi a criação do Art. 218-C, que configura como crime o oferecimento, troca, disponibilização, transmissão, venda, distribuição, publicação ou divulgação, por qualquer meio, de fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza à prática. Ou, ainda, cenas de sexo, nudez ou pornografia sem o consentimento da pessoa – os famosos *nudes*. O novo artigo ainda traz aumento de pena de 1/3 a 2/3 quando o crime é praticado com finalidade de vingança ou humilhação por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima.

Mais uma vez, estamos diante de uma alteração coerente à realidade brasileira e, também, às transformações tecnológicas pelas quais a sociedade global vêm passando. A criação do Art. 218-C atenta para o fato de que, com as novas tecnologias, surgem também novas formas de violação. E essas condutas também necessitam ser pensadas, elaboradas e disciplinadas nos diplomas legais. A finalidade de vingança ou humilhação por meio da divulgação de conteúdo íntimo de terceiro sem o seu consentimento, por exemplo, é tão comum que recebe o termo *revenge porn*. Ao aumentar a pena nesses casos, os legisladores reconhecem a reincidência dos crimes com essa motivação e a importância do enfrentamento jurídico.

Com a Lei nº 13.718 de 2018, todos os tipos penais previstos pelo Título VI, Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, passam a ser crimes de ação penal pública incondicionada. Antes, eram crimes de ação penal pública condicionada à representação, ou seja, para se tornarem ação penal dependiam da vontade da vítima de iniciar e dar continuidade ao processo. Agora, independem da vontade da vítima.

Numa análise rasa, algumas pessoas podem apontar que esta alteração retira a autonomia da vítima. Entretanto, o que acontece na prática é que vítimas são afetadas por fatores externos como a pressão social, familiar ou mesmo de seu agressor para não representarem a ação penal. Com a alteração para a incondicionalidade, o Estado tem a

tutela para a resolução desses crimes e essa responsabilidade, que na maior parte das vezes é um peso, não recai sobre a vítima, evitando a sua revitimização pelo sistema de Justiça.

É importante frisar que o Art. 100 do Código Penal já prevê que a norma é a ação penal pública. Dessa forma, geralmente, sempre que não houver menção a isso nos tipos penais, a ação penal é pública. Como até então o Art. 225 previa a ação penal pública condicionada à representação no caso dos crimes contra a dignidade sexual, bastaria a sua revogação para que a regra geral do Código passasse a valer. Mas, talvez por questão de ênfase, a Lei nº 13.718 de 2018 não revogou o Art. 225, mas deu nova redação a ele, tornando os crimes dos capítulos I e II do Título VI de ação pública incondicionada.

Por fim, a lei em questão também estabeleceu novos aumentos de pena em caso de estupro coletivo, praticado por dois ou mais agentes, e em caso de estupro corretivo, que tem como finalidade controlar o comportamento social ou sexual da vítima.

O estupro coletivo, assim como o que foi apontado sobre a importunação sexual, também figurou como parte importante da agenda midiática e do debate público recente. A inserção do estupro corretivo como caso de aumento de pena, por sua vez, é a materialização penal de reivindicação antiga do movimento lésbico no Brasil e no mundo, que trata sobre a particularidade da violação sexual quando motivada pelo desejo de corrigir o desvio da norma da sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais.

1.4.3. Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018

A Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018,¹⁰ representa a alteração mais recente do Título VI, Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, de nosso Código Penal. Ela introduz um novo crime: o registro não autorizado da intimidade sexual. Ou seja, a produção, fotografia, filmagem ou registro, por qualquer meio, de conteúdo de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes. O parágrafo único ainda pontua que na mesma pena incorre quem realiza montagem em materiais audiovisuais para incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual de caráter íntimo.

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm>. Acesso em: 12 jul. 2020.

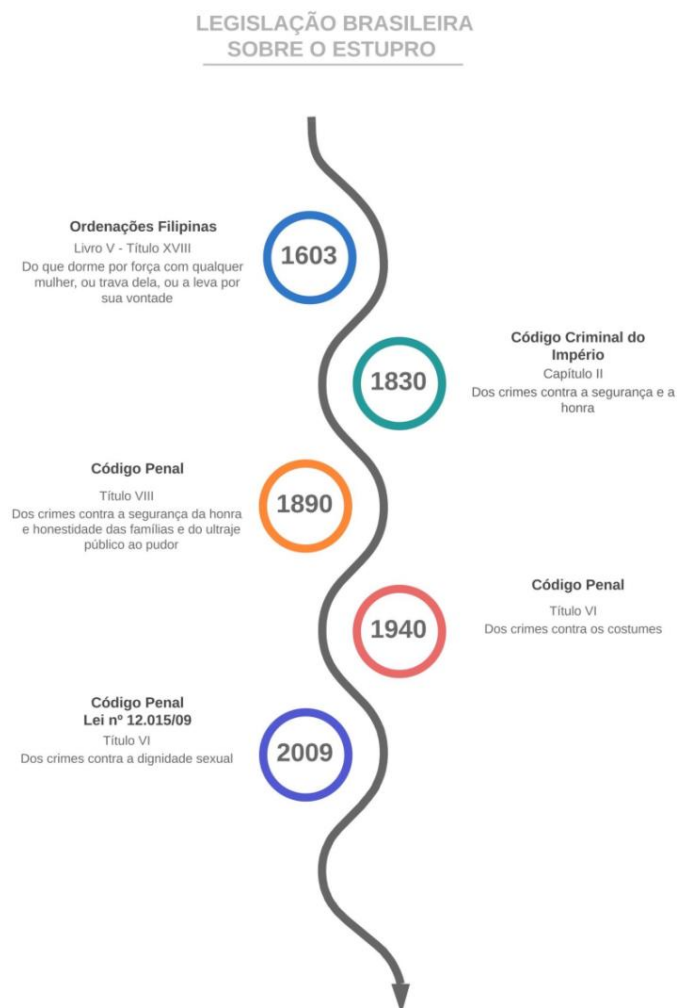
De fato, como é de se supor após a leitura do tópico anterior, essa alteração poderia, até pela proximidade cronológica, estar inclusa na Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Mas não está, seja por qual motivo for, e foi pertinentemente imposta no final do ano de 2018.

1.5. Considerações fundamentais ao capítulo

Foi possível, até aqui, construir um panorama histórico sobre como os discursos se materializaram em diplomas legais de diferentes tempos no que diz respeito ao estupro. É nesse sentido que acredito ser possível a apreensão do espírito de uma época por meio da análise do percurso da lei – esta, por sua vez, é uma das formas de materialização dos discursos que circulam em determinado tempo e espaço.

Escolhi iniciar com o Código de Hamurábi porque ele finca os pés do pensamento jurídico na história. No entanto, esta é uma análise voltada ao Brasil. Por isso, realizei um breve resgate sobre as mais importantes partes de códigos, desde as Ordenações Filipinas (1603), passando pelo Código Criminal do Império de 1830 e pelo Código Penal de 1890, até chegar na alteração mais recente no Título VI do Código Penal no final de 2018. Na **Figura 1**, foi possível sintetizar as alterações mais pertinentes no entendimento jurídico sobre o estupro resgatadas no capítulo:

Figura 1: Linha do tempo com o percurso da legislação brasileira em relação ao estupro



Fonte: Produzida pela autora com base nos dados apresentados no capítulo.

A linha do tempo escolhida para retratar esse percurso não liga um período a outro de forma tradicional. A linha é vertical, sinuosa e a seta ao final indica continuidade do movimento. A escolha gráfica foi cuidadosa no sentido de não transformar uma síntese em simplismo – a mesma reflexão é válida para o capítulo em si.

Ao trazer textos jurídicos que disciplinaram o crime de estupro em diferentes épocas, foi possível visualizar o caráter essencialmente polifônico do discurso. Expressões como “mulher honesta” e “a moral e os costumes” são marcas discursivas particularmente simbólicas por evidenciarem, em sua recorrência, a força das formações discursivas e a interação entre diferentes vozes de diferentes épocas.

Ihering (2009, p. 23) compartilha em sua obra a visão do direito como uma força viva, em oposição à ideia do campo como uma pura teoria. Nesse sentido, a lei participa

ativamente dos jogos e das disputas discursivas e representa, dessa forma, alguns dos galhos de uma árvore cujo movimento está condicionado à força e à orientação dos ventos. O percurso da legislação brasileira, dessa forma, revela alguns dos caminhos trilhados socialmente pelas mulheres em relação à autonomia sobre seus corpos e, principalmente, o deslocamento da posição de objeto de direito (propriedade) para a de sujeito de direito (pessoa).

CAPÍTULO II – UM CRIME SUBNOTIFICADO: O SILÊNCIO COMO FORMA DE COMUNICAÇÃO EM CASOS DE ABUSO SEXUAL

O historiador Peter Burke, em *A arte da conversação*, dedica-se à história social da linguagem por meio do estudo do desenvolvimento das práticas de oralidade, sob a tese de que “a língua é uma forma ativa na sociedade, um meio pelo qual indivíduos e grupos controlam outros grupos ou resistem a esse controle, um meio para mudar a sociedade ou para impedir a mudança” (1995, p. 41). Alguns achados de Burke são valiosos aqui no sentido de sinalizar para as diversas formas e significados que o silêncio pode assumir:

O significado do silêncio varia – assim como o de outras formas de comunicação, como afirmam os retóricos – de acordo com a ocasião em que o silêncio ocorre, de acordo com a pessoa que está em silêncio e também de acordo com o “público”, caso essa seja uma palavra adequada. O momento e o lugar também são importantes – o “silêncio localista” dos templos e bibliotecas, por exemplo. É necessário levar em consideração os diferentes usos do silêncio, suas funções, suas estratégias (1995, p. 163).

Não há dúvidas de que o silêncio comunica. E não é necessário consultar um trabalho acadêmico para sabê-lo: esse tipo de consciência se inscreve no saber popular por meio de provérbios como “o silêncio fala”, “o silêncio é a melhor resposta”, “quem cala consente”, entre tantos outros. O silêncio significa e comunica, mas, como aponta Burke no trecho supracitado, o faz de maneiras diferentes em cada situação. No caso de estupros e abusos sexuais, é notável que o silêncio desempenha um importante e particular papel.

Por um lado, o desenvolvimento de mulheres é marcado, desde a infância, pelo condicionamento ao silêncio. Diretamente ligado a qualidades que definem historicamente as mulheres respeitáveis, como a vergonha e a moderação, o silêncio é esperado das mulheres. Na Grécia antiga, por exemplo, essa ideia chegou a ser formulada na obra de Aristóteles e Sófocles, além de ser amplamente difundida por meio de provérbios como “o silêncio dá graça à mulher”. A icônica frase de Apóstolo São Paulo, “que as mulheres aprendam no silêncio a sua sujeição”, é também importante marca histórica do silenciamento feminino.

Mas esse silenciamento não diz respeito apenas à ausência de palavra, à quietude, mas também ao controle da emoção, afeto e expressão de maneira geral. Nas páginas introdutórias de *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir escreve: “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade” (2009, p. 11). Para se tornar, manter-se e se afirmar constantemente enquanto mulher, portanto, cabe às mulheres a incorporação de alguns padrões comportamentais bastante estreitos.

Ao analisar como as emoções são socialmente vividas e reguladas, é possível apreender os valores dominantes de uma ou de outra cultura. A força dessas construções também se mostra pelo poder da coerção sobre aqueles que não seguem as orientações emocionais. São desvios que exigem “vigilância, castigo, psicoterapia ou outra modalidade de tratamento médico” (Filho, 2017, p. 68). Os que se alinham aos padrões afetivos, por sua vez, recebem recompensas subjetivas, como promessas para o plano celestial, ou objetivas, como no âmbito doméstico, profissional e perante a sociedade como um todo.

O estudo de Emily Douglas (2015) sobre a regulação do riso das mulheres é bom exemplo sobre como se manifesta cotidianamente esse controle emocional. Douglas escreve que é esperado das mulheres o riso delicado, contido, sem excessos, e, ao mesmo tempo, há o que ela chama de “riso compulsório”, uma espécie de expressão da submissão e convivência constantes para com a expressão masculina, que camufla as possíveis discordâncias e incômodos em relação à fala e ao comportamento de homens: “A mulher ideal deve rir, com o intuito de facilitar o riso e a felicidade de todos aqueles ao seu redor: abster-se do riso deixa os outros para baixo” (Douglas, 2015, p. 148).

Por outro lado, existe um aspecto do silêncio tão conectado ao estupro que às vezes parece inerente a ele. Diferentemente de outras formas de violência física, o estupro é uma violação íntima, intrinsecamente ligada ao sexo e, portanto, à privacidade. Ainda que não seja uma relação sexual por seu caráter fundamental de inconsensualidade, é inegável que está ligado ao sexo e à sexualidade humana – questões que estão fortemente inscritas culturalmente na ordem da privacidade e da intimidade, ou seja, estão circunscritas à esfera privada.

Esse aspecto está marcado, por exemplo, no fato de a investigação sobre crimes contra a dignidade sexual correrem em segredo de justiça, conforme disposto pelo Art. 234-B¹¹ do Código Penal. É evidente que isso tem sua razão de ser e sua importância por proteger a vítima e sua intimidade. Não é o caso de atribuir juízo de valor à norma, mas de apontá-la como uma das sinalizadoras do silêncio em torno dos casos de violação sexual.

Existe, ainda, a questão do desenvolvimento histórico do entendimento social acerca do estupro, diretamente ligada à forma como meninas e meninos vêm sendo criados há séculos em relação à própria sexualidade. É realmente difícil conceber a ideia de violação quando, às mulheres, é sistematicamente negada a noção de autonomia sobre o próprio corpo e, aos homens, o desejo sexual é ensinado como uma necessidade instintiva, uma questão de sobrevivência, assimilada em nossa cultura pelo seu suposto caráter de inevitabilidade – como a fome e a sede, que devem ser saciadas. É o que Adrienne Rich chama de “lei do direito sexual masculino”:

Na mística da supremacia vitoriosa da pulsão sexual masculina, qual seja, o pênis-de-vida-própria, está enraizada a lei do direito sexual masculino às mulheres. (...) Uma vez acionada, a pulsão sexual masculina do adolescente, que tanto as mulheres como os homens jovens aprendem que existe, não poderia tomar responsabilidade por seus atos, nem tomaria, então, um não como resposta, tornando-se, segundo Barry, a norma e a fundamentação racional para o comportamento sexual adulto masculino: uma condição de desenvolvimento sexual obrigatório. As mulheres aprendem a aceitar como natural a inevitabilidade dessa “pulsão” porque elas a recebem como um dogma (RICH, 2019, p. 16).

Não se viola aquilo que é seu por direito (para os homens, o corpo de uma mulher), tampouco se tem violado aquilo que não é seu por direito (para as mulheres, o próprio corpo). É nesse mesmo sentido que, no capítulo anterior, foi possível demonstrar que a legislação penal do Brasil tratou por muito tempo as mulheres como objetos de direito, não como sujeitos de direito. A ideia de violação do corpo feminino é muito recente. Ainda que o estupro apareça nos diplomas legais desde os primeiros registros aos quais se tem acesso, até recentemente ele constava como forma de violação à honra ou

¹¹ Art. 234-B. Os processos em que se apuram crimes definidos neste Título correrão em segredo de justiça (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 21 mai. 2020.

propriedade de um homem, não como forma de violação ao corpo e à dignidade de uma mulher.

O condicionamento das mulheres ao silêncio que tem início na infância se dá, dessa maneira, pela mensagem desde cedo internalizada sobre o direito sexual masculino e, também, se dá pelos muros construídos em torno da sexualidade a fim de mantê-la como um assunto privado, como se o tema não fosse dotado de qualquer dimensão social.

Dados do Ministério da Saúde coletados entre 2011 e 2014 apontam que 63,8% dos casos de estupro registrados no período aconteceram na própria residência da vítima, ao passo que 18,4% ocorreram em via pública, 1,8% em escola, 1,4% em comércio/serviços, 1% em bar ou similar, 0,9% em habitação coletiva, 0,5% em local de prática esportiva, 0,5% em indústria/construção e 11,7% em outros locais (CERQUEIRA et al., 2017, p. 44).

Esses números são reveladores porque mostram que a maior parte dos casos ocorre em ambiente doméstico e, mais, são cometidos por pessoas do convívio familiar das vítimas, com destaque para pais ou padrastos (15,7%) e cônjuges ou namorados (10,5%), ao contrário do cenário inscrito no imaginário social em que o estupro é perpetrado por um desconhecido que ataca em becos escuros.

O debate sobre a necessidade ou não de educação sexual nas escolas está ligado a esses dados e, como colocado um pouco antes, também se relaciona fortemente ao fato de a sexualidade ser tratada como tabu. Ao passo que algumas pessoas argumentam que grande parte dos abusos sexuais têm início na infância e são cometidos por pessoas próximas e, por isso, é essencial que haja educação sexual nas escolas para que meninos e meninas aprendam a identificar e comunicar toques impróprios, grupos conservadores afirmam que educação sexual nas escolas antecipa um tema (sexo) na vida de crianças e, dessa forma, as corrompe.

A questão, portanto, não é somente o silêncio da mulher vitimada. Uma das engrenagens da grande máquina que permite a normalização do estupro é também o silêncio da sociedade que aceita acriticamente a ignorância de meninas e mulheres sobre a própria sexualidade, desapropriando-as, mais uma vez, de seu próprio corpo.

2.1. O estupro das mulheres negras como ato fundante

A violação do corpo de uma mulher tem potencial de reprodução simbólica e concreta. Simbólica no sentido da normalização do estupro, sistematizando-o em cultura, da produção de traumas nas vítimas e da reiteração de hierarquias que envolvem raça, classe e sexo. Mas também reprodução objetiva, porque uma mulher estuprada pode engravidar e, por nove meses, gestar a violência que sofreu. Nesse sentido, mesclando o simbólico e o literal, me lembro de uma das leituras que mais me marcou na vida, na qual o autor evoca a mitologia grega para ilustrar a forma como o estupro não é somente normalizado, mas enraizado no imaginário social como ato fundante:

A mitologia clássica está cheia de estupros, muitas vezes praticados por um deus licencioso. Assim, Zeus estuprou Europa e Leda; Dioniso, Aura; Posêidon, Etra; Apolo, Evadne. É digno de nota que todos esses estupros tenham resultado em filhos que, em vez de personificarem a vergonha, eram semideuses (SOLOMON, 2012, p. 556).

Lembro, também, que a leitura do trecho acima me trouxe inevitavelmente uma imagem mais próxima de minha formação cultural, das imagens que carrego comigo sobre o divino: a de Maria, uma virgem que concebe um menino por meio da intervenção de um deus igualmente licencioso sobre seu corpo.

Em um pensamento menos abstrato e mais localizado, a invasão do corpo das mulheres se inscreve essencialmente na história do Brasil. Para além da dominação do território geográfico, os portugueses que colonizaram o país também dominaram os corpos e as almas dos povos indígenas que aqui viviam. Por um lado, domesticando-os religiosamente com a catequese e os aldeamentos, por meio dos quais os índios eram compelidos a abdicar da própria cultura para viver sob os preceitos do cristianismo. Por outro lado, estuprando as mulheres indígenas.

No período da escravidão, mulheres negras escravizadas também eram sistematicamente violadas. O domínio sobre os corpos tanto de homens negros quanto de mulheres negras era marca da época e é importante de ser observado sob a ótica da não contemplação da mulher negra pelos ideais de fragilidade, comumente atribuídos às mulheres brancas e, no pior das vezes, às mulheres enquanto uma categoria universal, sem levar em consideração as particularidades da formação da identidade cultural da mulher negra. O que diferenciava homem negro escravizado e mulher negra escravizada

era o uso do corpo desta para a manutenção do lar, do íntimo das famílias brancas. No excerto a seguir de Gilberto Freyre, cujo discurso reflete os arranjos sociais do Brasil Colônia e seus reflexos em nossa cultura, isso fica bastante evidente:

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem (FREYRE, 2003, p. 191 apud SANTOS e SALES, 2018, p. 44).

Os três séculos de escravidão no Brasil comportaram pelo menos um ciclo inteiro de vida, da infância à velhice, de três gerações de mulheres negras que foram escravizadas. Ao longo de todo esse ciclo, essas gerações tiveram suas vidas voltadas a servir pessoas brancas. À mulher branca, a negra servia para manter sua casa sempre limpa e a comida sempre pronta. Para o homem branco, desde menino, a mulher negra representava uma figura materna porque os amamentava e cuidava; representava, também, importante etapa de sua vida sexual, uma vez que era a responsável por sua “iniciação” e, depois de casado – com uma branca, é evidente –, uma forma de diversão sempre disponível. Essa dinâmica cruel era “uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016, p. 26).

Sobre essa particularidade na forma de exploração da mulher escravizada, Davis escreve em termos precisos:

Uma das características históricas marcantes do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos – especialmente aqueles com poder econômico – possuíam um direito incontestável de acesso ao corpo das mulheres negras. A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira **institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações entre o senhor e a escrava.** Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. **A licença para estuprar** emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão (DAVIS, 2016, p. 191. Grifos meus).

Enfatizar a forma como mulheres negras são historicamente violadas não significa fazer um “recorte racial” para falar de estupro. Não há como falar de estupro, história do Brasil, domínio de corpos e de discursos sem levar em consideração a essencialidade da experiência de mulheres negras e as demandas igualmente particulares suscitadas por elas. Nesse sentido, bell hooks apresenta uma visão crítica sobre o não pertencimento da mulher negra. Ao passo que a palavra “homem” se refere aos homens brancos, a palavra “negro” se refere aos homens negros e “mulheres”, como é de se imaginar, contempla somente as mulheres brancas, a autora questiona qual é o seu espaço. Daí a provocação do título de seu livro, “E eu não sou uma mulher?”, que desemboca, ao longo do texto, em provocações outras sobre seu espaço no movimento negro.

Assim como as mulheres negras se inscrevem de forma particular na história e na cultura e, por isso, possuem experiências em muito diferentes das mulheres brancas no que diz respeito a abusos sexuais, o silêncio também tem origem, motivação e expressão distinta:

Nosso silêncio não era mera reação contra as brancas liberacionistas nem gesto de solidariedade aos patriarcas negros. Era o silêncio do oprimido: **aquele profundo silêncio engendrado de resignação e aceitação perante seu destino.** Não era possível para mulheres negras contemporâneas se juntarem para lutar pelos direitos das mulheres, porque não víamos “mulheridade” como aspecto importante da nossa identidade. A socialização racista e sexista nos condicionou a desvalorizar nossa condição de mulher e a considerar raça como o único rótulo relevante de identificação. Em outras palavras, pediam-nos que negássemos parte de nós mesmas – e nós fizemos isso. Conseqüentemente, quando o movimento de mulheres levantou a questão da opressão sexista, argumentamos que sexismo era insignificante à luz da realidade mais dura, mais brutal do racismo. **Tínhamos medo de reconhecer que o sexismo podia ser tão opressivo quanto racismo** (HOOKS, 2019, p. 17. Grifos meus).

O efeito combinado do racismo e do sexismo para as mulheres negras, dessa forma, faz com que mulheres negras sejam duplamente violadas. No Brasil, o mito da democracia racial, calcado em uma interpretação dissimulada do que viria a significar a miscigenação, é uma das formas mais potentes de silenciamento de toda a violência sexual que mulheres negras sofreram e sofrem. hooks (2019, p. 35) pontua que o enfrentamento ao racismo e ao sexismo são fundamentalmente interligados, uma vez que

“separá-los seria negar uma verdade básica de nossa existência: raça e sexo são facetas imutáveis da identidade humana”.

2.2. Subnotificação e políticas públicas de combate à violência sexual no Brasil

Hoje, a violação do corpo feminino é institucionalizada nos diplomas legais do país, mas a realidade social ainda dá constantes demonstrações da dificuldade de se alterar posturas e pensamentos tão enraizados na cultura. Por isso, segue sendo comum que vítimas de abuso sexual demorem para compreender que de fato passaram por uma experiência de violação e, se compreendem, é comum que sentimentos como a vergonha e o medo as impeça de denunciar.

A vergonha, como visto há pouco, não é um traço natural da mulher, mas uma construção tanto pela maneira como meninas e meninos são criados quanto pelo espaço de tabu atribuído à sexualidade, a restringindo à intimidade, ao espaço privado, e expurgando-a do debate público. O medo, por sua vez, provém tanto de ameaças concretas quanto da revitimização pela qual vítimas de violência sexual comumente passam nas mãos da saúde pública, no ambiente das delegacias e nos processos judiciais, culminando na descrença na justiça pelo sentimento de que não serão levadas a sério ou, pior, serão julgadas pelo crime cometido contra elas.

O caminhar das leis que definem e punem o abuso sexual, das Ordenações Filipinas (1603) até as alterações mais recentes do Código Penal em 2018, trabalhado anteriormente como discurso em constante interação com a sociedade e a história, não coincidentemente está relacionado ao caminhar das políticas públicas voltadas às mulheres e, especialmente, ao combate à violência sexual.

A virada do século e a década de 2000 representam um período particularmente importante nesse aspecto. A violência não foi sempre assunto de relevância na agenda do setor da saúde. É recente a priorização do tema na discussão técnica e na implementação de políticas: a violência foi reconhecida como um problema de saúde pública pelas Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana de Saúde (OPS) somente em 1993. Esse reconhecimento não é apenas uma formalidade, mas a constatação e a institucionalização de um fato – de que a violência é um problema global de saúde

pública – e o impulso necessário para que os países se dedicassem à pauta por abordagens outras que não somente a da segurança.

No que diz respeito especialmente à violência sexual, foco desta pesquisa, enquadrá-la como uma questão de saúde pública implica no reconhecimento de suas “consequências que vão das doenças sexualmente transmissíveis a aids, gravidez indesejada ao aborto inseguro, dos transtornos psicológicos e psiquiátricos pós-trauma ao suicídio” (LIMA e DESLANDES, 2014, p. 789) e, dessa maneira, no esforço e responsabilidade para mitigar sua ocorrência e consequências tão danosas de maneira intersetorial – sendo não mais um problema estrito da segurança pública, mas também da saúde:

A violência sexual deve ser encarada para além dos números, não apenas pela notória subnotificação deste tipo de violência, mas também por causar consequências físicas e psicológicas nas vítimas, como transtornos de ansiedade, depressão e abuso de substâncias, especialmente quando a violência ocorre na infância e adolescência. Essas consequências têm continuação na vida adulta e causam impactos negativos na sociedade, tanto pela perspectiva individual quanto comunitária e econômica (GASPAR e PEREIRA, 2018, p. 2).

A demora para a violência ser institucionalizada como pauta de saúde pública e a insistência, ainda hoje, em tratá-la como questão unicamente de segurança (ou seja, questão de polícia), bem como o fato de a subnotificação de casos de estupro ser um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento da violência sexual, são também causa e consequência do silenciamento sobre o qual trato neste capítulo.

Nesse sentido, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) é uma importante ferramenta. O Sistema tem por objetivo a padronização do processo de registro e compartilhamento dos dados de doenças e agravos de notificação compulsória (DNC) no Brasil. Ele foi desenvolvido no início da década de 1990 e regulamentado em 1998, quando se tornou obrigatória a alimentação regular da base de dados nacional pelos municípios, estados e Distrito Federal e foi designada à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) a gestão nacional do Sistema.

O registro de violências, todavia, nem sempre foi realizado pelo Sinan como o é hoje. O Ministério da Saúde (MS) implantou, por meio da Portaria MS/GM nº 1.356, de

23 de junho de 2006, o Sistema de Vigilância de Violências (Viva), que foi desenvolvido a partir do reconhecimento sobre o impacto social e econômico que as violências e os acidentes exercem na realidade brasileira.

Entre 2006 e 2008, a vigilância foi introduzida em serviços de referência para violências (centros de referência para violências, centros de referência para IST/Aids, ambulatórios especializados e maternidades). Em 2009, o Viva passou a integrar o Sistema de Informação de Agravos de Notificação e, depois, a integração foi efetivada pela Portaria MS/GM nº 104, de 25 de janeiro de 2011, que universalizou a notificação de violência doméstica, sexual e outras para todos os serviços de saúde. Foi nesse momento – nota-se como é recente – que as violências foram incluídas na relação de doenças e agravos de notificação compulsória (DNC) que são registrados pelo Sinan.

Em 2014, com a publicação da Portaria MS/GM nº 1.271, de 06 de junho de 2014, foi instituída nova lista de doenças e agravos de notificação compulsória. Nesta portaria, os casos de violência sexual, bem como tentativas de suicídios, tornaram-se agravos de notificação imediata (em até 24 horas pelo meio de comunicação mais rápido) para as Secretarias Municipais de Saúde.

É a partir desses importantes marcos temporais que dados mais palpáveis e próximos à realidade da violência sexual no Brasil passam a ser produzidos. Essa produção, por sua vez, tem enorme importância: é necessário registrar e documentar o problema para que ele seja estudado e tenha suas características destrinchadas e, assim, seja possível desenhar e implementar políticas públicas adequadas e eficazes.

Estudos sobre a aplicação da notificação compulsória do país em casos de violência sexual, no entanto, demonstram as dificuldades enfrentadas pelos profissionais para incorporar a medida à rotina dos Serviços de Saúde. Em grande parte, a dificuldade de transcender a taxa de subnotificação que se inscreve fortemente na questão do estupro no Brasil reside no fato de que nem todas as mulheres vítimas de violência sexual buscam socorro em um estabelecimento de saúde e concordam em prestar informações. Este problema pode ser atribuído aos sentimentos de medo e vergonha construídos socialmente e trabalhados no tópico anterior.

Por outro lado, a própria organização do sistema de saúde pode ser um empecilho, uma vez que os estabelecimentos capacitados para munir o Sinan com informações não estão distribuídos de maneira uniforme pelo país e, além disso, os próprios profissionais

(entre eles, médicos e enfermeiros) não estão preparados para lidar com esse tipo de situação.

Os resultados de um estudo realizado por Sousa et al. (2015), “Preenchimento da notificação compulsória em serviços de saúde que atendem mulheres que sofrem violência sexual”, são elucidativos sobre os problemas da aplicação da notificação compulsória. As autoras realizaram entrevistas com profissionais de alguns dos serviços de saúde do estado de São Paulo que afirmaram prestar atendimento de emergência a mulheres vítimas de violência sexual. Questionaram como ocorria o atendimento de emergência a essas mulheres, o conhecimento do profissional acerca da ficha de notificação compulsória para os casos de violência sexual, como era realizado o preenchimento da ficha, as dificuldades durante o preenchimento e o encaminhamento dado ao documento.

Por meio das entrevistas, as pesquisadoras constataram que as razões mais frequentes para o preenchimento da ficha de notificação compulsória foram a obrigatoriedade (60,9%) e a obtenção de informações ou estatísticas (27,8%). No caso dos que alegaram não preencher a ficha, as respostas apontaram para a desinformação do respondente (8,3%) e o despreparo dos profissionais (6,5%).

As pesquisadoras chamam a atenção, ainda, para a articulação dos entrevistados sobre as dificuldades de preenchimento: tamanho da ficha, dificuldade de obtenção de informações da vítima, que está fragilizada e normalmente envergonhada e constrangimento por parte do próprio profissional para conversar com a vítima sobre a violência sofrida. Os percalços da aplicação da Ficha de Notificação Compulsória são, certamente, sinalizadores da realidade contraditória que ainda vive o Brasil.

*

É possível apreender, tanto pelo percurso da legislação brasileira em relação ao estupro quanto pela trajetória das políticas públicas e da análise de dados sobre a aplicação da Ficha de Notificação Compulsória em Serviços de Saúde, que as instituições caminham no sentido de enfrentar a violência sexual contra a mulher. É uma visão otimista, claro, mas é uma constatação bastante palpável diante do exposto até aqui.

A mudança na palavra da lei que, mesmo sendo recentíssima (Lei nº 12.015/2009), alterou drasticamente a proteção do Estado, voltando-a finalmente à dignidade sexual do ser humano, sem mais distinções arbitrárias e discriminatórias entre mulheres honestas e desonestas. O movimento das políticas públicas, igualmente recente, de revisão do setor responsável por casos de violência, tornou o abuso sexual tema da saúde pública e incluiu a violência sexual no Sistema de Notificação Compulsória. Não dá para diminuir a importância desses passos, tampouco para acreditar que eles foram dados espontaneamente por quem detém poder político e jurídico no país: foram exigidos e conquistados a duras penas pela pressão de movimentos sociais, sobretudo feministas.

Ao mesmo tempo, para proteger o otimismo da ingenuidade, é necessário reconhecer que, mesmo diante de avanços, ainda que significativas mudanças e reflexões sejam perceptíveis no sentido da busca pelo rompimento do silêncio de vítimas de violência sexual, tanto por parte da sociedade civil quanto do poder público, a persistência da violação do corpo feminino na sociedade brasileira e a subnotificação de casos demonstram que o problema ainda está longe de ter se esgotado. Sobre isso, no Atlas da Violência de 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), consta:

Em 2016, foram registrados nas polícias brasileiras 49.497 casos de estupro, conforme informações disponibilizadas no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Nesse mesmo ano, no Sistema Único de Saúde foram registrados 22.918 incidentes dessa natureza, o que representa aproximadamente a metade dos casos notificados à polícia. **Certamente, as duas bases de informações possuem uma grande subnotificação e não dão conta da dimensão do problema, tendo em vista o tabu engendrado pela ideologia patriarcal, que faz com que as vítimas, em sua grande maioria, não reportem a qualquer autoridade o crime sofrido.** Para colocar a questão sob uma perspectiva internacional, nos Estados Unidos, apenas 15% do total dos estupros são reportados à polícia. **Caso a nossa taxa de subnotificação fosse igual à americana, ou, mais crível, girasse em torno de 90%, estaríamos falando de uma prevalência de estupro no Brasil entre 300 mil a 500 mil a cada ano** (IPEA, 2018, p. 56. Grifos meus).¹²

¹² Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso em: 28 jun. 2019.

Por isso, em consonância com Lima e Deslandes (2014, p. 789), é fundamental ponderar criticamente sobre a realidade da violência sexual no país: apesar de o Brasil ser signatário de todos os acordos internacionais que repudiam a violência contra a mulher e, mesmo com a subnotificação dos casos, os registros apontam que o problema se configura como uma questão de segurança e de saúde pública, afetando o desenvolvimento individual e comunitário de forma alarmante.

CAPÍTULO III – DE JOÃO TEIXEIRA DE FARIA A “JOÃO DE DEUS”: A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* E A CONSOLIDAÇÃO DE LEGITIMIDADES

Os dois primeiros capítulos desta dissertação permitiram a organização de um panorama sobre a questão do estupro no Brasil. Primeiro por meio da organização e análise do percurso histórico da legislação brasileira em relação ao estupro e, depois, por meio da revisão do percurso das políticas públicas de combate à violência sexual no país. Essas duas etapas foram realizadas com o auxílio de autores e conceitos da Análise do Discurso, de forma a relacionar a realidade material, suas transformações concretas – seja na palavra da lei ou na criação de políticas públicas –, os discursos e o desenvolvimento destes ao longo dos tempos.

O terceiro capítulo, que aqui inicio, marca o começo de um novo período deste trabalho. Uma vez apresentadas e trabalhadas as bases teóricas da pesquisa e as concepções a partir das quais entendo a violação do corpo da mulher, demarcando o papel fundamental que o silêncio exerce em um sistema cultural de normalização do estupro, é a hora de adentrar a descrição e análise do corpus de pesquisa. Este capítulo versa sobre a representação midiática de João de Deus anterior à explosão de denúncias de abuso sexual que o levou à cadeia, entendida aqui como um processo de consolidação midiática de sua legitimidade e trabalhada por meio do conceito de *ethos*. Não se trata de investigar a trajetória pessoal do médium, mas traçar e analisar um percurso midiático que materializa discursivamente a passagem de João Teixeira de Faria, um homem ordinário e anônimo, para João de Deus, um homem divino internacionalmente conhecido.

João Teixeira de Faria, 78 anos, é conhecido no Brasil como “João de Deus” e internacionalmente conhecido como “John of God”. De acordo com sua própria narrativa sobre seu desenvolvimento espiritual, registrada em entrevistas e em documentários sobre sua história, ele começou a ter premonições aos oito anos e, a partir de então, passou a ser procurado pelas pessoas, até o momento que começou a incorporar espíritos que supostamente auxiliavam na cura de doenças.

Em 1976, João fundou a Casa Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, no interior de Goiás, espaço ecumênico destinado à cura física e espiritual de fiéis. João atuou na Casa por 42 anos, recebendo mais de mil pessoas de todo o mundo diariamente, até ser preso no final de 2018. Os processos correm em segredo de justiça, mas o que se sabe é

que, além das denúncias de abuso sexual, João Faria também responde por posse ilegal de armas, falsidade ideológica e corrupção de testemunhas.¹³

Uma das características desse caso, que o torna particularmente importante nesta pesquisa, é o fato de João Faria ser um médium midiaticizado. Em uma das entrevistas aqui analisadas, concedida ao programa “Altas horas”, o apresentador reitera algumas vezes quão rara é aquela entrevista. É verdade que, proporcionalmente aos anos de trabalho, João de Deus não concedeu tantas entrevistas e, ao que parece, não era tão acessível a jornalistas. Mas, por outro lado, além de ter pautado muitas matérias da imprensa nacional e internacional, também recebeu a visita de muitas pessoas famosas do esporte, da televisão e da política de várias partes do mundo.

Xuxa Meneguel, Naomi Campbell, Camila Pitanga, Fábio Assunção, Giovanna Antonelli, Cláudia Raia, Marcos Mion, Luciana Gimenez, Ronaldo ‘Fenômeno’, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Luís Roberto Barroso: esses são apenas alguns dos nomes de pessoas amplamente conhecidas que já foram até Abadiânia em busca do tratamento espiritual de João Faria. Essas visitas, bem como a presença de João Faria na mídia, inevitavelmente contribuíram para amplificar o trabalho realizado em Abadiânia e consolidar a legitimidade de seu suposto poder de cura.

Um dos procedimentos realizados por João Faria era as cirurgias físicas. A falta de especialização médica, o uso de instrumentos sem esterilização e a falta de anestesia foram alvo de crítica na imprensa nacional e internacional algumas vezes. É importante fazer esses parênteses porque, ao contrário do que possa parecer em um capítulo que versa sobre a consolidação da legitimidade por meio da mídia, a representação do trabalho de João de Deus não foi sempre linear e positiva, mas marcada pela controvérsia. A questão é mais sobre como essa controvérsia foi manuseada pelo jornalismo.

Além desses procedimentos, outra polêmica se dava em torno da farmácia mantida pela Casa Dom Inácio de Loyola. Os atendimentos espirituais não eram cobrados, mas uma parte importante do tratamento oferecido eram as pílulas de passiflora¹⁴. Elas eram

¹³ Enquanto esta dissertação está sendo finalizada, em meio à pandemia do Covid-19, João Faria está em regime domiciliar para, de acordo com os termos da decisão judicial, evitar o contágio da doença.

¹⁴ No laboratório farmacêutico da Casa Dom Inácio de Loyola, os remédios já chegavam praticamente prontos. A passiflora é um extrato de maracujá em pó produzido pela empresa Florien Fitoativos, de Piracicaba, São Paulo. Na Casa, ele era encapsulado e embalado, para depois ser energizado pelas entidades protetoras da Casa. Nas farmácias comuns, o preço chega a ser metade do que era cobrado em Abadiânia.

vendidas em frascos de 50 unidades e a recomendação era que fossem ingeridas todos os dias pela manhã e pela tarde. Dessa forma, eram necessários dois frascos para os 50 dias de tratamento, totalizando R\$ 100,00 por fiel.

A representação de João de Deus não foi – e ainda não é, mesmo após sua prisão – homogênea. Ainda assim, ao analisar a expressão das primeiras vítimas que se manifestaram publicamente no programa “Conversa com Bial” (**Anexo 1**), o medo se mostrou um dos fatores preponderantes para tantos anos de silêncio justamente pela força política, espiritual e simbólica que João de Deus deteve, ou ao menos representou, por muitas décadas. Alguns trechos da fala das vítimas que selecionei são bastante significativos nesse sentido:

Zahira: Eu sei que tenho sido criticada: “Por que você está vindo com a sua história se ele está curando milhares de pessoas?”. E essa é uma das razões por que eu nunca disse nada. Porque **se fosse só eu, eu que engula, porque ele está curando milhares de pessoas**, certo? Mas agora eu sei que ele está abusando de centenas de mulheres e meninas.

Zahira: Eu fiz minhas pesquisas e me senti segura em ir sozinha. (...) **Eu já acreditava naquilo antes de eu ir, então eu estava pensando “isso é legítimo”**.

Zahira: Ele me disse que eu teria uma consulta particular com o João e eu teria que esperar do lado de fora do escritório dele por muito tempo, até todas as pessoas da fila passarem, e eu fui a última a entrar. E é um cenário bem bizarro em que **você, de certa forma, se sente especial, como “Eu vou receber a cura!”**, “Uau, finalmente isso está acontecendo”.

Amy: Ela não estava querendo fazer sexo oral nele e foi por isso que ela gritou. Mas **eu sentei no sofá e fechei meus olhos, porque eu estava tão doutrinada a ouvir e achar que aquilo tudo era divino e especial**.

Vítima anônima 1: Ele falou: “vou ficar atrás de você e vou fazer um realinhamento energético”. Quando ele ficou atrás de mim, ele ficou muito próximo de mim, isso a princípio me incomodou, mas eu falei: **“bom, se eu tô aqui é porque é especial eu estar aqui e graças a deus olharam pra mim e vão curar a minha vida, todas essas feridas, e vão me ajudar nesse caminho que eu tenho aí com meus filhos”**.

Zahira: Eu estava com **medo deles me mandarem espíritos ruins**, que era a energia que eu estava recebendo, sendo ameaçada. Eu tinha **medo da minha vida se tornar miserável**. Como se eu não fosse conseguir dormir porque **eles me seguiriam nos meus sonhos**.

Amy: Uma mulher me contou que **ela tinha limpado a boca de uma menina e disseram para ela que aquilo era ectoplasma. E não passou pela cabeça dela, porque ela estava tão doutrinada, que aquilo era, na verdade, ejaculação.** E ela falou: “Ah, e ele dá almoço de graça pra elas”. Tem um quarto especial do outro lado da “Casa” onde podem se sentar as pessoas “especiais”. Você ganha almoço. Então ela dava comida para essas crianças. E ela começou a chorar e a tremer e disse “Meu deus do céu, eu não sabia”.

Vítima anônima 2: Eu estava desesperada. E aí ele olhou pra mim e falou assim: “Você está quase curada, mas você ainda não está curada. Mas você tem que me prometer alguma coisa: que o que eu fizer aqui dentro, você não vai falar pra ninguém, **você não vai falar pra ninguém sobre o seu processo de cura comigo**”. Aí eu achei um pouco estranho, porque eu não poderia falar, mas **eu tava tão desesperada pela cura e pra sair daquele estado de tristeza em que eu me encontrava.**

Vítima anônima 2: Aí eu comecei a chorar, comecei a ficar desesperada, e eu só pensava assim: “como que eu vou sair daqui?”. Eu olhava pra uma porta, olhava pra outra, e eu falava “gente, **se eu gritar, tem milhares de pessoas aí fora, que endeusam ele, né? Que chamam ele de João de Deus. Se eu gritar, eu vou ser apedrejada aqui dentro. Como que eu vou sair daqui?**”

Vítima anônima 2: ele perguntou por que eu não tava colaborando. Eu falei: “porque eu não to entendendo nada do que tá acontecendo aqui. Eu não estou gostando do que está acontecendo aqui”. Ele falou: “então vai embora. Vai, vai. Pode ir!”. Eu falei: “vai embora pra onde? Você vai me por na sua corrente?”

Vítima anônima 2: Ele é um homem muito, muito poderoso. Conhece muitos políticos, médicos, artistas.

Amy: [Já me senti ameaçada por ele] De morte. Não ataques espirituais. Morte de verdade. E eu não sou a única, há outras. **Quando todas as outras alternativas falham, te ameaçam de morte. É assim que funciona, porque algumas pessoas são muito perigosas para ele. O que estamos fazendo hoje aqui é muito perigoso.**

Vítima anônima 3: Nessa primeira vez que ele fez isso ele sentou e pediu pra eu abrir a porta pras pessoas que estavam lá e eu abri a porta, sentei. Quando começaram a entrar as pessoas, as pessoas agradecendo, dando presente, flores, bichos de pelúcia, pessoal dele falando com ele.

As marcas discursivas na fala das vítimas apontadas acima sinalizam o medo de retaliação e esse medo vem de lugares diversos: há o medo de retaliação espiritual, física

e, também, o medo de ser desacreditada, uma vez que se tratava de um homem muito adorado.

É importante salientar, igualmente apoiada pelas falas supracitadas, o espaço de vulnerabilidade que essas mulheres ocuparam enquanto visitantes da Casa Dom Inácio de Loyola. São pessoas que estão buscando algum tipo de cura para alguma doença com a qual elas mesmas ou pessoas queridas sofrem ou, ainda, para algum tipo de trauma que as acompanha.

Para instigar a reflexão sobre o manuseio da controvérsia pelo jornalismo, a construção do *ethos* e a consolidação de legitimidades, foram selecionados episódios de dois programas da Rede Globo pautados pelo trabalho de “João de Deus” antes da publicização de centenas de denúncias de abuso sexual contra o médium: uma entrevista no *Altas Horas* de 2016 e uma reportagem do *Fantástico* de 2012. Para isso, é importante antes retomar e explorar com mais profundidade questões de argumentação no discurso e *ethos*.

3.1. Da retórica aristotélica à argumentação no discurso

Na Grécia Antiga, parte da garantia do bom funcionamento da justiça e da sociedade se dava pelo debate entre cidadãos, cuja qualidade dependia tanto do manuseio da controvérsia quanto da prática da palavra pública. As cidades-Estado gregas, também conhecidas como *polis*, tinham como principal característica a independência política-administrativa uma da outra. Ainda assim, a *Ágora*, nome que se dava às praças públicas onde as pessoas costumavam se reunir para a tomada de decisões, era um ponto em comum da estrutura física e política de todas as cidades, o que demonstra a centralidade do discurso nesse período de efervescência filosófica e primeiras definições sobre a democracia.

Debate, discurso e controvérsia são termos capazes de nos transportar para a noção de retórica, fundamental à época e formalizada na obra *Retórica* de Aristóteles (284-322 a.C.), “imprimindo-lhe cientificidade, utilidade e caráter argumentativo” (MIRANDA, 2011, p. 46). Tradicionalmente, a concepção aristotélica de retórica pode ser definida como “a arte de persuadir”. O filósofo grego postulou que as falas de um enunciador são organizadas de acordo com o que, em cada caso, é capaz de convencer e exercer influência.

A retórica não atua nos campos do verdadeiro e do demonstrável, mas nos campos da verossimilhança e da opinião, uma vez que trabalha com os arranjos da fala e não com o seu conteúdo. Por essa razão, foi alvo de críticas por não lidar com os fatos em um sentido restrito. Mas, se por um lado essa característica é apontada como uma vulnerabilidade teórica e científica, Aristóteles já havia percebido que “o verossímil e o opinável constituem o princípio da força da retórica, pois permitem raciocinar e comunicar em função de normas de racionalidade nos inúmeros domínios em que a verdade absoluta não pode ser garantida” (AMOSSY, 2018, p. 17).

Ou seja, se por um lado a arte do bem dizer pode tornar críveis argumentos falaciosos, é igualmente possível apontar que, por meio dessa mesma retórica, as pessoas podem mobilizar o raciocínio a fim de desconstruir tais argumentos e fazer emergir outros. A palavra pública é um campo de disputas em aberto e as ideias não são estáveis. A formalização dos estudos sobre a retórica surge justamente das demandas do debate público quando se percebe que as noções dicotômicas de verdadeiro e falso não dão conta da complexidade do discurso e outros elementos constroem sua legitimidade e garantem sua adesão – e, por isso, carecem de investigação.

A questão da eficácia da palavra, ou seja, do fato de o uso da palavra estar necessariamente relacionado ao impacto que ela causa sobre as pessoas, torna a argumentação parte inerente de todo discurso. Não porque, como se concebe tradicionalmente a ideia de argumentação, todo discurso carregue uma tese evidente a ser defendida e tenha uma estratégia de persuasão definida conscientemente. Mas porque, por uma perspectiva mais ampla e contemporânea sobre o que é argumento, é possível apontar uma distinção entre *visada* e *dimensão* argumentativa.

Ao passo que a *visada* argumentativa implica a inscrição de uma tese em maior evidência no discurso e, por consequência, o esforço retórico para gerar adesão do público, a *dimensão* argumentativa se insere discursivamente de forma mais sutil, mas que ainda assim é capaz de direcionar o olhar do público e favorecer certas perspectivas (argumentos) sobre determinados assuntos em detrimento de outras, conforme descreve Ruth Amossy:

É importante compreender, simultaneamente, como o discurso faz ver, crer e sentir, e como ele faz questionar, refletir, debater. Na prática linguageira, essas duas tendências estão intimamente ligadas e são, por

vezes, indissociáveis. É por isso que a teoria da argumentação no discurso – explorando não somente a visada, mas também a dimensão argumentativa da fala – deseja cobrir um vasto inventário de discursos que ora conquistam a opinião, ora simplesmente orientam o olhar (2018, p. 11).

É a partir dessa visão que o estudo da argumentação se tornou parte integrante da Análise do Discurso, tendo como expoentes dessa intersecção autores franceses contemporâneos como Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, à medida que “se deseja esclarecer os funcionamentos discursivos, explorando uma fala situada e, pelo menos, parcialmente sujeita a coerções” (AMOSSY, 2018, p. 11).

Bem como os estudos da argumentação trazem contribuições valiosas para a Análise do Discurso, eles também são assimilados por essa disciplina sob a ótica e paradigmas da própria AD, de forma a relacionar a fala a quadros sociais e institucionais e localizar o enunciador, assim como os seus co-enunciadores, em uma época que condiciona as possibilidades de sua fala e da maneira como ela é recebida.

3.1.2. A construção do *Ethos*

O *ethos*, noção teórica utilizada nesta parte do trabalho, tem origem no pensamento aristotélico. Por isso, está intrinsecamente ligado à retórica, por meio da qual um locutor organiza seu discurso a fim de garantir legitimidade à sua pessoa e à sua fala e, assim, persuadir em prol de seus interesses.

Os primórdios do termo remontam a um cenário de disputa conceitual: ao passo que Aristóteles entendia *ethos* como uma estratégia de projeção de uma imagem de autoridade na fala – não necessariamente condizente com a realidade –, os romanos entendiam *ethos* como a inscrição da moral e do caráter reais do locutor em seu discurso. Por isso, Amossy (2018, p. 18) lembra que “a noção de *ethos* é retomada nos manuais de retórica da idade clássica sob a denominação de “caracteres oratórios”:

Distinguimos caracteres oratórios de caracteres reais. Isso não apresenta dificuldades, pois, quer alguém efetivamente honesto, quer seja honesto, quer seja piedoso, religioso, modesto, justo, fácil no convívio com o mundo, ou, ao contrário, quer seja corrompido, [...], aqui está o que chamamos caracteres reais. Mas um homem **parecer** isso ou aquilo **pelo** discurso, isso se chama *caracteres oratórios*, quer ele seja tal como pareça ser, quer pareça mesmo sem o ser. Pois pode-se mostrar algo sem sê-lo; e pode-se não parecer tal, e ainda assim o ser; pois isso

depende da *maneira como se fala* (LE GUERN, 1997, p. 284 apud AMOSSY, 2018, p. 18).

As reformulações da noção de *ethos* estão presentes em áreas como as ciências da linguagem, as teorias da argumentação contemporâneas, a teoria da narrativa e os estudos culturais – cada um desses campos traz o conceito de forma coerente a seus paradigmas e em consonância com seus objetos de estudo.

Para analisar a construção da legitimidade de João Faria, a noção de *ethos* é retomada aqui como um aporte teórico na tarefa de explorar a seguinte questão: como João Teixeira de Faria, um homem comum, se tornou “João de Deus”, um médium internacionalmente conhecido pelo seu poder de cura? A nós, cabe pensar que

a maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida que o locutário se vê obrigado a apreende-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento de uma inter-relação entre o locutor e seu parceiro. Participando da eficácia da palavra, a imagem quer causar impacto e suscitar a adesão. Ao mesmo tempo, o *ethos* está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de sua legitimação pela fala (AMOSSY, 2018, p. 17).

3.3. Altas Horas 2016 e 60 Minutes de 2014

O programa de televisão brasileiro Altas Horas, apresentado por Serginho Groisman e transmitido pela Rede Globo há 20 anos, exibiu uma entrevista intimista com João de Deus na edição do dia 10 de setembro de 2016.

Na ocasião, Serginho Groisman foi até Abadiânia e gravou na varanda da casa de João de Deus, ambos vestidos de branco, sentados e com uma vista para a natureza. Antes mesmo do início da exibição da entrevista, a maneira como o apresentador, no palco do Altas Horas, apresenta o entrevistado ao público, dá pistas sobre o tom da conversa:

João Teixeira de Faria, mais conhecido como “João de Deus”, nasceu na pequena cidade de Cachoeira da Fumaça no interior de Goiás. Trabalhou como alfaiate ao lado do pai e **aos nove anos teve a primeira manifestação espiritual**, a premonição de uma forte tempestade que devastou parte de uma cidade da região. João seguiu com as premonições, mas foi só na adolescência que **foi orientado a usar o seu poder para curar as pessoas**. Desde então, as cirurgias espirituais têm sido **a grande missão da sua vida**. No final dos anos 70, João de Deus se estabeleceu em Abadiânia, município perto de Goiânia, e

fundou a Casa Dom Inácio de Loyola. **Há 40 anos**, o médium atende perto de **2 mil pessoas** por dia vindas **de todos os lugares do mundo**, principalmente da Europa, Estados Unidos e Ásia, que **se submetem aos procedimentos sem anestesia sob a mentoria de entidades médicas**, Dr. Augusto de Almeida, Dom Inácio, Oswaldo Cruz e Xavier. **Políticos, empresários, atletas e artistas famosos** já se submeteram às cirurgias espirituais, mas **todos precisam ficar nas filas para serem atendidos. Milhões de pessoas já receberam tratamento, números e fé que só aumentam** (Serginho Groisman, *Altas Horas*, 2016. Grifos Meus).

A leitura do texto acima foi realizada no programa como narração em off com a voz de Serginho Groisman sobre imagens de João de Deus atuando como médium e curador espiritual em Abadiânia. Primeiro, chama a atenção algo que permeia todo o texto: apesar de reproduzir a mesma narrativa de João de Deus sobre a própria trajetória, não há, em nenhum momento, colocações como “de acordo com o médium” ou “contou João de Deus”.

Todas as informações, desde as mais objetivas como o lugar onde João de Deus nasceu e o seu primeiro trabalho na infância ajudando o pai alfaiate, até as mais subjetivas, como o fato de ele ter um poder de cura e esta ser a missão de sua vida, são incorporadas pelo apresentador que as transmite ao público como verdades não só da trajetória de João de Deus, mas também de sua alma, de seu caráter.

Nas marcações em negrito que realizei no texto, é possível identificar a construção do *ethos* do médium no *Altas Horas* antes mesmo da entrevista começar. A legitimação do trabalho de João de Deus repousa em alguns aspectos fundamentais que podem ser observados no texto por meio de três categorias que estabeleci: *números*, *validação externa* e *caráter*.

Essas categorias discursivas, esquematizadas na **Tabela 1**, auxiliam na análise e na leitura do trabalho. Elas foram definidas não somente com base na entrevista do *Altas Horas*, mas a partir da análise crítica de todo o material televisivo levantado, transcrito e estudado neste trabalho. Exatamente por isso, essas categorias cabem em todas as análises subsequentes.

Tabela 1 - Categorias discursivas para a análise das formas de legitimação de João de Deus.

FORMAS DE LEGITIMAÇÃO	
CATEGORIA DISCURSIVA	O QUE ELA IDENTIFICA/ANALISA
Numérico	Anos; Quantidade de pessoas.
Validação externa	Reconhecimento de outras pessoas; Aclamação pública.
Caráter	Traços de personalidade; Subjetividades.

Fonte: Produzida pela autora para este trabalho.

As falas das mulheres que denunciaram João de Deus no programa *Conversa com Bial*, cujos trechos foram trazidos um pouco acima neste capítulo, foram fundamentais para essa categorização. Isso porque, conforme já pontuado, essas falas sinalizam para pontos cruciais de legitimação do médium, que se transformaram em medo e dúvida nas mulheres abusadas e se inscrevem fortemente em seus dizeres.

A fala das vítimas aponta que, para elas, por muito tempo não foi possível denunciar/falar sobre porque, parafraseando suas palavras, João Faria estava curando milhões de pessoas; aquilo era legítimo; ele era tão poderoso que poderia se vingar com retaliação espiritual; a cura estava sendo recebida, ainda que ela não viesse da forma esperada. A legitimação de João Faria, dessa maneira, atuava como uma forma potente de silenciamento das vítimas de abuso sexual.

A categoria discursiva de legitimação numérica diz respeito à ênfase em números, normalmente nos poucos anos que o homem tinha quando começou a ter premonições, nas dezenas de anos que a Casa Dom Inácio de Loyola existe, nas milhares de pessoas que frequentavam a Casa diariamente e nas milhões de pessoas que já se submeteram aos supostos tratamentos de João Faria. Todas essas menções numéricas trabalham no sentido

de demonstrar a vasta experiência do médium e o reconhecimento de pessoas de todas as partes do mundo que diariamente se deslocavam de diversas regiões do Brasil e de outros tantos países para o interior de Goiás.

Sob o aspecto numérico, no caso do texto utilizado do Altas Horas, estão as afirmações “aos nove anos teve a primeira manifestação espiritual”, “Há 40 anos, o médium atende perto de 2 mil pessoas por dia”, “Milhões de pessoas já receberam tratamento, números e fé que só aumentam”.

Quanto à categoria discursiva de validação externa, ela tem uma intersecção com a categoria numérica: também retrata o reconhecimento de pessoas de todas as partes do mundo do trabalho do médium. Nessa categoria, no entanto, isso se dá de forma qualitativa, não somente quantitativa. O fato de comumente as reportagens sobre João Faria iniciarem evidenciando o fato de “políticos, empresários, atletas e artistas famosos” já terem ido até Abadiânia é exemplar.

Sob o aspecto de validação externa estão as frases “foi orientado a usar o seu poder para curar as pessoas”, “2 mil pessoas por dia vindas de todos os lugares do mundo, principalmente da Europa, Estados Unidos e Ásia”, “se submetem aos procedimentos sem anestesia sob a mentoria de entidades médicas”, “Políticos, empresários, atletas e artistas famosos já se submeteram às cirurgias espirituais” e “Milhões de pessoas já receberam tratamento”.

A categoria “caráter” define João Faria por aspectos mais subjetivos. Nessa categoria estão as frases “Desde então [adolescência], as cirurgias espirituais têm sido a grande missão da sua vida” e “todos precisam ficar nas filas para serem atendidos”. Esta última é particularmente importante porque denota humildade, integridade e honestidade no trabalho do médium que, mesmo tendo recebido com frequência pessoas famosas como Oprah Winfrey, Xuxa Meneghel e Naomi Campbell, supostamente exigia que a fila (enorme) fosse a mesma para todas as pessoas. Abaixo, a **Tabela 2** apresenta a distribuição das falas de João Faria (J.F.) e das falas de Serginho Groisman (S.G.) em cada uma das categorias.

Tabela 2 - Trechos das falas de João Faria (J.F.) e das falas de Serginho Groisman (S.G.) que se encaixam nas categorias discursivas numérica, de validação externa e de caráter.

NUMÉRICA	VALIDAÇÃO EXTERNA	CARÁTER
J.F.: Eu tava com a idade de oito anos [quando percebeu que tinha uma vocação]	S.G.: Eu estou há dois dias aqui, participei, vi, testemunhei e senti coisas realmente incríveis	J.F.: Eu falo que nunca curei ninguém, quem cura é Deus
J.F.: Há quase 50 anos atrás [primeira vez que recebeu entidade]	S.G.: As pessoas vendo o teu trabalho, elas se emocionam muito	S.G.: Eu vi a entidade dando uma bronca numa pessoa que falou assim “não, eu vou deixar o médico, porque o senhor tem me feito muito bem”
J.F.: Conheci todas as capitais do Brasil, conheci vários países em missão	S.G.: Você tem ideia disso? Da importância que você adquiriu perante as pessoas?	J.F.: Todas as pessoas que passa por um trabalho espiritual deve ir nos médicos
J.F.: Eu estou nessa missão há vários anos	S.G.: Mas João, você tem clareza da importância que você tá tendo?	J.F.: Eu falei “se vocês verem que eu vou morrer, primeira coisa vocês tiram meus olhos e dá pra uma pessoa, faz uma doação”
S.G.: Agora tem uma viagem marcada pra Nova York, onde já tem 12 mil pessoas, parece, esperando você	X	J.F.: Eu estou em uma missão que Deus me deu e eu vou até o fim
J.F.: Tem pessoas que me acompanha aqui há 40 anos, que vem todo mês, outros demora seis meses	X	J.F.: Eu acredito no poder de Deus. Eu sou apenas um aparelho
S.G.: Eu vi aqui, só ontem e hoje, deve chegar a mais de mil pessoas, bem mais de mil pessoas	X	S.G.: Aqui eu também percebi assim, não existe uma questão de hierarquia, se você tem mais dinheiro ou menos dinheiro, não importa, é pra todo mundo ir de branco, todo mundo na fila

X	X	J.F.: Aqui não tem mestre. Mestre é só um, o poder de Deus. Nem palestra eu faço para as pessoas que me acompanham
X	X	J.F.: Eu não estudei, não sou um médico porque não tive condições, mas eu admiro os médicos e as pessoas que praticam pelo bem
X	X	J.F.: Não é o João, é o poder de Deus. Eu sou apenas um endividado

Fonte: Produzida pela autora para este trabalho.

Depois da exibição da gravação em off com a voz de Serginho Groisman apresentando João Faria aos telespectadores e as imagens do médium em atividades da Casa Dom Inácio de Loyola, há o corte da imagem de volta para o palco do Altas Horas. O apresentador, então, fala sobre sua ida a Abadiânia e descreve brevemente a disposição das salas e suas funções na Casa. Ele também compartilha impressões subjetivas sobre o ambiente, com ênfase no “alto astral” que observou, e ainda aproveita para agradecer a oportunidade de entrevista: “é rara a entrevista com ele, então agradeço a possibilidade”.

A entrevista gravada tem 18 minutos e é exibida após esses dois primeiros momentos. A descrição trazida inicialmente do cenário da entrevista se materializa na **Imagem 2**: em Abadiânia, no interior de Goiás, Serginho Groisman e João Faria conversam numa varanda, com vista para a natureza, vestidos totalmente de branco.



Figura 2: Print Screen da entrevista de Serginho Groisman com João Faria em setembro de 2016.

Fonte - Download do vídeo original realizado pela plataforma Globoplay. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/TV-Anhanguera/noticia/2016/09/serginho-groisman-entrevista-o-medium-joao-de-deus.html>>. Acesso em: 29 set. 2018.

O fato de Serginho Groisman estar vestido totalmente de branco ao visitar Abadiânia, da mesma forma que se vestem as pessoas que vão para a cidade em busca de cura espiritual e assim como o próprio entrevistado, é o primeiro elemento visual a chamar a atenção na entrevista. Somado a elementos textuais anteriores, como a forma que o programa, por meio da voz de Groisman, apresentou o médium ao público, e também a elementos textuais que surgem no decorrer da entrevista nas perguntas e respostas e que serão melhor trabalhados a seguir, as vestimentas do apresentador sinalizam para um pacto convencionalmente simbolizado entre entrevistado e entrevistador.

A análise das roupas brancas escolhidas por Groisman pode também ser feita em termos de incorporação, palavra que designa a ação do *ethos* do enunciador sobre o coenunciador, que é mobilizado pela forma de ser da pessoa com quem fala e a toma para si. A forma de ser de um sujeito, seu caráter e sua corporalidade, tem força de persuasão e direciona também o jeito de estar no mundo daquele que com ele está em interação.

Esse pacto exhibe seus termos com maior evidência nas perguntas de Serginho Groisman e nas respostas de João de Deus ao longo da entrevista. A entrevista foi transcrita na íntegra (**Anexo 2**) e, a título de análise, selecionei e organizei na **Tabela 3** trechos pertinentes à pesquisa de perguntas do apresentador e, na mesma linha da outra coluna, trechos das respostas de João Faria a essas mesmas questões.

Tabela 3 - Elementos de destaque das perguntas de Serginho Groisman e das respostas de João de Deus a estas perguntas em entrevista exibida no Altas Horas em 2016.

SERGINHO GROISMAN	JOÃO FARIA
Eu estou aqui há dois dias, participei, vi, testemunhei e senti, em uma parte da tarde e em uma parte da manhã, coisas realmente incríveis.	Eu falo que eu nunca curei ninguém, quem cura é Deus.
Eu vi uma entidade dando uma bronca numa pessoa que falou assim “não, eu vou deixar o médico, porque o senhor tem me feito muito bem” e ela recebeu quase uma bronca “não largue o médico, não deixe o médico”	Eu acho que todas as pessoas que passa por um trabalho espiritual deve ir nos médicos.
	Eu não estudei, não sou um médico porque não tive condições, mas eu admiro os médicos.
Você teve recentemente um problema, né? De câncer. Eu ouvi de pessoas que não acreditam “por que ele não se auto consultou?; por que a entidade não fez um trabalho?”	Porque o barbeiro não corta o cabelo dele, né? E eu acredito muito nos médicos.
	Eu falei “se vocês verem que eu vou morrer, primeira coisa vocês tiram meus olhos e dá pra uma pessoa, faz uma doação”.
As pessoas vendo teu trabalho, elas se emocionam muito.	Eu estou em uma missão que Deus me deu e eu vou até o fim.
Aqui eu também percebi assim, não existe uma questão de hierarquia, se você tem mais dinheiro ou menos dinheiro, não importa, é pra todo mundo ir de branco, todo mundo na fila.	Aqui não tem mestre. Mestre é só um, o poder de Deus. Nem palestra eu faço para as pessoas que me acompanham. Não tem isso não.
Você tem ideia disso? Da importância que você adquiriu perante as pessoas? Porque as pessoas vêm – claro que elas querem ficar bem – mas elas sabem quem elas vêm ver.	Não é o João, é o poder de Deus. Eu sou apenas um endividado.

Fonte: Produzida pela autora para este trabalho.

O primeiro trecho selecionado pertence à pergunta de abertura da entrevista: “Estou aqui há dois dias, participei, vi, testemunhei e senti, em uma parte da tarde e em

uma parte da manhã, coisas realmente incríveis”. Neste excerto, fica visível a postura que Serginho Groisman assume frente ao médium e ao telespectador. Ele não foi até lá somente para entrevistar o médium, mas também para uma experiência imersiva. Ele é testemunha ocular do trabalho realizado por João de Deus em Abadiânia, ou seja, ele viu com os próprios olhos e agora comunica àqueles que não estiveram lá, sob o manto da credibilidade de um apresentador de televisão consagrado da maior emissora do país, as coisas incríveis que viu, o alto astral e a devoção das pessoas ao médium.

O tom elogioso é verificado na maior parte das perguntas de Serginho Groisman. Da mesma maneira, as respostas de João de Deus seguem um tom complementar de modéstia. Em alguns momentos, o sentimento é que Groisman tenta convencer o médium de sua grandeza, no que João convenientemente se recusa a aceitar. A humildade, afinal, é também qualidade dos grandes. E discursivamente é muito interessante notar como João de Deus faz uso inteligente dessa característica, mobilizando afetos de quem recebe suas palavras e persuadindo sobre uma ingenuidade em relação ao próprio poder.

Um momento em que esse jogo elogio-recusa-elogia fica bastante evidente está na última linha da tabela. Groisman pergunta se João de Deus tem ideia da importância que tem para as pessoas, João responde atribuindo essa importância ao poder de Deus, já que ele é apenas um “endividado” e, em seguida, Groisman pergunta com inquietação diante da modéstia do entrevistado “Mas João, você tem clareza da importância que você tá tendo?”.

Dominique Maingueneau, em seu tratado da *Análise de textos de comunicação*, escreve sobre a preservação das faces que acontece em uma situação de comunicação verbal. Esse tipo de interação é também uma relação social e, dessa maneira, também está submetida às regras de polidez. Essas regras são norteadas pela existência de duas faces, uma positiva, que corresponde à imagem que um indivíduo valoriza e tenta transmitir aos outros, e uma negativa, correspondente à privacidade de uma pessoa, que muitas vezes deseja preservá-la como um espaço íntimo, um território privado.

Muito além de ser uma conversa entre duas pessoas, uma entrevista televisiva é a conversa entre duas pessoas transmitida para outras pessoas que também poderão assisti-la. Atualmente, além de as pessoas poderem assistir pela televisão a transmissão de uma entrevista desse tipo, elas provavelmente também poderão acessá-la posteriormente e

quantas vezes quiserem pela internet – o que viabiliza, inclusive, análises posteriores como esta.

Não à toa, João de Deus termina a entrevista com Serginho Groisman com as simbólicas palavras: “Eu agradeço você por esse momento. Eu sei que você vai jogar isso no ar e é através de você que eu vou entrar na casa dessas pessoas”. Não há espaço para ingenuidades em uma entrevista, sobretudo de uma emissora com tanto alcance como é o caso da TV Globo. Implícita ou explicitamente, é pactuado entre entrevistador e entrevistado que não se trata de uma conversa de bar, mas uma conversa televisionada com o potencial de mobilizar afetos.

Ser entrevistado significa perder o controle sobre a narrativa da própria história ou da construção do próprio *ethos*. Uma vez que alguém permite ser entrevistado, o entrevistador pode abordar questões embaraçosas, que evidenciam a face negativa do entrevistado e desprezam a face positiva.

*

O jornalista Michael Usher, que entrevistou João Faria em 2014, dois anos antes da entrevista com Serginho Groisman para o *Altas Horas*, também mencionou que é raro conseguir entrevistar o médium. No caso de Usher, no entanto, há uma explicação diferente para essa raridade: “ele tem muito para esconder”, o jornalista afirmou na edição do programa *60 Minutes*¹⁵ sobre o trabalho do médium brasileiro que foi ao ar em 25 de outubro de 2014 pela emissora Nine Network na Austrália.

A entrevista de Michael Usher com João Faria é apenas uma pequena parte dos 18 minutos de programa dedicados à pauta. A maior parte da edição foi realizada com imagens de cirurgias espirituais e entrevistas com pessoas que já foram atendidas pelo médium. Na época, o governo australiano havia acabado de conceder um visto para João Faria, que levaria o trabalho realizado no interior de Goiás também para a Austrália. O

¹⁵ *60 Minutes* é um programa jornalístico da televisão norte-americana, originalmente exibido pela CBS News nos Estados Unidos desde 1968. Há versões do mesmo programa em outros países como a Austrália, Nova Zelândia, Portugal e França. No Brasil, a Rede Bandeirantes chegou a planejar uma versão nos mesmos moldes do *60 Minutes*, mas o plano acabou sendo cancelado.

programa é gravado nessas circunstâncias e o tom de indignação com a chegada do médium no país é explícito em todos os momentos.

O programa em questão não está inserido na delimitação do objeto de estudo desta dissertação – a cobertura jornalística da TV Globo sobre o caso dos estupros cometidos por João Faria –, mas sua pertinência ao trabalho consiste no fato de ser um contraponto interessante à entrevista com Serginho Groisman e, numa análise comparativa, contribuir para que o conceito de preservação de faces seja explorado. Por isso, ele é trazido de forma complementar, não central.

A edição do *60 Minutes* australiano de 25 de outubro de 2014 começa com o apresentador Michael Usher apresentando a pauta e o médium ao telespectador:

A esperança pode ser uma emoção extremamente poderosa. Ela nos ajuda a passar por momentos difíceis e a superar adversidades. Mas a esperança também pode ser uma fraqueza ao fazer pessoas vulneráveis serem presas fáceis para o **pior tipo de ser humano**. Eu conheci um homem. Um homem que diz fazer milagres e curar os doentes. **Ele chama a si mesmo de João de Deus, mas não há nada divino sobre ele**. Milhares de pessoas o seguem esperando por uma cura para a dor que sentem, mas acabam tendo seu dinheiro roubado. A **suposta cura** de João de Deus não é de graça. Ele é **um homem de negócios fazendo milhões de dólares**. E o pior... O nosso governo acabou de garantir um visto e no próximo mês ele trará seu “show” para a Austrália (Michael Usher, 2014, *60 Minutes*. Trad. minha).

A diferença entre a forma como Serginho Groisman e Michael Usher apresentam o mesmo homem é gritante. No texto lido por Groisman, João Faria de Teixeira é mais conhecido como João de Deus; na fala de Usher, ele chama a si mesmo de João de Deus, apesar de não haver nada divino sobre ele. Na fala de Groisman, evidencia-se que milhões de pessoas já receberam tratamento e, mesmo recebendo a visita de celebridades, todos devem ficar igualmente nas filas para serem atendidos; na de Usher, o médium é um homem de negócios lucrando com a venda de uma suposta cura.

As falas iniciais dos dois programas são contrastantes quando colocadas lado a lado. E o mais importante: elas ditam o tom do restante dos programas, contrastantes por inteiro. Ao passo que o *Altas Horas* protege e valoriza a face positiva de João Faria, o *60 Minutes* (**Figura 3**) faz emergir a sua face negativa.



Figura 3: Print Screen da entrevista de Phil Goyen e João Faria para o programa 60 Minutes.
Fonte - Download do vídeo original realizado pelo canal do Youtube do programa 60 Minutes.
 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NtsNfy1eVMA>>. Acesso em: 02 out. 2020.

A duração da entrevista com o médium em cada um dos programas é significativa. No brasileiro, a entrevista tem duração de 18 minutos; no australiano, tem duração de menos de 1 minuto. João Faria está acompanhado de sua tradutora para que possa conversar com o jornalista australiano e, quando Usher pergunta “isso é mais sobre dinheiro ou sobre milagre?”, a intérprete se recusa a traduzir a questão para o entrevistado, se volta ao entrevistador e diz que aquela não é uma pergunta adequada.

Jornalista e intérprete começam a discutir e a entrevista é encerrada. João, que não entendeu a situação totalmente já que ela não fora traduzida, apenas se levanta e cumprimenta o jornalista com um aperto de mãos para formalizar o fim da entrevista cordialmente. Apertando as mãos de João, Usher pergunta rapidamente: “Então, deixe eu te perguntar, você já abusou sexualmente de alguma das suas seguidoras?”. João não entende, ignora e vai embora. O jornalista diz “alguém poderia traduzir isso pra ele?”, olhando para as pessoas ao redor, mas ninguém se manifesta.

A convivência e lealdade das pessoas que trabalham com João Faria fica evidente pelo fato de ninguém sequer traduzir as perguntas incômodas para ele e pela autonomia com a qual a intérprete encerra a entrevista sem dar a possibilidade de o médium entender a questão e respondê-la, como se a sua função fosse não somente mediar uma conversa cujos interlocutores falam diferentes idiomas, mas sobretudo filtrar os temas abordados.

Michael Usher e outra tradutora, esta da equipe jornalística australiana, acompanham o médium, que vai se afastando das câmeras. Em dado momento a mulher traduz a pergunta “você já abusou sexualmente de alguém?” e João responde “da sua mãe”.

Depois de um tempo, João volta e fala, olhando diretamente para a tradutora do jornalista, que quer assistir à gravação porque não sabe o que foi gravado. O jornalista se recusa e diz que João foi extremamente ofensivo sugerindo o abuso sexual da mãe da tradutora da equipe. Antes mesmo da tradutora traduzir a fala do jornalista, João repete “eu quero assistir o que foi gravado”. Depois, o médium tenta explicar à tradutora que não teve a intenção de ofendê-la, mas o faz de maneira agressiva e chega a pegar em seu braço (**Figura 4**).



Figura 4: Print Screen da entrevista de Phil Goyen e João Faria para o programa 60 Minutes. Momento no qual João Faria pega no braço da tradutora da equipe australiana no meio de uma discussão.

Fonte - Download do vídeo original realizado pelo canal do Youtube do programa 60 Minutes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NtsNfy1eVMA>>. Acesso em: 02 out. 2020.

O aperto de mãos em frente às câmeras e o xingamento ao se afastar delas reitera a importância da preservação das faces numa interação verbal, assim como a posterior insistência de João Faria em assistir à gravação para saber qual parte de suas falas e comportamento estão registrados. Nesse sentido, Maingueneau pontua que toda comunicação verbal pressupõe no mínimo dois participantes e, dessa forma, quatro faces: a face positiva e negativa de cada um dos interlocutores. Por isso,

Todo ato de enunciação pode constituir uma **ameaça** para uma ou várias dessas faces. (...) Visto que uma mesma fala pode ameaçar uma face com o intuito de preservar uma outra, os interlocutores são constantemente levados a buscar um acordo, a negociar. Eles devem efetivamente procurar um meio de preservar suas próprias faces sem ameaçar a de seu parceiro. Desenvolve-se, então, todo um conjunto de estratégias discursivas para encontrar um meio-termo entre essas exigências contraditórias (MAINGUENEAU, 2013, p. 42).

Da mesma maneira que pontuei a inexistência de ingenuidade de um entrevistado, que sabe que está sendo gravado e julgado por sua postura quando concede entrevista a um jornalista, é fundamental pontuar a inexistência de ingenuidade de um jornalista ao entrevistar qualquer pessoa. No caso da entrevista de 2016 do *Altas Horas*, grande parte das perguntas feitas por Serginho Groisman demonstram um grau elevado de consciência do jornalista sobre as controvérsias em relação ao trabalho espiritual realizado por João.

A questão, portanto, não é se o jornalismo da TV Globo abordou a controvérsia antes da explosão das denúncias de abuso sexual, mas *como* o fez. Apesar de não falar sobre abuso sexual ao longo da entrevista, é inegável que Groisman frequentemente toca em questões conflituosas como cura médica *versus* cura espiritual. No entanto, o faz em todos os momentos de maneira a apresentar, de antemão, uma defesa, mesmo que implicitamente, e deixar sobressair a face positiva do entrevistado. É exatamente nesse sentido que o embasamento teórico sobre a argumentação no discurso, trabalhada nos tópicos anteriores deste capítulo, é importante para a leitura das aparições midiáticas de João Faria antes do conhecimento público generalizado sobre os abusos sexuais que ele vinha cometendo há décadas. É por meio dessa retórica implícita em qualquer ato de interlocução que um sujeito trabalha para persuadir sobre a veracidade da imagem que almeja construir ou perpetuar sobre si.

Trata-se de uma entrevista cordial, sem qualquer tipo de tensão. Mas há muito espaço para a emoção. Ao falar sobre o câncer que enfrentara, os olhos azuis e marejados pela emoção são enfatizados pela produção e edição do programa por meio de *closes* (**Figura 5**).



Figura 5: Print Screen da entrevista de Serginho Groisman com João Faria em setembro de 2016 / Sequência de takes que aproximam os olhos emocionados de João Faria.

Fonte - Download do vídeo original realizado pela plataforma Globoplay. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/TV-Anhanguera/noticia/2016/09/serginho-groisman-entrevista-o-medium-joao-de-deus.html>>. Acesso em: 29 set. 2018.

Tanto a captação de imagens como o roteiro de perguntas da entrevista são desenvolvidos de forma a proporcionar um ambiente amigável ao entrevistado. Nos termos de Maingueneau, é possível entender a entrevista de Serginho Groisman e João Faria como um ambiente frutífero para que a cenografia do entrevistado se manifeste plenamente, uma vez que ele controla a própria enunciação, sem qualquer fala imprevisível suscitada pelo seu interlocutor e, dessa maneira, sem ameaça sobre a face o *ethos* (2013, p. 98).

A entrevista é, por fim, encerrada com um gesto carinhoso entre entrevistado e entrevistador, que apertam as mãos e agradecem mutuamente pela oportunidade da entrevista (**Figura 6**). O gesto final, assim como a narração em off que apresenta aos espectadores a entrevista que está por vir no início do programa, é simbólico, refletindo mais uma vez o tom amistoso de toda a entrevista, na qual Serginho Groisman aparece quase como um fiel ou, no mínimo, um grande admirador.



Figura 6: Print Screen da entrevista de Serginho Groisman com João Faria em setembro de 2016 / Finalização da entrevista.

Fonte - Download do vídeo original realizado pela plataforma Globoplay. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/TV-Anhanguera/noticia/2016/09/serginho-groisman-entrevista-medium-joao-de-deus.html>>. Acesso em: 29 set. 2018.

3.4. Fantástico de 01 de abril de 2012

O Fantástico, programa de televisão brasileiro exibido pela TV Globo desde 1973, exibiu no domingo do dia 01 de abril de 2012 uma reportagem (transcrita integralmente no **Anexo 3**) sobre João Teixeira de Faria, o então médium João de Deus. O gancho da matéria foi a visita de Oprah Winfrey à Abadiânia, no interior de Goiás, alguns dias antes.

No dia 29 de março do mesmo ano, a jornalista norte-americana foi conferir pessoalmente o trabalho de supostas curas espirituais realizado por João Faria na Casa Dom Inácio de Loyola. Oprah é uma das mulheres mais influentes do mundo e a sua vinda ao Brasil gerou grande repercussão na imprensa nacional.

Aos jornais, Oprah esclareceu que a visita foi profissional e que gravou uma entrevista com João Faria. Mas essa não foi a primeira vez que a apresentadora se interessou pela pauta. Em 2010, dois anos antes de visitar Abadiânia, uma edição do já extinto *The Oprah Winfrey Show* foi dedicado a entrevistas com pessoas que já haviam sido atendidas por João Faria em cirurgias espirituais.

A entrevista que resultou da ida ao interior de Goiás foi disponibilizada no site de Oprah com um relato pessoal da experiência: “Lágrimas de gratidão começaram a correr. Gratidão por toda a jornada da minha vida – não só o que tinha dado certo, mas também as coisas que tinham dado errado. Tive uma incrível sensação de paz”. Após a

publicização massiva das denúncias de abuso sexual em dezembro de 2018, no entanto, uma campanha online iniciada por brasileiros e aderida por pessoas de outros países reivindicou a retirada da entrevista do ar. E assim Oprah o fez. Hoje, a página em que estava o vídeo no site é uma página de erro.

Mas retornemos a alguns anos antes, quando as denúncias contra João Faria ainda eram pontuais e pouco divulgadas e o Fantástico fez uma matéria, que foi ao ar em 2012, sobre a internacionalização de seu trabalho a partir da visita de Oprah.

Ao contrário do que apontei anteriormente no caso da entrevista exibida no Altas Horas, os apresentadores da edição do Fantástico, Zeca Camargo e Renata Ceribelli, utilizam expressões como “*supostas* cirurgias espirituais”, “*diz que* é médium há mais de cinquenta anos” e “onde, *segundo* conta, incorpora entidades espirituais”, como é de praxe no jornalismo.

João Faria é apresentado como “o homem que deixou a comunicadora [Oprah Winfrey] sem palavras”. À parte disso, algumas outras informações sobre João Faria são mencionadas: goiano, alfaiate e não sabe ler ou escrever. É importante apontar, aliás, que nas entrevistas de João Faria, mesmo quando não se fala explicitamente sobre o analfabetismo como é feito no *Fantástico*, este se inscreve na expressão verbal do médium por incorreções gramaticais evidentes: “a doação que *eles faz* pra igreja” e “eu peço que todas as *pessoas que tá recebendo* essa energia” são alguns excertos demonstrativos de entrevista exibida no *Fantástico* de 2012. Essas incorreções são identificáveis em todas as falas de João Faria nos programas transcritos para esta pesquisa, e assim foram mantidas nas transcrições realizadas pelo reconhecimento de sua importância no *ethos* do médium.

Assim como o conteúdo da fala de João Faria expressa uma personalidade modesta, a humildade também se inscreve em sua maneira de dizer e na maneira de ser. Como aponta Meingueneau, as formas de ser e de dizer são indissociáveis:

O universo de sentido propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo *ethos* como pelas “ideias” que transmite; na realidade, essas ideias se apresentam por intermédio de uma *maneira de dizer* que remete a uma *maneira de ser*; à participação imaginária em uma experiência vivida. (...) Não podemos dissociar a organização dos conteúdos e a legitimação da cena de fala (2013, p. 108-109).

A recusa dos elogios no *Altas Horas*, a menção ao analfabetismo no *Fantástico* e histórias de vida que esporadicamente são trazidas por ele próprio, como não ter estudado medicina por falta de condições materiais ou o primeiro trabalho ajudando o pai alfaiate, se encontram complementarmente com o modo simples de dizer de João Faria, demonstrativo da falta de conhecimento formal da língua que denota uma origem pobre e um caráter humilde.

Abaixo, foram seguidas as categorias de análise discursiva “numérica”, “validação externa” e “caráter”, a fim de identificar a abordagem do *Fantástico* de 2012 sobre o trabalho realizado por João Faria (**Tabela 4**). Diferentemente do tópico anterior, onde fora analisada uma entrevista propriamente dita, o programa tem formato de reportagem, apresentando temas e fontes diversas ao longo de seus 7 minutos de exibição. Dessa maneira, as falas foram identificadas em F., quando ditas por algum dos apresentadores do programa ou algum repórter *in loco*; J.F., quando ditas pelo próprio João Faria; e especificadas no caso de outras fontes.

Tabela 4 - Trechos do *Fantástico* (F.) com falas de João Faria (J.F.) e de demais participantes devidamente sinalizados que se encaixam nas categorias discursivas numérica, de validação externa e de caráter.

NUMÉRICA	VALIDAÇÃO EXTERNA	CARÁTER
F.: Recebe cerca de mil pessoas por dia.	F.: Vamos acompanhar a romaria de pessoas que vêm até do exterior para se tratar com o médium brasileiro.	J.F.: É a força de Deus, porque eu não tive professor, professor é Deus.
X	F.: Até a mais famosa apresentadora de televisão dos Estados Unidos veio falar com ele.	J.F.: Eu não tenho nada contra a igreja que recebe seu dízimo, eu não tenho nada contra a doação que eles faz para as igrejas. Cada um é a consciência da pessoa.
X	F.: O que a apresentadora de televisão mais famosa do mundo, dona de uma fortuna de quase 3 bilhões de dólares, veio fazer no interior de Goiás? (...) Ela ficou tão impressionada que	F.: Os métodos de João de Deus já foram questionados e viraram até caso de polícia.

	quis conhecê-lo pessoalmente.	
X	F.: “Foi incrível, não tenho palavras”, disse Oprah. (...) Quem é o homem que deixou a comunicadora sem palavras?	Carlos Vital, vice presidente do Conselho Federal de Medicina: A prática religiosa não pode ser exercida de modo inseguro à saúde do cidadão. Cirurgias em ambientes contaminados, prescrições terapêuticas indevidas, suspensão de tratamentos médicos, configuram-se como formas temerárias de manifestação religiosa e, naturalmente, adentram o campo da ilegalidade.
X	F.: A presença de estrangeiros é tão grande que não faltam placas bilíngues em Abadiânia. Os colaboradores de João de Deus também estão preparados para orientar as meditações em inglês e até em alemão.	J.F.: Eu peço que todas as pessoas que tá recebendo essa energia de Deus que vá aos médicos, use os remédios que os médicos pede.
X	F.: João de Deus nega todas as denúncias. Já tem compromissos internacionais agendados e continua atraindo uma multidão que se impressiona com casos como o desse alemão. Depois de um acidente de trabalho, ele ficou sem andar por 10 anos, está há cinco meses na Casa Dom Inácio de Loyola e hoje já consegue dar alguns passos.	F.: Segundo a polícia, o médium também responde à ação penal por atentado violento ao pudor. O processo corre em sigilo.

X	<p>F.: E pra quem não acredita, o que você tem a dizer?</p> <p>Camila Dri (fiel da Casa que passou por cirurgia): Olha, pra quem não acredita nenhuma palavra basta. É fé mesmo.</p>	<p>Carlos Vital, vice presidente do Conselho Federal de Medicina: Configura-se aí, se o indivíduo não é médico, não faz das formas corretas, um exercício indevido e ilegal da medicina.</p>
X	<p>Visitante da Casa 1: Eu vim porque eu sou diabética, vim ver se através das orações, do tratamento espiritual, eu consigo sair desse monte de medicação que eu tomo.</p>	<p>Visitante da Casa 1: É esperança, É a última luzinha no final do túnel.</p>
X	<p>Visitante da Casa 2: É a primeira vez minha. Eu não imaginava que fosse ver tanta gente da Suíça, da Alemanha, dos Estados Unidos, Austrália, muita gente.</p>	X

Fonte: Produzida pela autora para este trabalho.

Os breves sete minutos dedicados a João Faria nessa edição do *Fantástico* são particularmente significativos pela forma como a controvérsia é abordada. De forma bem mais direta do que foi feito no *Altas Horas*, o programa citou algumas investigações policiais sobre fatos ocorridos dentro da Casa Dom Inácio de Loyola: duas mortes suspeitas e um processo contra João Faria por atentado violento ao pudor que corria em segredo de justiça.

É importante retomar a discussão do primeiro capítulo sobre atentado violento ao pudor. Esse crime deixou de existir a partir da Lei nº 12.015, de 2009, quando a diferenciação que era feita entre atentado violento ao pudor e estupro foi extinta, culminando em uma nova definição de estupro. Antes, de acordo com o antigo Art. 213, estupro era definido juridicamente como “constranger mulher à conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça”, ao passo que o antigo Art. 214 definia atentado

violento ao pudor como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”.

A partir da alteração de 2009, o antigo Art. 214 foi revogado e o Art. 213 alterado, dando origem a uma nova concepção penal sobre o estupro: “Art 213 (Estupro): Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Por isso, o processo mencionado pelo *Fantástico* possivelmente já existia há anos, uma vez que o tipo penal “atentado violento ao pudor” fora revogado em 2009, três anos antes, e já não existia mais quando o programa foi produzido.

Observando a cobertura jornalística da TV Globo sobre João Faria, é possível organizar uma linha do tempo na qual a descoberta sobre a existência de investigação contra o médium por atentado violento ao pudor acontece em 2012 e é mencionada em um programa de grande audiência, o *Fantástico*; em 2016 o mesmo homem é entrevistado cordialmente por outro programa de audiência massiva, o *Altas Horas*, sem que o processo sequer seja mencionado; em 2018, um outro programa, o *Conversa com Bial*, revela “pela primeira vez” os abusos sexuais cometidos pelo médium.

Chama a atenção que um programa que traz a informação de uma investigação oficial sobre atentado violento ao pudor – o que à época já era entendido como estupro – dedique tão pouco tempo ao assunto, tratando-o como secundário numa pauta sobre a fama internacional de João Faria. Foi dito na narração em off: “Segundo a polícia, o médium também responde à ação penal por atentado violento ao pudor. O processo corre em sigilo. João de Deus nega todas as denúncias”.

Em seguida, o assunto foi bruscamente desviado: “Já tem compromissos internacionais agendados e continua atraindo uma multidão que se impressiona com casos como o desse alemão”. A história do alemão, um homem que ficou sem andar por 10 anos e conseguiu dar os primeiros passos depois de alguns meses na Casa Dom Inácio de Loyola (**Figura 7**), é apresentada na sequência.



Figura 7: Print Screen de cenas exibidas no Fantástico de 01 de abril de 2012 de um homem que supostamente não andava há 10 anos e voltou a dar os primeiros passos após cinco meses aos cuidados de João Faria.

Fonte - Download do vídeo original realizado pela plataforma Globoplay. Disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/1884383/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

O programa é finalizado com duas perspectivas diferentes sobre o mesmo assunto. Carlos Vital, o então vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, diz em entrevista ao Fantástico: “configura-se aí, se o indivíduo não é médico, não faz das formas corretas, um exercício indevido e ilegal da medicina”. Depois e por fim, uma mulher que fora apresentada anteriormente como visitante da Casa em busca de alternativas espirituais para o tratamento da diabetes, diz “é esperança, é a última luzinha no final do túnel”. Na **Figura 8**, é possível visualizar o frame de desses dois personagens da reportagem.



Figura 8: Print Screen de entrevistados no Fantástico de 01 de abril de 2012. Na imagem superior, Carlos Vital, o então vice-presidente do Conselho Federal de Medicina; na imagem inferior, uma mulher que estava visitando a Casa Dom Inácio de Loyola em busca de alternativas espirituais para o tratamento da diabetes.

Fonte - Download do vídeo original realizado pela plataforma Globoplay. Disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/1884383/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

Os cortes e a escolha da sequência de temas abordados e cenas exibidas, elementos de roteiro e edição de vídeo do programa, são fundamentais para a compreensão sobre como essa edição do *Fantástico* apresenta o médium ao público e manuseia a controvérsia que permeia sua história e trabalho.

Nas últimas cenas do programa, descritas no parágrafo anterior, por exemplo, chama a atenção a escolha de retomar o assunto dos procedimentos espirituais utilizados para supostamente curar mazelas físicas que afligem o corpo humano por meio da narrativa sobre um homem alemão que conseguiu dar os primeiros passos, após 10 anos sem andar, ficando 5 meses sob os cuidados de João Faria. Em termos de roteiro, por vir na sequência de uma breve menção a uma ação penal que o médium respondia por atentado violento ao pudor, a história do alemão age de forma a ocultar o que fora anteriormente trazido.

Pode parecer contraditório que o silêncio seja repleto de barulho, mas é o que acontece aqui. No formato textual do programa, obtido por meio de transcrição e

disponível no **Anexo 3**, os apresentadores do *Fantástico* comunicam em menos de duas linhas o fato de o médium responder à ação penal por atentado violento ao pudor. Em seguida, apresenta em duas linhas a defesa do médium e sem qualquer pudor a impunidade, construindo uma ponte para trazer a história do homem supostamente curado: “João de Deus nega todas as denúncias. **Já tem compromissos internacionais agendados e continua atraindo uma multidão que se impressiona com casos como o desse alemão**”. O que é comunicado é que pouco importa o processo que ele responde, seus compromissos seguem e, enquanto isso, ele está curando o incurável.

Na mesma perspectiva, chama a atenção que a reportagem seja finalizada com uma figura de autoridade e uma fiel, colocados lado a lado, em uma tentativa de tornar proporcional o desproporcional. A fiel havia sido anteriormente apresentada. Ela estava visitando a casa pela primeira vez (“eu vim porque eu sou diabética, vim ver se através das orações, do tratamento espiritual, eu consigo sair desse monte de medicação que eu tomo”) e a sua fala, exibida nos últimos segundos da reportagem, “é esperança, é a última luzinha no final do túnel”, parece ser encaixada de forma a amenizar o aspecto controverso do trabalho de João Faria e desautorizar a fala do então vice-presidente do CFM, Carlos Vital, que afirmara antes que o médium faz uso indevido e ilegal da medicina. O programa é, dessa maneira, marcado discursivamente pela menção de pontos controversos e, imediatamente, a superação destes.

CAPÍTULO IV – O ROMPIMENTO DO SILÊNCIO NO PROGRAMA “CONVERSA COM BIAL”

O jornalismo não somente atende ao interesse público, mas também pode dar forma e direcionamento a ele. Para além de pautar o imediatismo do debate público, a produção jornalística, marcada por lembranças e esquecimentos, é também uma das responsáveis pela produção da memória coletiva de uma sociedade. É nesse sentido que a pesquisadora Marialva Barbosa se refere ao jornalismo como um dos senhores da memória:

Na sua interseção com a problemática do jornalismo, a questão da memória possibilita uma série de reflexões que ajuda a compreender as inter-relações fundamentais entre imprensa e poder. Afinal, ao ser portadora de um discurso válido que pode ser transformado em documento para o futuro, a mídia se configura como um dos senhores da memória da sociedade (BARBOSA, 2004, p. 1).

A perspectiva da memória enquanto produção social, atravessada pela cultura, pela história e, também, pelas narrativas jornalísticas, vai muito além de uma concepção simplista da memória como a lembrança neutra sobre acontecimentos do passado e, por isso, é fundamental para a reflexão sobre o estupro. Ao atribuir parte significativa do problema sistêmico da violação do corpo das mulheres ao silêncio, não problematizo somente as estruturas jurídicas e sociais que fazem com que mulheres não denunciem, mas também a forma como o jornalismo comunica ou deixa de comunicar – parte desse sistema de normalização da violação sexual.

Ao mesmo tempo que o jornalismo pode atuar de forma a contribuir para a manutenção da cultura do estupro, revitimizando as mulheres que passam por abusos sexuais ao ignorar suas histórias ou tratá-las como culpadas pela violência que sofreram, a profissão é também potencialmente transformadora, ao passo que pode romper longos silêncios. Nas palavras de Barbosa, “falar sobre a realidade é ser capaz de produzir uma representação conhecida e reconhecida da existência. Essas capacidades geradoras, atribuídas à língua a quem detém o poder de nomeação na sociedade, são suportes por excelência de poder” (2004, p. 2).

Existe, por um lado, a necessidade de se ter mais registros sobre o estupro. Mas, por outro lado, a questão vai muito além da frequência do assunto e de sua documentação: é necessário se atentar à maneira como ele é abordado. A criação e divulgação de novos manuais de jornalismo que orientam profissionais sobre a abordagem de situações de

violência contra a mulher, inclusive o estupro, surgem como prova da urgência de se discutir padrões negativos de tratamento desse tipo de assunto a fim de se pensar novos modelos possíveis.

A emergência do debate em torno da necessidade de se pensar novas formas de noticiar e cobrir casos de violência sexual se inscreve, por exemplo, no Minimanual do Jornalismo Humanizado criado pela ONG Think Olga. Uma das edições do manual é voltada especificamente à violência contra a mulher e, dentro dela, há uma seção que fala sobre a abordagem jornalística de casos de estupro. Essa parte traz a definição legal de estupro e contextualiza o problema da subnotificação de casos. Introduzido o assunto, três tópicos orientam o que a ONG considera uma abordagem jornalística humanizada de casos de estupro: não romantizar o ato, com expressões como “encontros amorosos”, não tratar estupro como sexo, como por exemplo na manchete “Padrasto é preso quando fazia *sexo oral* em menina de 8 anos, diz polícia” e não desmerecer a vítima, o que normalmente é feito por meio da divulgação de informações sobre a sua vida pregressa, em geral expostas para pesar sobre ela algum tipo de culpa pela violência que sofreu.¹⁶

Em artigo sobre a cobertura jornalística de estupros, as pesquisadoras Karina Gomes Barbosa e Rafiza Varão apontam que fundamentos do jornalismo ocidental, como a objetividade e a imparcialidade, comumente não contemplam a dignidade da mulher em casos de violência sexual: “Na verdade jornalística, imparcial e objetiva, deixa-se de pensar quais aspectos da realidade merecem ganhar atenção do público; quais aspectos merecem emergir” (BARBOSA; VARÃO, 2018, p. 17). Por isso, as autoras propõem a reflexão sobre um fazer jornalístico que supere esses valores e possa evidenciar a experiência das mulheres para um novo modelo de comunicação:

Para além de pensar um jornalismo possível a partir de fundamentos feministas, cotejamos de que maneiras essa potência de jornalismo dialoga, se choca, contradiz e interpela fundamentos tradicionais e universais (no Ocidente) do jornalismo, sobretudo aqueles relativos à ética e aos processos de apuração (Idem, p. 14).

*

¹⁶ Disponível em:

<https://thinkolga.com/wpcontent/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_I_Violencia_Contra_Mulher.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

O programa *Conversa Com Bial* é um *talk show* da Rede Globo apresentado por Pedro Bial e exibido nas madrugadas de segunda a sexta-feira, depois do *Jornal da Globo*, sem horário fixo. A produção do programa teve início em 2016 e a primeira transmissão ocorreu em maio de 2017.

Bial tem uma trajetória profissional marcada pelo trânsito entre o jornalismo e o entretenimento na televisão. Foi correspondente internacional da Rede Globo em Londres entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, tendo realizado a cobertura jornalística de importantes eventos da história como a Guerra do Golfo, o colapso da União Soviética e a queda do Muro de Berlim. Em 1996, teve início sua carreira como apresentador de TV no *Fantástico*. De 2002 a 2016, Bial apresentou o *reality show Big Brother Brasil*. De 2012 a 2014, apresentou o *talk show Na Moral*.

O trânsito entre o jornalismo e o entretenimento, marca da carreira de Pedro Bial, também se inscreve no formato do programa que comanda atualmente, o *Conversa com Bial*. O programa surgiu para cobrir o espaço deixado pelo extinto *Programa do Jô* nas madrugadas da Rede Globo. Por meio do formato de *talk show*, Bial ocupa uma bancada e recebe convidados que se sentam à sua frente e são entrevistados, num formato descontraído de bate-papo que aborda temas diversos, com direito a banda e plateia. A entrevista de abertura foi com Carmen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal, e desde então personalidades como Caco Barcellos, Fernando Gabeira, Serginho Groisman, Elza Soares, Lázaro Ramos, Anitta, Simone & Simaria, entre tantas outras, já estiveram no palco do programa.

A fim de entender a particularidade do episódio do dia 07 de dezembro de 2018, me dediquei a assistir entrevistas anteriores a ele para chegar ao tom do programa. O fato é que o *Conversa com Bial* não é de todo uniforme. É um programa realmente diverso. Entre entrevistas amistosas com pessoas próximas do apresentador e entrevistas com grandes nomes da política, do jornalismo, da música, do judiciário, das artes cênicas etc., o programa também comporta reportagens em formatos híbridos, nas quais o apresentador realiza entrevistas fora do estúdio e, ao longo do programa, recebe outros convidados no palco do programa e exhibe trechos das gravações externas.

Exemplo desse segundo formato é o episódio de 02 de junho de 2017, no qual Pedro Bial tratou sobre a crise dos refugiados sírios no Brasil em um programa que

mesclou exibição de trechos de uma entrevista externa com Hassan Akkad, professor e fotógrafo que documentou sua fuga para a Europa, e um bate-papo com quatro convidados no palco do programa, também refugiados sírios. Também para exemplificar a diversidade de abordagens, convidados e temas do programa, é digno de nota que, no episódio do dia 06 de dezembro de 2018, anterior ao episódio do *corpus* deste trabalho, o programa seguiu o formato tradicional de *talk show*, no qual Pedro Bial conversou de forma bastante espontânea e leve com o sambista Zeca Pagodinho.

Na madrugada do dia 07 de dezembro de 2018, sexta-feira, para o dia 08, sábado, foi exibido um episódio do *Conversa com Bial* cujo formato não tinha precedentes na breve – porém marcada pela diversidade de formas e temas – história do programa. O que foi revelado em matérias e entrevistas posteriores ao episódio aponta mesmo para o fato de que a pauta se impôs aos produtores do programa e foi necessário adaptar o formato do *talk show* para comportá-la.

Em entrevista à revista *Trip* publicada no dia 10 de julho de 2020,¹⁷ Camila Appel, roteirista do *Conversa com Bial*, contou a história dos bastidores e da apuração da reportagem. Appel pontuou que “quando nós chegamos nessa história, ela já estava tentando ser contada há muito tempo”, em referência à publicação do Facebook que Zahira Lieneke Mous havia feito em seu perfil pessoal do Facebook no dia 17 de maio de 2018, quase 7 meses antes do programa em questão (**Anexo 4**) e às denúncias de 2008 e 2016, tentativas de mulheres vítimas de abuso sexual que se manifestaram, mas nunca foram de fato escutadas.

A roteirista contou que a produção do programa chegou nessa história porque Pedro Bial queria entrevistar João Teixeira de Faria para o programa e, após assistir um documentário e ler alguns livros, decidiu cancelar a entrevista. Nesse momento, no entanto, a roteirista já havia começado sua pesquisa e conversado com uma amiga que tinha passado meses em Abadiânia. Essa amiga fez questão de conversar pessoalmente, com medo de falar pelo telefone, e relatou rumores que ouvira sobre João Teixeira de Faria ser um abusador, mostrou a publicação de Zahira no Facebook descrevendo o abuso

¹⁷ João de Deus: Roteiristas falam sobre a série Em Nome de Deus. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip-fm/joao-de-deus-roteristas-falam-sobre-serie-em-nome-de-deus>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

em detalhes e a levou a uma mulher que tinha um diário escrito há 20 anos, no qual ela descrevia um abuso que sofreu similar à narrativa de Zahira na internet.

O episódio teve 01 hora, 07 minutos e 38 segundos, pouco mais do que os demais que têm em torno de 40 minutos, e despiu o programa de algumas de suas características fundantes que o caracterizam como um *talk show* tradicional, inspirado nos modelos norte-americanos: sem banda, sem música, sem plateia. O clima de descontração, verificado em alguns momentos mesmo em pautas mais sérias, deu lugar ao clima de tensão e seriedade, sem espaço para amenidades e risadas.

Sozinho no palco do programa, Pedro Bial abriu o programa com um resumo do que viria a seguir. Olhando para a câmera, como quem se dirige ao telespectador, o apresentador diz:

João Teixeira de Faria é um médium conhecido em todo o mundo como “João de Deus”. Desde 1976 ele faz atendimentos espirituais na casa Dom Inácio de Loyola na pequena Abadiânia, em Goiás. Essa cidade de menos de 19 mil habitantes recebe até 10 mil pessoas por mês para atendimentos, em sua maioria estrangeiros. Os relatos sobre suas cirurgias espirituais e curas incorporando diversas entidades como Dom Inácio, que dá nome à casa, se espalharam pelo mundo. **Hoje vamos acolher pela primeira vez depoimentos sobre outro lado de João de Deus.** Eu e a repórter Camila Appel escutamos individualmente 10 **mulheres que se sentiram abusadas sexualmente pelo médium.** Por questões de tempo, hoje vamos mostrar 4 desses depoimentos, e uma dessas mulheres estará conosco aqui no estúdio. As mulheres que moram no Brasil têm medo e vergonha de aparecer e se identificar (Pedro Bial, *Conversa com Bial*, 2018. Grifo meu).

O início da introdução do programa não se distingue em muito da forma como a emissora vinha cobrindo pautas referentes a João Teixeira de Faria há anos: a história e a rotina de visitantes da Casa Dom Inácio de Loyola são mencionadas e a fama internacional do médium é enfatizada. Há, no entanto, uma novidade: “hoje vamos acolher pela primeira vez depoimentos sobre *outro lado* de João de Deus”. Ainda que o assunto fosse latente há anos, com mulheres tendo tentado denunciar os abusos sexuais dos quais foram vítimas por meio da Justiça e das redes sociais algumas vezes, o programa

Conversa Com Bial foi de fato a primeira cobertura jornalística a acolher os depoimentos de mulheres, amplificando suas vozes.

A frase “mulheres que *se sentiram* abusadas sexualmente pelo médium” me fez refletir por um tempo. Mesmo quando estava trabalhando na descrição e análise de outras partes do programa, esse trecho inicial ainda me chamava. Poderia ser uma maneira sutil de descredibilizar as mulheres entrevistadas, já que elas *se sentiram* abusadas, mas talvez não tenham sido abusadas de fato. No entanto, analisando o programa inteiro, ficou evidente para mim que a escolha pelo termo “se sentiram” denota, pelo contrário, uma estratégia de legitimação da palavra dessas mulheres. No jornalismo, sem uma condenação oficial, não se pode falar com a certeza de que um crime fora cometido. Por isso, é comum ler palavras como “suspeito” e “supostamente” em notícias sobre os atos ilícitos mais variados, mesmo nos casos em que há consenso público sobre o cometimento e a autoria do crime. Dessa forma, *se sentiram* parece ter o mesmo efeito de responsabilidade jornalística ao substituir de forma mais delicada alguma palavra como *supostamente* – que, apesar de ser praxe na profissão, ainda pode soar como uma grande interrogação sobre a palavra de vítimas.

Após a introdução do apresentador, trechos das entrevistas com duas das vítimas anônimas são exibidos como um *teaser*, uma prévia. A escolha desses fragmentos privilegiou as falas em que as vítimas explicitaram o abuso: “ele pegava na minha mão pra eu pegar no pênis dele, e eu tirava a mão”, disse uma delas em um desses trechos; “aí eu senti o membro dele nas minhas nádegas”, relatou a outra. As mulheres que falam estão contra uma forte luz que faz com que apareça somente suas silhuetas (**Figura 9**), não têm o nome ou qualquer informação que possa identificá-las revelados.

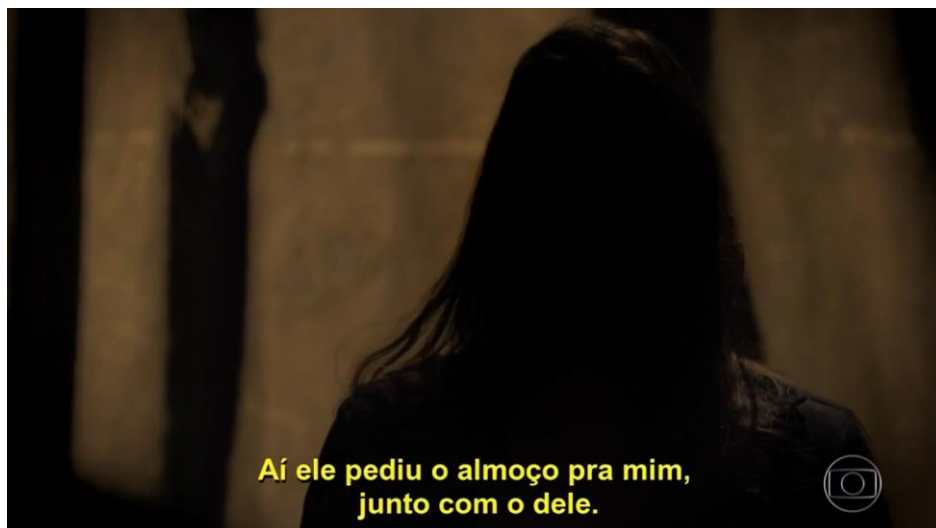


Figura 9: Imagem de entrevista com a vítima anônima 3 para exemplificar a forma como a identidade é preservada na filmagem e edição do programa.

Fonte – Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7218772/programa/>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

O programa tem de fato início com o corte para o palco, onde Bial e as convidadas, Zahira Lieneke Mous e Amy Biank, já estão sentados. Essa é outra diferença desse episódio: normalmente, o apresentador anuncia o nome da pessoa convidada e ela entra sob os aplausos do público; dessa vez, sem plateia, as convidadas já aparecem sentadas, sem qualquer artifício como a gravação de uma entrada.

Zahira é uma coreógrafa holandesa que visitou a Casa Dom Inácio de Loyola em 2014 em busca de ajuda para superar um trauma sexual. Ela foi escolhida por João Faria para iniciar um treinamento como médium e passou um período na Casa – quando os estupros aconteceram. Amy Biank é guia de turismo espiritual norte-americana. Ela foi para Abadiânia 48 vezes e, ao todo, estima que levou aproximadamente 1.500 estrangeiros para a Casa entre 2002 e 2014. Amy, diferentemente de Zahira, não foi vítima de abuso sexual de João Faria, mas presenciou um abuso e aparece, então, como testemunha ocular.

Zahira foi apresentada por Pedro Bial como “a única mulher que aceitou mostrar o rosto”. Antes da gravação do programa, o primeiro contato entre o apresentador e a vítima foi online, por uma chamada de vídeo, na qual Zahira relatou os abusos sexuais que sofrera em Abadiânia. Já no palco, a primeira pergunta que Bial faz é a fim de atestar, para o público, que as duas convidadas nunca haviam conversado antes: “você duas já se conheciam?”. A resposta é não. A conversa toda com Zahira e Amy é realizada em

inglês e legendada em português – ainda que a holandesa fale um pouco de português, Bial afirma que é melhor que falem em inglês para que ela se expresse mais facilmente.

O início da conversa entre Bial e as duas convidadas se dá sobre a história de como cada uma delas chegou até Abadiânia, o que faziam lá e qual era a relação que mantinham com João Faria de Teixeira. Em dado momento, Bial se volta à câmera e anuncia ao público que o programa exibirá uma reportagem do *Fantástico* de 2012 sobre a fama internacional do médium – exatamente aquela que foi analisada no capítulo anterior. São exibidos alguns trechos da reportagem, entre eles, o momento no qual é dito que “Os métodos de João de Deus já foram questionados e viraram até caso de polícia. Segundo a polícia, o médium também responde ação penal por atentado violento ao pudor. O processo corre em sigilo. João de Deus nega todas as denúncias”.

No programa, a reportagem exibida fala por si só. Para além do anúncio de que será exibida a reportagem e o ano de sua veiculação no *Fantástico*, o apresentador não se dedica, antes ou depois da exibição, a falar sobre ela. Dessa maneira, apesar de o material atestar, por uma perspectiva, o conhecimento prévio da emissora sobre a possibilidade de João Faria vir abusando sexualmente de mulheres, o *Conversa com Bial* a evoca mais como um registro probatório, uma fonte que corrobora a abordagem do episódio, sem aprofundamentos.

Bial pergunta, então, se Zahira gostaria de falar sobre a sua história pessoal ou gostaria de assistir ao que foi gravado pela internet (**Figura 10**), com a possibilidade de fazer correções e acréscimos à fala. Ela diz que prefere assistir ao que foi gravado, “porque é muita coisa”, e Bial completa dizendo “para fazer com que isso seja um pouco menos doloroso para você”.

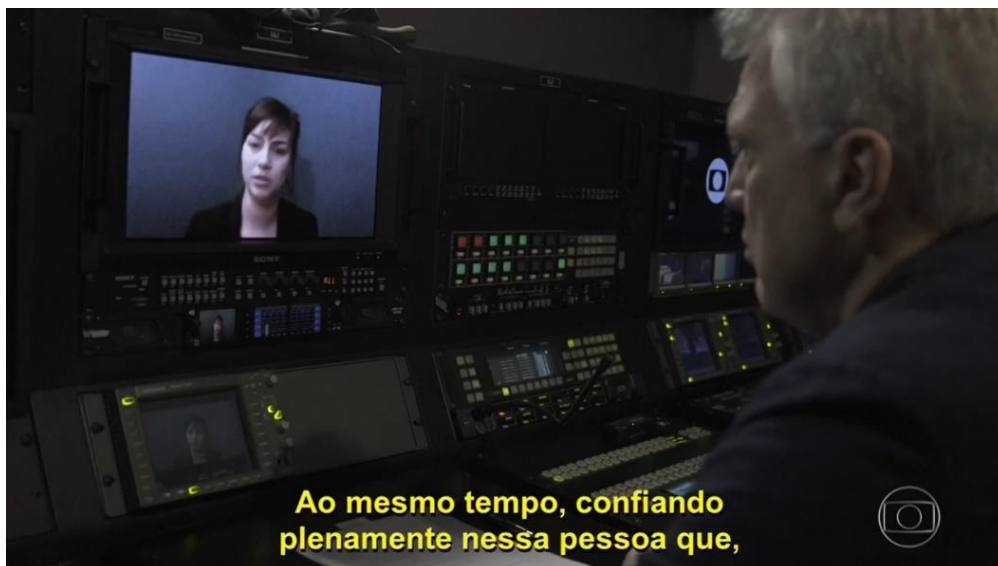


Figura 10: Imagem de entrevista de Pedro Bial com Zahira por vídeo chamada antes da gravação do *Conversa com Bial*.

Fonte – Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7218772/programa/>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

Na conversa com Zahira gravada antes do programa, Bial tenta tranquilizá-la em momentos nos quais ela chora ou faz longas pausas e profundas respirações tentando se recompor ao contar em detalhes os abusos pelos quais passou. “Me desculpa, eu tenho que perguntar essas coisas, mas se você quiser ir no seu tempo, vá no seu tempo. Fique tranquila. E a gente continua da forma menos desconfortável para você, tudo bem? Se você quiser tomar um copo de água...” e “Não tem problema, é compreensível” são falas que demonstram o tom da abordagem das vítimas pelo apresentador.

Depois da exibição da conversa gravada anteriormente, há o corte da imagem de volta para o estúdio e a primeira fala de Bial segue o mesmo tom: “Zahira, eu sei que não é fácil para você, mas nós temos que passar por isso inevitavelmente”. Quando ele abre a possibilidade de a holandesa acrescentar alguma informação ao relato exibido, o movimento discursivo de sua resposta soou, para mim, similar ao analisado no capítulo anterior sobre o roteiro e a ordem das informações do *Fantástico* de 2012:

Não, isso é exatamente o que aconteceu. Podem me questionar por que eu não saí correndo e gritando quando isso aconteceu. São críticas que eu venho recebendo. Mas eu ainda acreditava muito naquilo e eu continuei também porque eu poderia sentar na corrente e sentar na cadeira dos médiuns e ser treinada para ser uma médium. Ele me disse que iria me ensinar a incorporar, a ajudar as pessoas. Ele sabia que eu era uma dançarina, uma professora, uma

coreógrafa, que eu trabalhava com o movimento corporal. Eu estava tão feliz que as pessoas que estavam lá, de cadeiras de rodas, que um dia, magicamente, eu poderia ajudá-las. E eu acreditava que ele poderia fazer isso (Zahira Lieneke Mous, *Conversa com Bial*, 2018).

Ao lembrar seus pensamentos e desejos da época em que os abusos ocorreram, a narrativa de Zahira funciona como uma espécie de defesa aos questionamentos – quase inquisitórios e bastante comuns a vítimas de estupro – sobre a razão pela qual não se manifestou antes, preferencialmente no momento em que foi abusada pela primeira vez. Em sua fala, o direito ao próprio corpo e à dignidade sexual parece ser suprimido pela possibilidade de, por exemplo, ajudar uma pessoa paraplégica a voltar a andar auxiliando João Faria (**Figura 11**).



Figura 11: Imagem do minidocumentário “João, Deus e a multidão”, produzido pela Veja em 2014, na qual Zahira Lieneke Mous auxilia João Faria em uma cirurgia

Fonte – Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=8scHdmE7PYg>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

É nesse sentido que identifico um movimento discursivo semelhante ao do episódio do *Fantástico* de 2012, quando é feita menção à ação penal por atentado violento ao pudor e rapidamente – sem qualquer explicação sequer sobre o que seria esse tipo penal ou o fato de ele já ter sido extinto há anos – a informação é superada pela história de um alemão que, depois de 10 anos sem andar, conseguiu dar os primeiros passos sob os cuidados de João Faria de Teixeira na Casa Dom Inácio de Loyola.

Quando Bial pergunta para a guia espiritual Amy Biank se ela já havia ouvido falar sobre abusos sexuais cometidos por João Faria, ela fala de uma espécie de saber sem querer saber por parte das pessoas que trabalhavam na Casa. A isso, ela atribui uma justificativa: “eles costumavam dizer que mulheres loucas ou instáveis faziam acusações”.

A associação entre o descompasso emocional e o sexo feminino é profunda e histórica: para a medicina antiga, histeria era uma psicose que acometia especificamente as mulheres. *Hystéra* é o grego para “útero”, o que explica a etimologia da palavra histeria – sugere que o descontrole emocional nasce e se desenvolve no órgão que compõe exclusivamente a anatomia feminina. Ou seja, que é intrínseco e particular às mulheres.

Para além da historicidade da associação, é também profunda a estratégia de apontar mulheres como loucas para desqualificar suas falas e questionar suas ações. Foucault estabelece três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. As interdições, bem como os sistemas de exclusão do discurso, revelam a ligação dos discursos que circulam em uma sociedade ao poder. Sobre a segregação da loucura, ele diz:

Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer e fazer do pão um corpo (2014, p. 10).

Amy Biank narra, então, o abuso que presenciou na sala de João Faria de Teixeira. Ela conta que, a princípio, não acreditou no que estava vendo: “eu estava tão doutrinada a ouvir e achar que aquilo tudo era divino e especial” – fala que nos leva à questão central do capítulo anterior, a construção e adesão de legitimidades.

Nesse momento, tem início a exibição das entrevistas externas, gravadas com 3 vítimas anônimas. Uma vez que não é possível identificá-las pelo nome, optei por chamá-las de “vítima anônima 1”, “vítima anônima 2” e “vítima anônima 3”. Na **Tabela 5**, é possível entender de forma mais sistematizada quais foram as personagens da reportagem

e quais eram as suas histórias, tanto as vítimas quanto o “outro lado”, representado pela assessora de imprensa da Casa Dom Inácio de Loyola Edna Gomes, e a Promotora de Justiça Gabriela Manssur, que aparece como uma voz especialista.

Tabela 5 – Fontes que são entrevistadas no programa *Conversa com Bial* do dia 07/12/2018.

FONTE	DESCRIÇÃO
Zahira Lieneke Mous	<ul style="list-style-type: none"> • Holandesa; • A única vítima a se identificar no programa; • Em 2009, foi até a Casa Dom Inácio de Loyola em busca de se curar de um trauma sexual; • Foi escolhida por João Faria de Teixeira para iniciar um treinamento como médium e passou um período na Casa; • Meses antes já havia relatado em detalhes o abuso que sofreu em uma publicação no Facebook.
Amy Biank	<ul style="list-style-type: none"> • Norte-americana; • Guia de turismo espiritual; • Foi para Abadiânia 48 vezes como guia de turismo espiritual. Ao todo, estima que levou 1.500 ou mais para lá; • Não foi vítima de abuso sexual, mas testemunha ocular de um.
Vítima anônima 1	<ul style="list-style-type: none"> • Brasileira; • Foi a Abadiânia duas vezes. Na primeira, em 2009, estava em busca de ajuda para um problema de visão do filho. O filho foi submetido a uma cirurgia espiritual e a mulher relata que ele melhorou; • Na segunda vez, em 2013, estava passando por um divórcio e foi em busca de ajuda para se reconciliar com o marido; • Foi abusada nessa segunda ida à Casa.
Vítima anônima 2	<ul style="list-style-type: none"> • Brasileira; • Foi à Casa depois de ter tido câncer de mama, passado por cirurgia, quimioterapia, radioterapia e hormonoterapia em 2017; • Acompanhada do marido, passou por uma cirurgia espiritual comunitária;

	<ul style="list-style-type: none"> • Depois de 30 dias, voltou à Casa para fazer a “revisão” – uma espécie de retorno médico –, sem o marido, e foi quando o abuso aconteceu.
Vítima anônima 3	<ul style="list-style-type: none"> • Brasileira; • Foi à Casa pela primeira vez em 2014, em busca de cura para depressão, síndrome do pânico, pensamentos suicidas e problemas familiares; • Voltou em 2015, quando o abuso aconteceu.
Gabriela Manssur	<ul style="list-style-type: none"> • Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; • Especializada em violência contra a mulher.
Edna Gomes	<ul style="list-style-type: none"> • Assessora de Imprensa da Casa Dom Inácio de Loyola; • Foi contatada por telefone pela produção do programa para apresentar o lado de João Faria.

Fonte: Produzida pela autora para este trabalho.

Ao passo que evidenciei, no capítulo III, a construção do *ethos* de João Teixeira de Faria que permitiu a um homem comum se tornar “de Deus”, é observável também que alguns elementos do programa *Conversa Com Bial*, tanto na forma quanto no conteúdo do episódio em questão, apontam para estratégias de legitimação da fala das vítimas. A postura do apresentador ao entrevistá-las é uma delas. É possível identificar nas falas do apresentador Pedro Bial elementos que transcendem o valor jornalístico da objetividade: empatia, delicadeza, cuidado, preocupação. Ao mesmo tempo, esses elementos também fazem ultrapassar os limites da isenção, uma vez que posicionam o apresentador ao lado das vítimas, trazendo legitimidade ao que elas relatam.

Para além da condução do apresentador, a forma como o programa foi roteirizado e editado também contribuem para a legitimação das mulheres. O anonimato das vítimas, ainda que possa fragilizar uma reportagem, aparece no programa como materialização do que está sendo dito sobre medo e sobre vergonha. Os rostos cobertos e as vozes distorcidas atestam a força dos motivos pelos quais nenhuma daquelas mulheres denunciou antes. Mas isso só é possível porque, ao mesmo tempo, duas mulheres estão no palco do programa mostrando seus rostos e trazendo equilíbrio ao anonimato das outras.

A ordem das cenas é também fundamental à narrativa. O fato de o depoimento de Zahira ter sido gravado antes do programa, com detalhes sobre os abusos que sofreu, traz veracidade ao relato à medida que ela não poderia, por exemplo, alterar a história conforme fosse tomando conhecimento da história das outras. Nesse mesmo sentido, há a confirmação de Bial de que as duas convidadas, Amy e Zahira, não se conheciam até aquele momento. Uma vez confirmado o fato de que tanto as vítimas quanto Amy não tiveram contato anterior ao programa, chama a atenção o fato de os relatos serem muito parecidos, confirmando o *modus operandi* de João Faria: primeiro, a entidade diz para a mulher passar na sala do médium, ela vai acreditando que foi uma espécie de escolhida para receber um milagre, ela é colocada de costas, ele simula um realinhamento de chакras, passa a mão por todo o seu corpo, a leva para o banheiro do escritório, onde o abuso acontece, e depois a presenteia com uma pedra preciosa.

As categorias de análise discursiva utilizadas no capítulo III – numérica, de validação externa e de caráter – também são passíveis de serem identificadas no *Conversa com Bial* em relação às vítimas. Não da mesma forma, não na mesma intensidade, mas estão presentes e constroem igualmente a confiança do telespectador no que está sendo dito. Logo no início do programa, quando Bial afirma que foram escutadas 10 mulheres e que seriam exibidos o depoimento de 4 delas, há a legitimação por meio da expressividade dos números.

A expressividade dos números, aliás, é marca desse caso e da maneira como ele foi transmitido pelo jornalismo. Houve uma progressão estrondosa e dias depois da exibição do *Conversa com Bial* o Ministério Público de Goiás e de São Paulo já haviam recebido mais de 500 contatos de vítimas de João Faria – fato este que na cobertura do caso posterior ao *Conversa com Bial* foi evidenciado por programas televisivos da Rede Globo como o *Jornal Nacional* e o *Fantástico*.

A validação externa se dá, sobretudo, por meio da presença de Amy Biank, alguém que não foi vítima, mas que viu um abuso acontecer e acompanhou o cotidiano da Casa por anos. Sem protagonizar a história, ela valida o que está sendo relatado. Mas essa validação também se dá por meio da postura do apresentador de acolhimento – palavra importante que aparece desde a introdução do programa, quando Bial diz que “vamos *acolher* pela primeira vez depoimentos sobre outro lado de João de Deus”. Para além do acolhimento, Bial valida os relatos na forma como conduz a entrevista, buscando enfatizar

as semelhanças entre os relatos. Isso fica bastante evidente no excerto abaixo, logo depois da exibição do depoimento da vítima anônima 3:

Bial: Zahira, ela mencionou que três entidades diferentes pediram para ela não contar para ninguém. Aconteceu algo similar com você?

Zahira: Não.

Bial: Mas no que você se identifica com o relato dela?

Zahira: Muitas coisas.

Bial: Por exemplo?

Zahira: Com as mesmas palavras que ele usou com ela, literalmente. Nossa, são tantas coisas que eu estou ouvindo agora. E também com a outra mulher: “você tem muita energia sexual, temos que resolver isso”, “você tem que confiar no que estou te falando”. Ele também me disse que já me conhecia de uma vida passada. Literalmente, as mesmas palavras. E dar cristais de presente.

Bial: Ser chamada para ser sua assistente nas cirurgias espirituais...

Zahira: Sim, ser chamada para almoçar na “mesa especial”, dizer que você sempre será bem-vinda aqui e poderá passar por aquela porta especial, você vai sentar na cadeira do médium... Ele falou exatamente a mesma coisa para essa mulher.

Bial: As mesmas palavras.

Zahira: As mesmas palavras.

Bial: Amy, você já viu garotas em situações semelhantes?

Amy: Eu conheço a porta especial...

Bial: Você conhece?

Amy: Sim, é uma porta no fundo, então ele parece desaparecer quando passa por ela. Eu não sei nada sobre essa parte, mas eu vi mulheres exibindo um presente e eu sei que, periodicamente, haveria uma mulher que seria “especial”. Mas o que acontecia nesse quarto do fundo era secreto. Havia uma proteção ao redor. Talvez porque eu também não queria saber. Foi onde eu pequei. Eu não queria saber. Mas agora eu consigo ver e entender. Sim, tudo isso acontecia.

Há também, no sentido da validação externa, a presença e as falas de uma outra personagem, a Promotora de Justiça do Estado de São Paulo Gabriela Manssur, especialista na defesa e na promoção dos direitos das mulheres. Nessas condições, Manssur aparece no programa como uma figura de autoridade que traz embasamento e contextualização jurídicos aos relatos das vítimas, ainda que seja pontuado por ela que,

por não ser a promotora do caso, não poderia fazer nenhuma avaliação do caso concreto, mas dizer o que a legislação penal prevê.

A entrevista é feita em cinco perguntas por Bial e elas são fundamentais para entender como a reportagem lida com as controvérsias em torno de acusações de abuso sexual. O discurso de Bial, nesse sentido, assim como escreve Maingueneau (2013, p. 62), não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos, opondo-se a eles ou os reforçando. Por isso, é necessário considerar a interdiscursividade que faz com que o discurso materializado no texto (as perguntas do apresentador à promotora) esteja em diálogo constante com outras vozes, outros discursos. Sobre isso, chamo a atenção para três das cinco perguntas:

Bial: Nesses casos que a gente ouviu hoje, às vezes não há necessariamente penetração, também não há uma violência física configurada, então pode-se chamar de estupro ou de violência esse tipo de abuso sexual narrado pelas mulheres que estiveram com João de Deus?

Bial: Por exemplo, se o sujeito está em uma posição de autoridade, se ele usa a sua autoridade para conseguir compensação sexual, isso é violência?

Bial: Na sua experiência como promotora, nos relatos semelhantes aos que a gente ouviu, qual é a reação comum a todas as vítimas de abuso sexual?

É na abordagem da controvérsia que acontece o diálogo, a interdiscursividade, entre o discurso materializado por Bial e, sobretudo, pelas respostas de Manssur, e discursos outros que circulam socialmente sobre a violação do corpo das mulheres. Quando pergunta se um ato que não inclui penetração pode ser entendido como violência sexual, por exemplo, há diálogo com vozes históricas e culturais que remontam ao percurso da legislação brasileira, narrado no capítulo I, e principalmente à Lei nº 12.015/2009, quando a concepção de estupro passou a abranger a prática de *outro ato libidinoso*, além da *conjunção carnal*.

Da mesma maneira, ao perguntar se o uso de uma posição de poder para a obtenção de vantagens sexuais é violência, Bial evoca o tipo penal da violência sexual mediante fraude, que a própria promotora menciona e também chama de estelionato sexual – e que depois foi, de fato, um dos crimes pelos quais João Faria respondeu judicialmente.

Quando o apresentador pede que a promotora, com base em sua experiência profissional, fale sobre a reação comum a todas as vítimas de abuso sexual, Manssur responde:

O silêncio. Esse tipo de abuso sexual, esse tipo de violência contra a mulher, ele **paralisa**, ele silencia a mulher vítima de violência. Ela não consegue reagir porque é como se ela estivesse congelada. Ela fica paralisada. Naquele momento ela não entende o que está acontecendo. E, depois de um tempo – vamos supor, no dia seguinte –, ela se sente muito envergonhada daquilo que aconteceu e começa a perguntar: “por que eu não gritei? Por que eu não saí correndo? Por que eu não reagi?”. Ela não consegue entender como é que ela estava naquela situação, como é que ela foi parar naquela situação, principalmente nos abusos sexuais que não tem aquela violência física. (...) Não entende como ela chegou até aquela situação e por que ela não reagiu. Então tem a **vergonha**. Depois tem o sentimento de **culpa** que é muito grande: será que eu dei margem para que isso acontecesse? Será que eu dei motivo? O que será que eu fiz para merecer esse tipo de conduta? Depois vem a **conscientização**, e aí o **medo** de uma exposição na mídia, porque esses casos acabam saindo na mídia, **medo do julgamento social** que acaba causando sérios danos à saúde física e moral dessa mulher. O **medo da falta de credibilidade**, muitas vezes da polícia e de todo o sistema de justiça – porque muitas vezes é só a palavra dela, que já vem, via de regra, Bial, depois de um tempo, e aí as pessoas perguntam por que não denunciou antes, por que demorou tanto tempo, há um julgamento de que ela quer aparecer ou ganhar alguma vantagem nisso ou quer prejudicar alguma pessoa. E, ao final, aquele **sentimento de injustiça** muito grande, aquela vontade de fazer justiça, mas muitas vezes de não ter voz para fazer isso.

Sua resposta apresenta etapas psicológicas de um processo padrão que pelo qual vítimas de abuso sexual normalmente passam. Quando a violência está acontecendo, há a paralisação que impede que a mulher reaja; depois de consumada, há a vergonha pelo que aconteceu e o sentimento de culpa por não ter evitado ou, pior, pela ideia de que pode ter atraído isso para si; depois, há a consciência de que foi vítima de violência sexual e, com ela, a vontade de fazer justiça em conflito com o medo da exposição, o medo do julgamento e o medo de ser desacreditada.

Quando Manssur fala sobre esse processo com tamanho detalhamento, elencando as etapas mentais de uma vítima de abuso sexual, ela chama o telespectador a pensar como uma vítima. E o faz bem porque tem a voz da autoridade e a voz da experiência de alguém que, além de operar o Direito, trabalha especificamente com casos de violência contra a mulher.

O fato de essas considerações virem em seguida dos relatos contra João Faria é igualmente significativo no sentido de validá-los. Apesar de a promotora não estar falando sobre o caso concreto, ela traz lógica às narrativas caóticas que o programa exibiu antes. Caóticas por quê? Porque a maior parte das mulheres continuou na Casa e voltou à sala de João Faria depois de ser abusada uma, duas, três vezes. Porque, apesar de estarem sofrendo uma violência, elas não gritaram ou resistiram fisicamente. Porque elas demoraram anos para se manifestar. Todos esses elementos, que comumente servem à defesa de estupradores para inocentá-los, são, na verdade, elementos que atestam a lógica particular do abuso sexual sobre o psicológico das vítimas – o que Gabriela Manssur elucida em sua resposta.

No mesmo sentido do padrão *aparentemente* ilógico – que acima chamei de caótico – que seguem as vítimas de abuso sexual, é fundamental apontar a centralidade da figura de Zahira na pauta. Primeiro, pelo mais óbvio, por ter sido a primeira pessoa a se manifestar publicamente sem preservação de identidade, de forma não-anônima. Ela apareceu inteira, com nome e rosto – primeiro, em sua publicação do *Facebook* de 17 de maio; depois, no *Conversa com Bial* de 07 de dezembro por meio de uma entrevista em vídeo anterior à gravação e da presença no estúdio do programa. Isso viabilizou a reportagem, uma vez que o programa dificilmente seria realizado somente com os relatos anônimos.

Mas, para além de se mostrar, ela o faz de uma forma muito específica. Zahira se comunica muito bem, é extremamente eloquente e expressiva. Essas não são características comuns a todos os seres humanos, principalmente quando se está em uma situação de extrema vulnerabilidade como a que ela se encontra: em outro país, num programa da maior emissora de televisão, em frente a câmeras, falando sobre os estupros que sofreu.

O programa, por meio da voz de Zahira, é, por fim, um chamado para que mais mulheres se manifestem. Essa característica é bastante evidente em dois momentos. No primeiro, no início do programa ao longo da exibição da entrevista gravada antes, quando Bial pergunta a Zahira quais são as expectativas da coreógrafa após ir a público, e ela responde que espera poder ajudar outras mulheres a saírem da sombra:

Bial: Quais são suas expectativas agora depois que você veio a público, depois dessa entrevista, por exemplo?

Zahira: Eu realmente **espero poder ajudar outras mulheres a saírem dessa sombra**, porque **nós não precisamos sentir vergonha**. Ele precisa sentir vergonha. E todas as pessoas que o protegem para que ele continue fazendo o que faz. E eu sei que tenho sido criticada: “Por que você está vindo com a sua história se ele está curando milhares de pessoas?”. E essa é uma das razões por que eu nunca disse nada. Porque se fosse só eu, eu que engula, porque ele está curando milhares de pessoas, certo? Mas **agora eu sei que ele está abusando de centenas de mulheres e meninas**. E eu espero trazer luz onde há escuridão. É isso, trazer luz.

O segundo momento em que esse chamado acontece é de forma bem mais explícita quando, ao fim da entrevista com Zahira no palco do programa, Bial retoma uma expressão usada pela holandesa, “tirar do seu sistema”, para questionar como ela se sente ao falar sobre o assunto. Ao relatar os próprios sentimentos ao romper o silêncio particular sobre os abusos que sofrera, Zahira é persuasiva porque fala sobre a cura que se obtém por meio da fala e, ao mesmo tempo, é persuasiva porque o faz sem cobranças ou pressões, inclusive dizendo que respeita quem não quer expor a própria história:

Bial: Zahira, você usou a expressão “tirar do seu sistema”. Como você se sente ao falar sobre tudo isso agora?

Zahira: Eu acho que depois que essa gravação acabar eu vou chorar muito. **Eu tenho a esperança e a expectativa de inspirar outras mulheres que foram abusadas por ele e estão dispostas a expor suas histórias** – e se não quiserem eu também respeito, mas **traria uma certa cura para elas ao saber que não estão sozinhas**. Quando eu percebi que eu não estava sozinha isso já me trouxe uma certa cura. Além disso, quando eu fiz a entrevista em vídeo com você antes, eu vivenciei uma cura tão grande, durante e depois daquilo, porque eu estava compartilhando a minha história e eu estava sendo ouvida. E agora eu vejo o poder de compartilhar. Eu diria a qualquer vítima: conte para, pelo menos, uma pessoa. Seja quem for, mas **você deve se libertar dessa história**.

E o chamado realmente chegou a centenas de mulheres brasileiras. Após a exibição do programa, os Ministérios Públicos de Goiás e de São Paulo abriram canais para receber denúncias das vítimas e, somente alguns dias depois, mais de 500 relatos foram recebidos. Já no dia 12 de dezembro, cinco dias após o programa, o MP de Goiás pediu a prisão de João Faria de Teixeira; no dia 14, o pedido foi acolhido pelo juiz; no dia 16, João Faria se entregou à Polícia Civil de Goiás. Ele seguiu preso em regime

fechado até o dia 30 de maio de 2020, quando a juíza o autorizou a deixar a prisão e migrar para o regime domiciliar em virtude da pandemia e do risco de contágio pelo Covid-19.

4.1. Breve reflexão a partir de casos semelhantes

Da mesma forma que Zahira, ao fazer uma publicação em seu Facebook em maio de 2018 e, depois, ao participar do *Conversa com Bial* sem preservar sua identidade em dezembro, abriu o caminho para que centenas de mulheres revelassem os abusos que sofreram em circunstâncias muito parecidas, outras coberturas jornalísticas e processos penais abriram caminho para que o programa acontecesse da forma como aconteceu e o caso se desenrolasse como se desenrolou.

Dois casos recentes envolvendo múltiplas denúncias de abuso sexual contra um mesmo homem são dignos de reflexão pela origem e amplitude midiática que tiveram e pela força com a qual reverberam no imaginário social e no fazer jornalístico desde então. O primeiro caso é o do mega produtor de cinema hollywoodiano Harvey Weinstein. No dia 05 de outubro de 2017, o jornal *The New York Times* publicou uma reportagem detalhando acusações que indicavam décadas de abusos sexuais cometidos por Weinstein. Entre as denunciadas, estavam atrizes como Rose McGowan e Ashley Judd, além de ex-funcionárias. Se sucedeu à reportagem uma série de novas denúncias contra o produtor e o caso motivou o movimento #MeToo, que basicamente propunha que mulheres que já foram vítimas de violência sexual quebrassem o silêncio e publicassem relatos nas redes sociais com a *hashtag*.

O discurso que engendrou o #MeToo, transformando-o em um movimento potente e mundial, é em muito parecido com a fala de Zahira sobre sair das sombras e, também, simboliza algumas das percepções que motivaram este trabalho. Mas, para além disso, interessa aqui pensar a centralidade do jornalismo no caso. O livro escrito pelas repórteres Jodi Kantor e Megan Twohey para narrar os bastidores da reportagem que desmascarou Weinstein e impulsionou o #MeToo é particularmente interessante nesse sentido. Nele, as jornalistas falam sobre as dificuldades de conquistar a confiança de dezenas de mulheres para convencê-las a aparecer na matéria com o próprio nome e identidade.

Sobre o efeito da reportagem inicial e das outras que se seguiram, para além do impulso para a formalização de denúncias e a investigação contra Weinstein, as autoras escrevem:

As reportagens sobre Weinstein **foram como um solvente desfazendo o sigilo, levando mulheres de todo o mundo a revelar experiências semelhantes.** [...] Formava-se o consenso de que denunciar o assédio e o abuso sexual era uma atitude admirável, e não vergonhosa nem desleal. [...] Nas semanas que se seguiram à primeira matéria sobre Weinstein, chegou uma enxurrada de pistas ao *New York Times* e a outras organizações jornalísticas – um registro alarmante, heterogêneo e não verificado de relatos de mulheres nos Estados Unidos e em outros países sobre o que haviam sofrido. [...] Naquele outono, mulheres de todos os lugares e procedências postaram casos com a hashtag #MeToo nas redes sociais, manifestando-se numa nova onda de solidariedade e por vontade própria – **sem aqueles meses de encorajamento e persuasão que tinham sido necessários na investigação sobre Weinstein** (KANTOR e TWOHEY, 2019, p. 234-235. Grifos Meus).

Em contraposição ao árduo trabalho de convencer mulheres a falarem ao longo da apuração sigilosa da matéria, Jodi e Megan enfatizam o fato de que, após a publicação, outras mulheres que não foram sequer contatadas passaram a se manifestar espontaneamente e a expor suas histórias. Elas atribuem esse contraste comportamental à percepção das vítimas de que outras mulheres estavam sendo escutadas e acreditadas:

O elemento fundamental para a mudança era um novo senso de responsabilidade: conforme as mulheres ganhavam confiança de que o relato de suas histórias levaria à ação, o número de revelações aumentava. A quantidade de histórias e o sofrimento contido nelas mostravam o tamanho do problema e como tais ocorrências tinham prejudicado inúmeras vidas e tolhido o avanço profissional. Empresas e outras entidades investigavam e demitiam seus próprios diretores. Diante daquelas consequências – a promessa de que contar a verdade levaria à ação –, um número ainda maior de mulheres veio a se manifestar (Idem, p. 235).

O segundo caso para esta reflexão aconteceu no Brasil. Em 09 de janeiro de 2009, o jornal *Folha de S.Paulo* publicou a notícia de que a Polícia Civil e o Ministério Público de São Paulo estavam investigando uma denúncia que apontava que Roger Abdelmassih, médico especialista em reprodução humana assistida, poderia estar abusando sexualmente de suas pacientes. Nesse caso, assim como no de João Faria ou mesmo no de Weinstein,

dezenas de vítimas foram aparecendo à medida que o caso tomava forma e, dessa maneira, a cobertura da imprensa foi fundamental para o seu decorrer na Justiça.

A pesquisadora Lieli Monteiro, em sua dissertação de Mestrado defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), falou sobre o processo de trabalho de jornalistas e profissionais do direito no caso dos estupros cometidos por Abdelmassih. Sobre a abordagem jornalística, ela concluiu que “a falta de dados indicadores de violência sexual durante a cobertura confinou os textos ao universo particular dos envolvidos, retirando o caráter social inerente à violência de gênero” (MONTEIRO, 2016, p. 14).

Essa interpretação é fundamental. Para além de noticiar denúncias de violência sexual, esse tipo de crime demanda do jornalismo uma abordagem de conscientização que transcende o caso propriamente dito. Nesse sentido, ao menos no que diz respeito ao programa *Conversa com Bial*, é possível apontar que o caminho seguido no caso de João Faria foi outro. A entrevista com a promotora de Justiça Gabriela Manssur foi muito importante por isso – sem falar sobre o caso concreto, ela fez uma síntese sobre os principais problemas enfrentados em processos de crime sexual, as mudanças jurídicas mais recentes sobre o tema, os motivos que levam uma mulher a permanecer em silêncio por anos etc.

Monteiro também realizou uma série de entrevistas com jornalistas e operadores do direito envolvidos no caso para entender os bastidores e as motivações de cada ação, tanto nos jornais quanto na Justiça. Um achado da autora particularmente interessante no contexto desta pesquisa é o fato de a investigação que condenaria Roger Abdelmassih ter nascido no Ministério Público após a denúncia de uma jornalista da TV Globo. Essa denúncia, no entanto, não foi feita em forma de reportagem, mas pessoalmente: a repórter já havia conversado com algumas vítimas, mas, por uma questão de protocolo da emissora, não poderia haver reportagem se não houvesse investigação criminal. O promotor de Justiça Reinaldo Carneiro recebeu o material já editado, com as identidades preservadas, e foi a partir disso que teve início a investigação.

Depois, com a investigação em andamento, a defesa do médico tentou de todas as formas derrubar e abafar a investigação – o que levou o promotor a buscar a divulgação social do caso por meio da imprensa. Ele contou à pesquisadora que a Rede Globo se recusou a noticiar porque, de acordo com a emissora, o caso não estava maduro. Depois,

segundo relatou, ele procurou a revista *Veja*, que também se recusou a publicar. Foi a *Folha de S.Paulo* que publicou a primeira notícia, ainda que tímida, sobre a investigação contra Abdelmassih.

Apesar de reconhecer o mérito do jornalismo para a condenação do médico, Monteiro apresenta importante olhar crítico sobre a abordagem da *Folha*, que em muitos momentos pesou a balança contra as vítimas na busca incessante por apresentar o outro lado, tendo ampliado relatos de ex-pacientes que se pronunciavam sem preservar a identidade para defender a honra do médico ao lado de relatos em *off* de vítimas ainda amedrontadas demais para sair do anonimato.

O percurso do promotor em direção à imprensa é revelador. Primeiro, da importância da cooperação e do alinhamento entre direito e jornalismo, sobretudo para o andamento de investigações de crimes sexuais. Mas, também, da relutância recente da imprensa em falar sobre o tema mesmo com o respaldo de evidências e de uma investigação criminal em andamento. É interessante pensar o caso de Abdelmassih – ainda mais por uma visão tão completa dos bastidores quanto a oferecida pela dissertação de Monteiro – em comparação ao caso de João Teixeira de Faria. Melhor ainda é fazê-lo sob a luz de todos os conceitos da Análise de Discurso trazidas neste trabalho para entender o momento de profundas transformações que estamos vivendo nos últimos anos.

Não é possível, nem de longe, dizer que a imprensa acolheu com facilidade os depoimentos de vítimas de João Faria. Entre a reportagem do *Fantástico* que mencionava em uma linha um processo por atentado violento ao pudor contra o médium, exibida em 2012, e o programa *Conversa com Bial*, em 2018, existe um abismo de seis anos em que reportagens positivas sobre o médium continuaram sendo veiculadas – por exemplo, a entrevista do *Altas Horas*, de 2016, analisada anteriormente – e mulheres continuaram sendo estupradas e silenciadas ao visitarem Abadiânia. O nome disso é omissão, é negligência. No entanto, a forma como o *Conversa com Bial* abordou a pauta, na mesma emissora que alguns anos antes teve o caso de Abdelmassih em primeira mão e não divulgou, é demonstrativo de importantes movimentações discursivas.

Essas movimentações não são passíveis de ser pensadas somente no âmbito do jornalismo, mas de toda a sociedade, seguindo a linha argumentativa utilizada principalmente no Capítulo I desta pesquisa. Por essa perspectiva, é digno de nota que a Lei nº 12.015, que, como estudado, realizou alterações fundamentais nos crimes contra a

liberdade sexual, é posterior à investigação e primeiras reportagens sobre o caso de Abdelmassih – a lei data de 07 de agosto de 2009, ao passo que a primeira notícia sobre o caso foi publicada na *Folha de S.Paulo* em 09 de janeiro de 2009.

Mesmo com a impossibilidade de afirmar que a imprensa acolheu com facilidade os depoimentos contra João Faria, é notável que, em contraste com a cobertura do outro caso comentado, o programa *Conversa com Bial* foi extremamente cuidadoso sobre a pauta e sobre as vítimas. As mudanças na palavra da lei, as evoluções das políticas públicas e do debate em torno da violência sexual representam o discurso em sua materialidade e abrem caminho para esse tipo de abordagem jornalística.

Nas tabelas 6 e 7, é possível visualizar, em termos numéricos, quão massiva foi a cobertura da Rede Globo sobre o caso. Os dois programas de cunho jornalístico que mais evidenciaram o caso na emissora, após o *Conversa com Bial*, foram o *Jornal Nacional* e o *Fantástico*. No *JN*, entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019, 37 edições abordaram a pauta, totalizando 107 minutos e 10 segundos sobre o caso. No *Fantástico*, foram 5 edições e 74 minutos dedicados ao assunto no mesmo período.

Tabela 6 – Número de edições e minutos/segundos dedicados à pauta entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019 no Jornal Nacional

JORNAL NACIONAL – DEZ./2018 A DEZ./2019		
MÊS/ANO	EDIÇÕES	MINUTOS/SEGUNDOS
Dezembro/2018	14 edições	81 minutos
Janeiro/2019	7 edições	10 minutos e 30 segundos
Fevereiro/2019	2 edições	2 minutos e 30 segundos
Março/2019	3 edições	1 minuto e 40 segundos
Abril/2019	Nenhuma	0 minutos
Maió/2019	3 edições	5 minutos
Junho/2019	3 edições	2 minutos e 30 segundos
Julho/2019	3 edições	1 minuto e 30 segundos
Agosto/2019	Nenhuma edição	0 minutos
Setembro/2019	Nenhuma edição	0 minutos
Outubro/2019	Nenhuma edição	0 minutos
Novembro/2019	1 edição	30 segundos
Dezembro/2019	1 edição	2 minutos
TOTAL	37 edições	107 minutos e 10 segundos

Fonte: Produzida pela autora para este trabalho.

Tabela 7 – Número de edições e minutos/segundos dedicados à pauta entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019 no Fantástico

FANTÁSTICO – DEZ./2018 A DEZ./2019		
MÊS/ANO	EDIÇÕES	MINUTOS/SEGUNDOS
Dezembro/2018	3 edições	51 minutos
Janeiro/2019	Nenhuma	0 minutos
Fevereiro/2019	Nenhuma	0 minutos
Março/2019	1 edição	16 minutos
Abril/2019	Nenhuma	0 minutos
Maió/2019	Nenhuma	0 minutos
Junho/2019	Nenhuma	0 minutos
Julho/2019	Nenhuma	0 minutos
Agosto/2019	Nenhuma	0 minutos
Setembro/2019	Nenhuma	0 minutos
Outubro/2019	1 edição	7 minutos
Novembro/2019	Nenhuma	0 minutos
Dezembro/2019	Nenhuma	0 minutos
TOTAL	5 edições	74 minutos

Fonte: Produzida pela autora para este trabalho.

A Rede Globo ainda lançou, mais de um ano após as denúncias se tornarem amplamente conhecidas, a série documental *Em nome de Deus*, que conta a história do médium, os bastidores da apuração sobre as denúncias, a história de algumas das vítimas e outros processos criminais que João Faria responde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há nada de novo na ideia de que a linguagem é um instrumento em potencial nas mãos da classe dominante, um instrumento que pode ser empregado tanto para mistificar ou controlar quanto para comunicar. [...] Apesar disso, como observou certa vez o filósofo Alfred Whitehead, “Todas as coisas que são importantes já foram ditas antes por alguém que não as descobriu”. Em outras palavras, existe uma enorme diferença entre a consciência imprecisa a respeito de um problema e a sua pesquisa sistemática.

Peter Burke – A arte da conversação

Quando falo a alguém sobre o tema da minha pesquisa, sempre escuto sobre a coragem que é preciso para ser uma mulher que investiga questões relacionadas à violência sexual. O comentário é compreensível. De fato é necessário ter estômago para, sendo uma mulher, ler e ouvir com a atenção que demanda uma pesquisa acadêmica relatos tão detalhados de vítimas de estupro, além da defesa de estupradores que, normalmente, dedica-se a insultar essas mulheres, revitimizando-as. Há o nojo, há o medo, há a tristeza, há a raiva. Não à toa, hoje questões de abuso sexual são muitas vezes abordadas nas redes sociais sob um “alerta de gatilho”, uma forma de notificar sobre a possibilidade de o conteúdo da publicação desencadear fortes emoções, para que a pessoa possa escolher prosseguir a leitura ou não.

Nesse sentido, a observação atenta sobre meus próprios sentimentos no contato com o *corpus* me ajudou a vislumbrar os caminhos da pesquisa enquanto ela acontecia. Entender a minha ojeriza pelo tema, os sentimentos ruins que ele me causa, foi em parte o que me levou a entender – ou reiterar –, também, a sua importância. Ouvir sobre estupro significa ouvir relatos íntimos, que inevitavelmente envolvem o sexo e a sexualidade de outra pessoa. Palavras como “pênis”, “vagina”, “penetrou”, “ânus”, “peito”, “masturbar” saem hesitantes da boca das vítimas, que comumente se encontram envergonhadas pelo ocorrido e pela exposição, e podem ser também recebidas com constrangimento por quem ouve, seja um jornalista, um delegado, um policial, um médico, um familiar, um amigo ou, ainda, uma pesquisadora, como em meu caso.

O fato é que deixar de ouvir esses relatos e, mais, deixar de incentivar que eles sejam feitos, não faz com que mulheres deixem de ser estupradas, somente faz com que

mulheres deixem de ser escutadas. Conforme julgo ter sido capaz de demonstrar ao longo deste trabalho, a recusa da escuta a mulheres vítimas de violência sexual é uma das formas mais eficazes de permitir que estupros continuem acontecendo todos os dias.

É pela vontade de superar, individualmente, o trauma e, socialmente, a normalização da violência, que mulheres passam por todo o constrangimento de denúncias que não trazem qualquer garantia sobre a responsabilização do criminoso. No mesmo sentido, profissionais de diversas áreas também devem estar preparados para receber essas denúncias, acolher as vítimas e fiscalizar o andamento dos casos.

As particularidades do crime de estupro, que o tornam tão difícil de ser apurado, indicam demandas igualmente particulares para a sua abordagem na mídia. Na jurisprudência brasileira, por exemplo, a palavra da vítima ganhou maior relevância probatória nos processos ao ser constatada a dificuldade de se provar esse crime devido ao seu caráter íntimo. A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na edição 111 de Jurisprudência Em Teses¹⁸, estabeleceu que “em delitos sexuais, comumente praticados às ocultas, a palavra da vítima possui especial relevância, desde que esteja em consonância com as demais provas dos autos” (STJ, 2018). É verdade que na realidade dos tribunais nem sempre a balança da Justiça pende para o lado das mulheres que são vítimas de abuso sexual – comumente tratadas como criminosas –, mas a decisão, ainda assim, é significativa.

Por essa perspectiva, os protocolos que, como visto, levaram a Rede Globo a não noticiar a possibilidade de o médico Roger Abdelmassih estar abusando sexualmente de suas pacientes, precisam ser repensados. Certamente, foi com base nesses mesmos protocolos que o *Fantástico* de 2012 demonstrou ciência sobre a possibilidade de João Faria estar abusando sexualmente de fiéis e, ao mesmo tempo, pouca disposição para apurar o caso e abordá-lo apropriadamente, passando ao público a mensagem sobre a desimportância da violação do corpo das mulheres. Em casos de abuso sexual, esses protocolos de objetividade e isenção parecem somente beneficiar estupradores – o que pode ser particularmente confortável para jornais e emissoras quando estes são homens ricos e influentes.

¹⁸ Publicação periódica que apresenta um conjunto de teses sobre determinada matéria, com os julgados mais recentes do Tribunal sobre a questão, selecionados até a data especificada.

É verdade que o jornalismo carrega seus fantasmas, como o emblemático caso Escola Base¹⁹, e é fundamental que haja criticidade na hora de noticiar casos de abuso sexual para que não aconteçam injustiças. Mas, a meu ver, essa criticidade se constrói em uma apuração cuidadosa, não na recusa de se noticiar ou colocando em xeque a palavra das vítimas. Problematizo aqui, também, o fato de não ter havido, ainda, o reconhecimento do papel que a mídia desempenhou tanto na ampliação do trabalho de João Faria como pessoa dotada de poderes de cura quanto no silenciamento de mulheres que vinham tentando quebrar o silêncio há décadas.

Por isso, apesar de este trabalho ter surgido com a ideia de compreender o rompimento do silêncio, acredito que todo o caminho que percorri até o último capítulo é ainda mais importante, porque é a partir dele que é possível entender como o silêncio foi construído – aprisionando mulheres em ciclos de violência sexual, solitárias em seu segredo, e garantindo impunidade ao criminoso e continuidade a seus crimes.

Foi possível encontrar similaridades nas estratégias discursivas utilizadas tanto para, em um primeiro momento, legitimar e enaltecer o trabalho do médium, quanto para, depois, atestar credibilidade às vítimas. Não são estratégias necessariamente racionais, elaboradas, mas cujo efeito pode ser observado na adesão que são capazes de suscitar sobre quem recebe determinado conteúdo. Entre as categorias de análise utilizadas para a identificação dessas formas de legitimação, a expressividade numérica se mostrou a mais relevante. Os anos de experiência do médium e as milhares de pessoas que visitavam a Casa Dom Inácio de Loyola eram números que atestavam o poder de cura de João Faria e atraíam cada vez mais pessoas. Por outro lado, com a publicização das denúncias pelo *Conversa com Bial*, a expressividade do número de mulheres que foram procurar imprensa e autoridades também foi enfatizado de forma a atrair cada vez mais vítimas dispostas a denunciar, dando corpo à investigação.

Por fim, é importante ressaltar a não linearidade de transformações sociais profundas. João de Deus foi condenado a 59 anos e 4 meses de prisão por crimes sexuais cometidos na Casa Dom Inácio de Loyola. O médium ainda responde a 12 denúncias

¹⁹ Escola Base foi uma escola particular localizada no bairro da Aclimação, no município de São Paulo, no Brasil. Em março de 1994, seus proprietários (o casal Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada), a professora Paula Milhim Alvarenga e o seu esposo e motorista Maurício Monteiro de Alvarenga foram *injustamente* acusados pela imprensa de abuso sexual contra alunos de quatro anos da escola. Em consequência da revolta da opinião pública, a escola foi obrigada a encerrar suas atividades logo em seguida.

apresentadas pelo Ministério Público de Goiás. Ainda assim, para além de sua defesa jurídica, há vozes populares que defendem sua inocência, que foram, inclusive, amplificadas em algumas reportagens sobre o caso veiculadas pela própria Rede Globo, assim como notícias que reproduziram argumentos caluniosos sobre a possibilidade de uma das vítimas ser uma prostituta, por exemplo. Hoje, em Abadiânia e nas cidades vizinhas, novos médiuns e líderes curandeiros estão operando para atender a alta demanda pelo serviço na região.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

BARBOSA, Karina Gomes; VARÃO, Rafiza. Erro, dúvida e jornalismo generificado: um olhar sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem “A rape on campus”. **Brazilian Journalism Reserach – SBPJor**, v. 14, n. 1 – abril 2018.

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? **IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, v. 1, 2009.

BRANDÃO, Helena. Analisando o discurso. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Brandao_AnalisandoODiscurso.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BURKE, Peter. **A arte da conversação**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz; FERREIRA, Helder. Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 1, p. 24-48. São Paulo, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOUGLAS, Emily. Foucault, laughter and gendered normalization. **Foucault studies**, Copenhagen, n. 20, p. 142-154, dez. 2015.

FILHO, João Freire. Correntes de felicidade: emoções, gênero e poder. **Revista Matrizes**. V. 11, n. 1, p. 61-81, jan./abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GASPAR, Renato Simões; PEREIRA, Marina Uchoa Lopes. Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. **Cadernos de Saúde Pública**. São Paulo, 2018.

GOMES, Mayra Rodrigues. As materialidades e seus discursos. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, V. 16, N. 46, p. 271-290, 2019.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HUNGRIA, Nelson e LACERDA, Romão Côrtes de. **Comentários ao Código Penal**. Vol. VIII. Arts. 197 a 249. Rio de Janeiro: Forense.

IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KANTOR, Jodi; TWOHEY, Megan. **Ela disse**: Os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Claudia Araújo de; DESLANDES, Suely Ferreira. Violência sexual contra mulheres no Brasil: conquistas e desafios do setor saúde na década de 2000. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 787-800. São Paulo, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cotez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

MIRANDA, Daniela da Silveira. Discurso jurídico: constituição do ethos e orientação argumentativa. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), 2011.

MONTEIRO, Lieli. Estupro na imprensa: O processo de trabalho de jornalistas e profissionais de direito na cobertura do caso Roger Abdelmassih pelo jornal Folha de S.Paulo (2009-2015), na perspectiva de estudos de jornalismo, da legislação e das práticas do Poder Judiciário e dos estudos feministas. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), 2016.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.

SANTOS, Gyne Gessyca Pereira; SALES, Sandra Regina. A mulher negra brasileira, miscigenação e o estupro colonial: o mito da democracia racial e o reforço de estereótipos racistas e sexistas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 31, n. 1. jan./jun. 2018.

SOLOMON, Andrew. Estupro. In: **Longe da árvore**. P. 360-403. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SOUSA, Maria Helena de; BENTO, Silvana Ferreira; OSIS, Maria José Duarte; RIBEIRO, Meire de Paula; FAÚNDES, Anibal. Preenchimento da notificação compulsória em serviços de saúde que atendem mulheres que sofrem violência sexual. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 1. São Paulo, 2015.

*

BRASIL, 1603. **Transcrição das Ordenações Filipinas na íntegra**. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL, 1830. **Código Criminal do Império de 1830**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 08 mai. 2020.

BRASIL, 1890. **Código Penal de 1890**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 8 mai. 2020.

BRASIL, 1940. **Código Penal de 1940**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL, 2009. **Lei nº 12.015/2009**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL, 2018. **Lei nº 13.718/2018**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ANEXO 1

Programa “Conversa com Bial”, Rede Globo

Data de exibição: 07/12/2018

Tempo total: 01h07m38s

Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7218772/programa/>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

O apresentador Pedro Bial aparece sozinho falando diretamente para a câmera.

No letreiro abaixo: Siga @conversacombial nas redes sociais e use a nossa #ConversaComBial

BIAL: João Teixeira de Faria é um médium conhecido em todo o mundo como “João de Deus”. Desde 1976 ele faz atendimentos espirituais na casa Dom Inácio de Loyola na pequena Abadiânia, em Goiás. Essa cidade de menos de 19 mil habitantes recebe até 10 mil pessoas por mês para atendimentos, em sua maioria estrangeiros. Os relatos sobre suas cirurgias espirituais e curas incorporando diversas entidades como Dom Inácio, que dá nome à casa, se espalharam pelo mundo. Hoje vamos acolher pela primeira vez depoimentos sobre outro lado de João de Deus. Eu e a repórter Camila Appel escutamos individualmente 10 mulheres que se sentiram abusadas sexualmente pelo médium. Por questões de tempo, hoje vamos mostrar 4 desses depoimentos, e uma dessas mulheres estará conosco aqui no estúdio. As mulheres que moram no Brasil têm medo e vergonha de aparecer e se identificar.

Corta para uma entrevista gravada em outro ambiente, em outro momento, com uma das vítimas. Ela aparece anônima (apenas silhueta), com a voz distorcida, e está de frente com Bial, que a entrevista.

VÍTIMA ANÔNIMA: Ele pegava na minha mão pra eu pegar no pênis dele. E eu tirava a mão. E ele falava “você é forte, você é corajosa! O que você está fazendo tem um valor enorme”. Eu não estava fazendo nada. Eu estava ali, sabe? Sendo abusada. E aí ele ficou muito próximo, ele mandou eu colocar a mão pra trás, isso ele já tava com o pênis dele pra fora, ele falou “põe a mão, isso é limpeza, você precisa da minha energia, que só vem dessa maneira, pra eu poder fazer a limpeza em você”. Às 7 horas da manhã ele fez a mesma coisa, só que dessa vez ele sentou numa cadeira e ele pediu pra eu fazer sexo oral nele.

Corta para outra entrevista, no mesmo estilo, mas com outra vítima. Ainda que elas não estejam identificadas e o corte seja leve, é possível identificar que se trata de outra vítima pela mudança de câmera, mudança da voz (ainda que distorcida) e formato da silhueta.

VÍTIMA ANÔNIMA: Aí eu senti o membro dele nas minhas nádegas. Porque, até então, ele já estava me comprimindo, comprimindo o meu corpo. Aí eu comecei a chorar, comecei a ficar desesperada. E eu só pensava assim: “como que eu vou sair daqui?”

Corta para Bial novamente falando com a câmera.

BIAL: A única mulher que aceitou mostrar o rosto mora na Holanda. Minha primeira conversa com a coreógrafa holandesa Zahira Lieneke Mous foi pela internet.

Corta para Bial na sala de controle do programa – existe um painel de mixagem, edição etc. e um monitor onde vemos a imagem de Zahira, que provavelmente conversa com ele via webcam. A conversa é em inglês e com legenda. Zahira, ao contrário das vítimas que apareceram anteriormente, aparece mostrando o próprio rosto.

BIAL: Quais são suas expectativas agora depois que você veio a público, depois dessa entrevista, por exemplo?

ZAHIRA: Eu realmente espero poder ajudar outras mulheres a saírem dessa sombra, porque nós não precisamos sentir vergonha. Ele precisa sentir vergonha. E todas as pessoas que o protegem para que ele continue fazendo o que faz. E eu sei que tenho sido criticada: “Por que você está vindo com a sua história se ele está curando milhares de pessoas?”. E essa é uma das razões por que eu nunca disse nada. Porque se fosse só eu, eu que engula, porque ele está curando milhares de pessoas, certo? Mas agora eu sei que ele está abusando de centenas de mulheres e meninas. E eu espero trazer luz onde há escuridão. É isso, trazer luz.

Corte para o estúdio do programa, estilo programa de auditório, Pedro Bial sentado em uma bancada e, ao lado, Zahira sentada em uma cadeira ao lado de outra mulher, que ainda será apresentada.

BIAL: Zahira Mous está aqui acompanhada pela escritora e coach espiritual Amy Biank, americana que atuou como guia de estrangeiros em Abadiânia, de 2002 a 2014. Como vocês vão ver, aqui não se trata de questionar os métodos de cura de João de Deus, muito menos a fé de milhares de pessoas que o procuram, estamos apenas dando voz a mulheres que se sentiram abusadas sexualmente pelo médium. Para deixar Zahira e Amy mais à vontade, não teremos banda nem plateia aqui no estúdio.

Conversa em inglês, legendada em português:

BIAL: Muito obrigada a vocês duas, Zahira e Amy, por terem vindo. Vocês duas já se conheciam?

ZAHIRA: Não.

AMY: Não.

BIAL: Não, vocês não se conhecem. Zahira, quantas vezes você esteve no Brasil?

ZAHIRA: Estive no Brasil muitas vezes.

BIAL: Por quê?

ZAHIRA: Eu tenho um tio que mora em Minas Gerais e os meus pais decidiram passar o seu 25º aniversário de casamento com toda a família. Em 2001, nós o visitamos. E eu estava lá, tinha 17 anos, e eu me apaixonei pelo Brasil, pela cultura, então eu voltei muitas vezes.

BIAL: Então você entende um pouco de português, se necessário?

ZAHIRA: Sim.

BIAL: Mas vamos falar em português, assim você se expressa mais facilmente.

ZAHIRA: Sim.

BIAL: Quando você ouviu falar sobre o João de Deus pela primeira vez?

ZAHIRA: Eu ouvi sobre ele em maio de 2014. Eu recebi uma mensagem de um amigo que teve uma experiência muito boa. Eu já estava em busca da minha espiritualidade e cura e querendo sempre aumentar minha consciência e também curar um trauma. Então quando essa mensagem chegou eu comecei a pesquisar o que ele faz, o que acontece lá, eu li livros sobre, assisti a documentários e eu senti que deveria ir porque achei que seria muito bom para mim.

BIAL PARA A CÂMERA: temos imagens de Zahira em Abadiânia ao lado de João de Deus.

Corte para imagens da atuação espiritual de João de Deus na Casa Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, Goiás. As imagens são da Veja São Paulo. Zahira está segurando uma bandeja de instrumentos que o médium está utilizando, dando apoio ao atendimento espiritual que está sendo prestado.

Ao fundo da imagem que está em exibição, continuamos ouvindo o áudio do estúdio, da conversa entre Bial, Zahira e Amy.

BIAL: Zahira, o que você exatamente você está fazendo nessas cenas?

ZAHIRA: Eu fui convidada a ajudar com as cirurgias físicas que estavam sendo feitas ali e ele estava me treinando como uma médium. Então isso fazia parte, aparentemente.

BIAL: Isso era como ser “a escolhida” para ajudá-lo?

Corte novamente para o estúdio onde a conversa acontece.

ZAHIRA: Sim, sim. Posso dizer que sim.

BIAL: Amy, você também ajudou o João nessas assistências durante as cirurgias ou o seu trabalho era somente levar os grupos pra lá?

AMY: Eu nunca o ajudei nas cirurgias. Meu trabalho era... eu não levava as pessoas para serem curadas, mas sim pessoas que estavam em peregrinação para aprendizados, para compreender a espiritualidade, bem antes da experiência dela. Antigamente, quando a cidade era muito pequena, e eu nunca tinha visto um estrangeiro.

BIAL: Isso era no começo...

AMY: Bem no começo, por volta de 2002.

BIAL PARA A CÂMERA: Nós temos uma foto de Amy com João de Deus.

Corte para uma imagem bastante afetuosa em que Amy e João de Deus estão sorrindo e se abraçando.

BIAL: É bem caloroso.

AMY: Íntimo.

BIAL: Isso, íntimo!

AMY: Ele estava muito animado porque tinham pessoas estrangeiras chegando.

BIAL: E qual era a sua relação com ele? Era uma relação profissional? Era amizade e profissional?

AMY: Eu nunca fui uma seguidora. Eu era interessada no que ele fazia. Eu senti...Eu me apaixonei pelo Brasil. O jeito caloroso que todos são e a energia de cura que tem a “casa” é tão bonito. Eu consigo entender como as pessoas são seduzidas. Mas eu sempre fui crítica, por exemplo, com as cirurgias físicas. Eu sempre via sob o ponto de vista crítico que elas eram como uma performance de carnaval. Eu achava que o fórceps no nariz... muitas das coisas que ele fazia eram apenas um show. Eu ficava intrigada com a incorporação, para mim isso era muito interessante, e eu amava a meditação. Ela foi muito sortuda de ter sido escolhida para segurar a bandeja. Você não tem ideia, isso é uma grande honra [Amy fala apontando para Zahira].

BIAL: Quantas vezes você esteve em Abadiânia, e quantas pessoas, aproximadamente, você levou lá?

AMY: Eu fui para Abadiânia 48 vezes. E provavelmente 1500 pessoas ou mais.

BIAL PARA A CÂMERA: Nós vamos ver agora uma reportagem do Fantástico de 2012 sobre João de Deus e sua fama internacional.

Corte para exibir o trecho da reportagem em que aparece a apresentadora norte-americana Oprah Winfrey na Casa Dom Ignácio de Loyola em Abadiânia, Goiás. Em 2010, ela exibiu no programa de The Oprah Winfrey Show uma reportagem gravada sobre o médium João de Deus: “ela ficou tão impressionada que quis conhecê-lo pessoalmente”. A reportagem a princípio fala sobre a procura estrangeira dos atendimentos espirituais. “As consultas não são cobradas, mas ao caso da casa funciona uma farmácia que só aceita pagamentos em dinheiro”. João de Deus fala “eu não tenho nada contra a igreja que recebe seu dízimo, eu não tenho nada contra a doação que se faz para as igrejas. Cada um é a consciência da pessoa”. A reportagem, então, traz as seguintes informações: *Os métodos de João de Deus já foram questionados e viraram até caso de polícia. Segundo a polícia, o médium também responde ação penal por atentado violento ao pudor. O processo corre em sigilo. João de Deus nega todas as denúncias.*

Corte novamente para o estúdio.

BIAL: Vocês duas já viram milagres e curas feitas por João de Deus?

ZAHIRA: Eu vi... algumas coisas bonitas.

BIAL: Você também, Amy?

AMY: Eu diria que onde há esperança há milagres.

ZAHIRA: Sim, você não sabe se...

AMY: ...se é ele ou... O que realmente está acontecendo. Você não sabe. Todas essas pessoas que você viu na sala da corrente, essa quantidade de pessoas rezando e meditando juntas, cria uma energia maravilhosa de esperança. Até mesmo o João repetia muitas vezes que não era ele. Ele sempre dizia: “não sou eu, são os espíritos, é Deus”. E eu acho que ele está falando a verdade.

BIAL: Zahira, o que aconteceu quando você foi a Abadiânia? Você foi para lá e foi recebida pelo médium incorporado?

ZAHIRA: Eu fiz minhas pesquisas e me senti segura em ir sozinha. Então eu fui, entrei na fila e me deram um tipo de rabisco em uma nota e me disseram que a energia tinha sido transferida para a passiflora, como um remédio homeopático. Eu não entendi por que eu tinha que tomar aquilo, isso continua sendo curioso para mim. Isso me remete ao conceito de que eles falam que toda cura é de graça, mas há muitos preços a pagar. Eu senti uma energia muito forte nesse papel. Meu corpo começou a tremer, meu olho a se mexer. Depois de você receber o que quer que precise da entidade, você vai para outra sala. Eu não sei exatamente para que, mas algo espiritual. Eu já acreditava naquilo antes de eu ir, então eu estava pensando “isso é legítimo”. Como se aquilo já estivesse acontecendo comigo. E depois de uma semana eu voltei de novo para a fila, com meus 3 desejos que eu esperava realizar. E um deles era curar um abuso sexual que eu já tinha.

BIAL: Você gostaria de falar sobre a sua história pessoal ou você gostaria de assistir ao que a gente gravou pela internet e aí você pode corrigir ou acrescentar alguma coisa depois de assistirmos?

ZAHIRA: Sim, porque é muita coisa.

BIAL: Para fazer com que isso seja um pouco menos doloroso para você.

Corte para a cena da conversa virtual via webcam entre Bial e Zahira.

BIAL: Então uma semana depois disso você voltou à “Casa” e se encontrou com ele de novo?

ZAHIRA: Sim.

BIAL: E então o que aconteceu?

ZAHIRA: É aí que as coisas não muito legais começaram a acontecer. [pausa longa]

BIAL: Me desculpa, eu tenho que perguntar essas coisas. Mas se você quiser ir no seu tempo, vá no seu tempo. Fique tranquila. E a gente continua da forma menos desconfortável para você. Tudo bem? Se você quiser tomar um copo de água...

ZAHIRA: Ok...

BIAL: Você teve que voltar para a fila de novo?

ZAHIRA: Sim, eu entrei na fila e... me desculpe [limpa os olhos enquanto chora].

BIAL: Não tem problema. É compreensível.

ZAHIRA: Eu entrei na fila de novo e então a entidade ou ele, até esse momento eu não tinha certeza quando ele realmente estava incorporado ou quando ele estava fingindo estar incorporado. Então ele me disse que eu teria uma consulta particular com o João e eu teria que esperar do lado de fora do escritório dele por muito tempo, até todas as pessoas da fila passarem, e eu fui a última a entrar. E é um cenário bem bizarro em que você, de certa forma, se sente especial, como “Eu vou receber a cura!”, “Uau, finalmente isso está acontecendo”. Então eu entrei no escritório dele e vi que quem mais estivesse ali desapareceu do escritório e eu fiquei ali sozinha com ele. E ele se sentou, olhou para mim

e perguntou: “você está aqui para que mesmo?”. E na minha cabeça eu estava pensando: “a entidade já não deveria saber? Você não escaneia a minha energia e não sabe exatamente por que eu estou aqui?”. Então eu disse: “eu estou aqui para curar o meu trauma sexual”. Então ele disse: “ok, fique de pé na minha frente”. Primeiro ele ficou meio que me cheirando, ele me pediu para virar de costas para ele, o que eu já achei bem estranho. Vinha esse diálogo interno constante na minha cabeça, “O que está acontecendo? Isso não parece certo”, ao mesmo tempo em que eu estava confiando nessa pessoa que supostamente traria uma cura. Ele estava de costas para uma porta que era o banheiro do escritório. Ainda de costas para a porta e com um leve movimento ele abriu a porta e me colocou dentro do banheiro, de frente para o espelho, e ele continuou atrás de mim. Então ele me perguntou: “O que você vê?”. E eu fiquei, tipo, “o que ele quer? Eu não entendo. Por que eu preciso descrever o que vejo no espelho?”. E eu fiquei lá, meio que sem palavras, “uma mulher, sei lá, eu mesma?”. Aí ele agarrou minha mão, minha mão direita, e colocou para trás de mim, na calça dele. E eu fiquei “de novo?”. Eu congelei por um momento e pensei “Por que isso está acontecendo? Por que eu tenho que tocar no seu pênis para que eu possa ser curada?”. Ele me levou...Ele tinha um sofá grande no banheiro dele, ele me puxou até lá e me colocou de joelhos na frente dele. Daí ele abriu a calça e colocou a minha mão no pênis dele. E ele começou a movimentar a minha mão em cima do pênis dele. E eu estava em choque. Eu não conseguia acreditar naquilo. Eu estava congelada. E ele continuava falando, sabe? Conversando, falando sobre a minha família, enquanto isso estava acontecendo. Você está sendo manipulada a acreditar... Enquanto ele estava me analisando, fazendo alguma coisa... Aí ele disse “você devia sorrir”. E eu pensando “eu não sinto nenhuma alegria. Isso não é o motivo de eu estar aqui”. E aí ele estava se limpando, fechando sua calça e me levou ao escritório dele de novo, me sentou no sofá e abriu um armário de pedras preciosas, ele me mostrou as pedras preciosas e disse: “você pode escolher uma que você goste”. É como se fosse “isso é um pagamento? O que está acontecendo aqui? Isso está tão longe de ser uma cura”. E ainda tendo essa sensação de estar sendo manipulada para isso. Você é arrastada para dentro disso. Eu não sei quantos dias depois, ele me puxou de novo pra dentro do banheiro...

BIAL: O mesmo padrão?

ZAHIRA: Um padrão parecido, mas ele deu um passo adiante. Ele me penetrou por trás. E de novo esses... Eu não consigo nem descrever.

Corte de volta para o estúdio, conversa entre Bial, Zahira e Amy.

BIAL: Zahira, eu sei que não é fácil para você, mas nós temos que passar por isso inevitavelmente. Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre o que acabamos de ver, adicionar alguma coisa ou corrigir?

ZAHIRA: Não, isso é exatamente o que aconteceu. Podem me questionar por que eu não saí correndo e gritando quando isso aconteceu. São críticas que eu venho recebendo. Mas eu ainda acreditava muito naquilo e eu continuei também porque eu poderia sentar na corrente e sentar na cadeira dos médiuns e ser treinada para ser uma médium. Ele me disse que iria me ensinar a incorporar, a ajudar as pessoas. Ele sabia que eu era uma dançarina, uma professora, uma coreógrafa, que eu trabalhava com o movimento corporal. Eu estava tão feliz que as pessoas que estavam lá, de cadeiras de rodas, que um dia, magicamente, eu poderia ajudá-las. E eu acreditava que ele poderia fazer isso.

BIAL: Quando você percebeu que esse não era exatamente o caso e como?

ZAHIRA: Quando eu fui embora, e saí daquela bolha, de alguma forma eu caí na real. Mas eu também não queria que aquilo tivesse acontecido comigo e eu só queria esquecer aquilo.

BIAL: Você entrou em um processo de negação?

ZAHIRA: Completamente. Até esse ano, eu não contei pra ninguém basicamente. Eu vivi em negação por quatro anos.

BIAL: E hoje você consegue entender a reação que teve aos eventos naquela época?

ZAHIRA: Sim, eu entendo. E eu consigo ver todo um sistema que permite isso. Até o começo do ano para mim, em maio desse ano, o trauma daquela época, além dos outros traumas que eu já tinha e estava buscando curar, estava voltando e era inegável que eu precisava lidar com aquilo. Foi aí que eu decidi compartilhar a minha história.

BIAL: E como você compartilhou isso?

ZAHIRA: Eu escrevi a minha história no Facebook e decidi tornar o post público e agora eu sei que muitas mulheres foram afetadas. É por isso que estou aqui. É por isso que valeu a pena ter feito isso.

Corte pra captura de tela da postagem inicial de Zahira no Facebook:

“This (shareable) post is to expose João Teixeira de Faria as a fraud and a sexual molester aka “healer John of God” from Brazil (...)”

Corte de volta para o estúdio onde Bial conversa com Zahira e Amy.

BIAL: Amy, você já tinha ouvido falar sobre abusos sexuais cometidos pelo João de Deus?

AMY: Os guias turísticos que levavam as pessoas lá e as pessoas que trabalhavam lá sabiam, mas não queriam saber. É difícil de dizer... É como se você soubesse que o seu padre é perigoso, mas você não quer falar sobre isso. Eles costumavam dizer que mulheres loucas, ou instáveis, faziam acusações. E a única razão disso ter surgido, porque a maior parte das pessoas como você (Amy olha para Zahira) nunca falaram nada, mas algumas foram embora correndo. Então, elas fugiam. Pegavam um táxi até Brasília. Eu tive um grupo comigo, e eu estava esperando do lado de fora – imagine, eu não tinha a menor ideia de que as pessoas poderiam estar sendo machucadas ali dentro – e eu ouvi um grito de socorro, então eu entrei e ele pediu para eu fechar meus olhos e sentar.

BIAL: Mas o que você viu?

AMY: Eu vi que ele estava com as calças abertas, ela ajoelhada e ele tinha uma toalha no ombro. Ela não estava querendo fazer sexo oral nele e foi por isso que ela gritou. Mas eu sentei no sofá e fechei meus olhos, porque eu estava tão doutrinada a ouvir e achar que aquilo tudo era divino e especial. Mas ela gritou de novo e dessa vez eu abri meus olhos e aí ele parou. E mais tarde eu pensei... em vez de ficar como você (Amy olha para Zahira), eu fiquei furiosa. Eu fiquei com tanta raiva.

BIAL: Você o viu forçando a moça a fazer sexo oral nele?

AMY: Sim. Exatamente. Então ele se levantou e falou para ela que ela tinha passado no teste.

ZAHIRA: Aí meu deus...

AMY: Que ela era especial. E deu a ela um cristal e disse: “Aqui”. Eu não podia acreditar no que eu estava vendo. Aquilo era... Mais tarde ele veio até a pousada em que estávamos porque ele sabia que eu tinha visto. Ele chegou na mesa e disse “bom, quando eu sou o João eu sou somente um homem, e homens têm necessidades, um homem é somente um homem”.

BIAL PARA A CÂMERA: Eu entrevistei uma mulher brasileira que pediu para não ser identificada.

Corte para a entrevista de Bial com outra vítima, com rosto coberto (apenas silhueta) e voz distorcida.

BIAL: O que te levou a buscar João de Deus e ir pra lá?

VÍTIMA ANÔNIMA: A primeira vez que eu fui pro João de Deus foi por conta do meu filho. Ele tem problema de visão e aí eu fui da cura desse problema de visão dele. Ajudou. Ele teve uma cirurgia espiritual, melhorou. Mas eu acredito que, muito mais do que o João de Deus, é a minha fé naquele momento e naquele local. Eu acho que Abadiânia é um lugar, sim, iluminado.

BIAL: Bom, isso foi em 2009 a história do seu filho. Depois você foi de novo. Você foi procurá-lo, ou procurar Abadiânia, e por quê?

VÍTIMA ANÔNIMA: Na verdade, sempre... desde 2009 eu fui várias vezes. Em 2012, 2013, desculpe, foi quando eu me separei, aí eu fui procurar o João... aí eu peguei na mão da entidade, do médium com a entidade e falei “eu preciso de ajuda. Eu tenho dois filhos. O que eu vou fazer da minha vida?”. E nesse dia ele falou: “encontre o médium depois na sala dele”.

BIAL: E aí você foi pra sala dele?

VÍTIMA ANÔNIMA: Eu fui a última pessoa a entrar na sala dele e poder conversar com ele.

BIAL: Você pode nos narrar o que aconteceu?

VÍTIMA ANÔNIMA: Sim, aí eu entrei. Ele prontamente disse que sabia o que tinha acontecido, que eu tava ali por causa do meu divórcio, que ele ia fazer uma limpeza energética em mim, que meu ex marido não me merecia, mas que por mim e pelos meus filhos ele iria me ajudar e que iria reestabelecer o meu casamento, para eu não me desesperar. Então ele me conduziu pra um banheiro – que mais parece uma sala porque é muito grande – e fechou a porta. Ali ele pediu pra eu ficar de costas pra ele, ele perguntou se eu tinha algum metal no corpo, eu falei “sim, tem meu sutiã que tem metal”. Aí ele falou: “você pode tirar?”, pus o braço por dentro, tirei o sutiã e deixei de lado. Ele falou: “vou ficar atrás de você e vou fazer um realinhamento energético”. Quando ele ficou atrás de mim, ele ficou muito próximo de mim, isso a princípio me incomodou, mas eu falei: “bom, se eu tô aqui é porque é especial eu estar aqui e graças a deus olharam pra mim e

vão curar a minha vida, todas essas feridas, e vão me ajudar nesse caminho que eu tenho aí com meus filhos”. E aí ele ficou muito próximo, e aí ele mandou eu colocar a mão pra trás, isso ele já tava com o pênis dele pra fora, ele falou “põe a mão, isso é limpeza, você precisa da minha energia, que só vem dessa maneira, pra eu poder fazer a limpeza em você”. Eu fiz. Ele falou: “amanhã você vai pra corrente, fica na corrente e vem me ver de novo no fim do dia” e pediu pra eu chacoalhar o quadril, mexer o quadril. Depois, novamente, de 45 dias, eu voltei sozinha. Aí eu passei de novo com a entidade, agradei porque eu tava mais fortalecida, eu tava melhor. Fortalecida pelo tempo mesmo. Aí ele pediu novamente pra eu ir ver o médium após os trabalhos. A entidade pediu. Aí ele fez novamente todo o trabalho de reorganização dos chacras, de limpeza, tira o sutiã, fica de costas, pega nele e tudo. E tudo bem. Aí ele mandou eu ir no dia seguinte de manhã. Às 7 horas da manhã. E eu fui às 7 horas da manhã no dia seguinte. E era só eu. Às 7 horas da manhã ele fez a mesma coisa, só que dessa vez ele sentou numa cadeira e ele pediu pra eu fazer sexo oral nele. E aí eu fiz com muito nojo. Eu realmente não fazia, porque eu não chegava perto dele. Ele falava: “faça direito menina, você não quer as coisas? Como é que fazendo essas coisas desse jeito você vai ter as coisas na sua vida? É desse jeito que você faz as coisas na sua vida? Você nunca vai ter nada”.

BIAL: Depois desse episódio...?

VÍTIMA ANÔNIMA: Depois desse episódio eu voltei com um homem no fim do dia. Ele ficou muito bravo comigo. Ele falou: “quem mandou você vir aqui com um homem?”.

BIAL: Esse homem que tava com você era um amigo?

VÍTIMA ANÔNIMA: Uma pessoa da minha família.

BIAL: Às vezes a gente tá tão tomando pelo processo de um lugar que a gente só vai se dar conta do que aconteceu tempos depois. Quando é que você se deu conta de que aquilo se configurava como um abuso?

VÍTIMA ANÔNIMA: Foi justamente logo depois que eu saí com o homem de lá de dentro, que ele ficou muito bravo, eu encontrei com uma menina que eu tinha encontrado um dia antes na fila pra falar com ele. Ela me relatou na época que ele levou ela pro banheiro também. Mas na hora ela percebeu que era um abuso. Ela falou “eu tenho muito conhecimento de espiritualidade. Eu sei que banheiro não é lugar de fazer trabalho, de realinhamento de chakra, de nada, banheiro é a energia mais podre que existe”, ela falou pra mim, “quando ele me tocou, eu já falei saí de perto de mim monstro!”. E ela falou pra mim: “eu estou com a minha avó, eu fiz minha avó remarcar a passagem, antecipar, porque eu não fico mais nenhum segundo nesse lugar”. Na hora minha ficha caiu de que eu fui abusada. Não fui curada ou ajudada, não. Fui abusada.

BIAL: Depois de tantos anos com um segredo tão dolorido guardado, o que dá coragem e sentido pra você vir e contar isso hoje?

VÍTIMA ANÔNIMA: Não é nada fácil me expor dessa maneira, principalmente pelo abuso que eu sofri, mas é justamente da vontade de outras pessoas não continuarem passando por isso. Porque eu tenho certeza que durante esse tempo que se passou – que foi um grande tempo – muitas mulheres passaram por isso e estão caladas.

Corte de volta para o estúdio onde Bial conversa com Zahira e Amy.

BIAL: Zahira, você se identifica com o relato dessa mulher?

ZAHIRA: Uma coisa que eu vejo nos relatos é que realmente existe um sistema: a primeira coisa que ele faz é virar a pessoa para ele, “eu vou te curar”.

BIAL: É o mesmo padrão.

ZAHIRA: É o mesmo padrão. Na verdade, é doentio pensar que alguém faria isso por tanto tempo e acharia normal.

BIAL: E por quê você não levou o caso à polícia imediatamente?

ZAHIRA: Porque eu estava com muito medo. Eu estava com medo deles me mandaram espíritos ruins, que era a energia que eu estava recebendo, sendo ameaçada. Eu tinha medo da minha vida se tornar miserável. Como se eu não fosse conseguir dormir porque eles me seguiriam nos meus sonhos. Porque antes de eu ir para Abadiânia, muitas pessoas dizem que no momento em que você decide ir e compra a passagem, as entidades começam a trabalhar em você, a energia começa a vir...Então ele aparecia nos meus sonhos...Então eu estava realmente com medo porque era possível eles virem atrás de mim através dos meus sonhos. Eu estava muito assustada. E agora eu me sinto protegida e sei que a verdade precisa aparecer.

BIAL: Amy, e você? Quando você viu um abuso acontecendo, o que você fez?

AMY: Eu escrevi uma carta para o meu advogado dizendo que se eu não conseguisse voltar, aqui está o que aconteceu. Eu recebi ameaças de morte. Eles não me falaram de energias malignas, porque não funcionaria comigo, mas eles falaram “você é uma mulher branca e mulheres brancas desaparecem no Brasil o tempo todo, então você deveria pegar um avião e ir embora agora”.

ZAHIRA: As pessoas da “Casa” te falaram isso?

AMY: Sim.

BIAL: Como as pessoas que trabalham na “Casa” reagiram?

AMY: Como eu era amiga de muitos deles, quando eu contei a verdade para eles, o meu objetivo era fazer com que ele parasse, eu escutava essa frase: “no Brasil, o que acontece atrás das portas não é da conta de ninguém”. Mas eu sabia que aquilo tinha que parar, aquilo era medonho, era uma coisa terrível, e a única saída eram os trabalhadores da “Casa” não permitirem ele ficar sozinho com as pessoas. Então eu contei a eles: “é isso o que acontece, acordem!”.

BIAL: E?

AMY: Alguns deles choraram. E uma mulher me contou que ela tinha limpado a boca de uma menina e disseram para ela que aquilo era ectoplasma. E não passou pela cabeça dela, porque ela estava tão doutrinação, que aquilo era, na verdade, ejaculação. E ela falou: “Ah, e ele dá almoço de graça pra elas”. Tem um quarto especial do outro lado da “Casa” onde podem se sentar as pessoas “especiais”. Você ganha almoço. Então ela dava comida para essas crianças. E ela começou a chorar e a tremer e disse “Meu deus do céu, eu não sabia”. Então, por algum tempo, as pessoas do bem tentaram pará-lo. Mas aí as pessoas do bem foram embora porque elas não aguentavam mais.

BIAL PARA A CÂMERA: Agora nós vamos ver outra conversa. Uma conversa que eu tive com uma mulher que também se sentiu abusada por João de Deus, e ela falou comigo ao lado do marido.

Corte para a entrevista gravada entre Bial e a quarta vítima, que está sentada ao lado do marido, ambos com rostos cobertos (silhueta) e voz distorcida.

BIAL: Vamos começar falando sobre o motivo de você ter ido pra Abadiânia, ter procurado o João de Deus, o que você tinha ouvido falar dele.

VÍTIMA ANÔNIMA: Então, em 2017 eu tive um câncer de mama e passei o ano todo fazendo tratamento, fiz uma operação, quimioterapia, radioterapia e agora fazendo hormonioterapia.

BIAL: E nesse estado de fragilidade que você chegou lá?

VÍTIMA ANÔNIMA: Sim, eu fui com o meu marido e eu passei pela cirurgia espiritual comunitária. Depois eu tive que voltar, depois de 30 dias eu voltei pra fazer a “revisão”, que eles falam, né? Nessa volta o meu marido não foi e, quando eu passei pela fila da revisão, o médium João falou como se estivesse incorporado que era pra eu procurar o médium João.

BIAL: E aí você foi encontrá-lo onde? Como é que se deram as coisas?

VÍTIMA ANÔNIMA: Quando você precisa procurar o médium João, ele tem uma salinha que fica na lateral da casa e que tem abertura para onde acontecem os passes.

BIAL: Com que estado de espírito você se dirigiu até lá?

VÍTIMA ANÔNIMA: Ah, eu estava desesperada. E aí ele olhou pra mim e falou assim: “Você está quase curada, mas você ainda não está curada. Mas você tem que me prometer alguma coisa: que o que eu fizer aqui dentro, você não vai falar pra ninguém, você não vai falar pra ninguém sobre o seu processo de cura comigo”. Aí eu achei um pouco estranho, porque eu não poderia falar, mas eu tava tão desesperada pela cura e pra sair daquele estado de tristeza em que eu me encontrava...

BIAL: Era estranho mas você tinha confiança nele, né?

VÍTIMA ANÔNIMA: Eu tinha confiança. Inclusive ele me chamava de filha, né? Ele chama as pessoas que frequentam a casa de “filha da Casa” e as pessoas chamam ele de “pai”. E ele falou assim: “Bom, minha filha, você levante que eu vou te curar e você vai ter que se entregar”. Aí ele me pediu pra ficar de costas e nisso ele começou a passar a mão no meu corpo e eu fiquei na hora também incomodada com isso, porque eu fiquei pensando até que ponto a gente pode deixar um médium mexer no nosso corpo. Mas como ele fazia muitas cirurgias espirituais no palco e levantava as camisetas de mulheres ou de homens e tocava na hora também vinha “por que você tá pensando nisso? Como tá passando isso na sua cabeça?”, e aí eu deixava ele mexer. E ele começou a passar a mão no meu corpo, na lateral do meu corpo, e pediu pra que eu esfregasse a minha mão no meu quadril. Ele falou: “Eu quero que você respire, respire profundamente, intensamente”, aí eu respirava, e ele falava “não, você não está se entregando, respire mais”, aí eu respirava, aí conforme eu fui respirando, ele foi passando mais a mão no meu corpo, no meu abdômen, no meu seio, pela minha nádega, e eu comecei a ficar enrijecida

e incomodada. Eu não tava entendendo mais nada do que tava acontecendo, se aquilo era possível ou não. Ele falou: “não se assuste, eu estou mexendo com a sua energia kundalini, você tem um excesso de energia e eu vou te curar, confia”. Logo depois, ele começou a respirar profundamente e eu senti que havia uma perda de controle na respiração dele, ofegante, aí eu senti o membro dele nas minhas nádegas. Porque, até então, ele já tava me comprimindo, comprimindo meu corpo. Aí eu comecei a chorar, comecei a ficar desesperada, e eu só pensava assim: “como que eu vou sair daqui?”. Eu olhava pra uma porta, olhava pra outra, e eu falava “gente, se eu gritar, tem milhares de pessoas aí fora, que endeusam ele, né? Que chamam ele de João de Deus. Se eu gritar, eu vou ser apedrejada aqui dentro. Como que eu vou sair daqui?”. E aí ele falou: “você não está colaborando. Você tem que mover o seu quadril para um lado e para o outro e colocar as mãos na minha virilha”. Aí até uma hora que ele ficou bem irritado e se afastou assim e falou: “eu estou indo até o fim do poço por você e por sua família e você está sendo ingrata, você não está se entregando. Se você não fizer o que eu estou falando, a sua doença vai voltar. Você quer que volte?”. Eu respondi que não e ele perguntou por que eu não tava colaborando. Eu falei: “porque eu não to entendendo nada do que tá acontecendo aqui. Eu não estou gostando do que está acontecendo aqui”. Ele falou: “então vai embora. Vai, vai. Pode ir!”. Eu falei: “vai embora pra onde? Você vai me por na sua corrente?”. Ele falou: “vai pra onde você quiser, pode ir pra minha corrente”. Aí abriu a porta e um moço falou assim: “você tá bem?”, porque acho que ele viu que eu tava completamente desfigurada de chorar e sem palavras, eu não sabia nem o que dizer, o que pensar. Eu jamais podia esperar que acontecesse um abuso de alguém que eu chamava de pai, que eu via que acreditava que curasse tantas pessoas, e que falava de Deus, e que falava de amor.

BIAL (PARA O MARIDO): Como é que você reagiu a essa história?

MARIDO: Eu fiquei durante esse tempo em estado de choque, quando você escuta a palavra “sou abusada” você pensa de tudo, você não sabe até que ponto ocorreu o abuso. Aí depois desse dia eu sentei com ela e falei “olha, estou disposto a se for necessário investir em recursos pra gente contratar os melhores advogados. Eu quero que você decida como você quer conduzir esse processo.

VÍTIMA ANÔNIMA: O fato é que eu ia ter que me expor, ia ter que expor meu nome.

BIAL: Isso faz quanto tempo?

VÍTIMA ANÔNIMA: Foi em abril.

BIAL: Por que ele amedronta tanto as pessoas?

VÍTIMA ANÔNIMA: Ele é um homem muito, muito poderoso. Conhece muitos políticos, médicos, artistas.

MARIDO: Vou pegar o Chico Xavier. Eu nunca vi a figura do Chico Xavier andando de segurança. O João de Deus anda com segurança. Por que ele anda com segurança? Porque deve ter um monte de marido querendo matar o cara. Porque quando você sabe de uma história dessa você fica enfurecido.

Corte de volta para o estúdio onde Bial conversa com Zahira e Amy.

BIAL: Você concorda com isso Amy, que ele é um homem poderoso e... você consegue entender esse sentimento, certo?

AMY: Eu entendo completamente.

BIAL: Você já se sentiu ameaçada por ele?

AMY: Sim. De morte. Não ataques espirituais. Morte de verdade. E eu não sou a única, há outras. Quando todas as outras alternativas falham, te ameaçam de morte. É assim que funciona, porque algumas pessoas são muito perigosas para ele. O que estamos fazendo hoje aqui é muito perigoso. Mas eu acredito que há esperança. Nós estamos nos tornando seres humanos melhores e vamos confrontar as trevas. Já chega. Eu quero dizer... acabou! Acabou no momento em que você teve coragem para contar. (olha e aponta para Zahira) Acabou, só requer tempo. Porque estamos evoluindo e isso é muito importante. As pessoas no poder não podem mais usar desse poder para intimidar os outros. Ponto final.

BIAL (PARA A CÂMERA): Vamos escutar agora o relato de mais uma mulher, de 33 anos, que também pediu para não ser identificada.

Corte para entrevista de Bial com quinta vítima com o rosto coberto (apenas silhueta) e voz distorcida)

BIAL: Bom, eu queria começar te perguntando... quem vai a Abadiânia atrás do João de Deus em geral vai porque tem um problema, está passando por um momento difícil na vida, o que te levou... como é que você tinha ouvido falar dele e por que você foi lá?

VÍTIMA ANÔNIMA: Na verdade, algumas amigas minhas já iam lá e elas gostavam muito. Elas me convenceram a ir. Eu fui por problemas pessoais, depressão, síndrome do pânico, pensamentos suicidas e por problemas familiares. E eu fui duas vezes pra Abadiânia. A primeira vez foi em 2014 e a segunda vez em 2015.

BIAL: A primeira vez qual foi a sua impressão?

VÍTIMA ANÔNIMA: A primeira vez eu gostei muito, gostei da energia de lá. Achei que foi bem forte tudo o que eu senti. Cheguei a fazer cirurgia espiritual, tudo, mas eu não melhorei de nada do que eu busquei lá. Mas, mesmo assim, eu acabei voltando um ano depois.

BIAL: Com mais ou menos as mesmas queixas e problemas?

VÍTIMA ANÔNIMA: As mesmas queixas. É, porque na verdade na minha cabeça eu tinha essa ideia de que eu tinha que frequentar, talvez, né, não tinha tido uma cura porque... talvez precisasse ir mais, interagir mais lá, entendeu?

BIAL: E aí a segunda vez como foi?

VÍTIMA ANÔNIMA: A segunda vez...O primeiro dia que eu passei na entidade já aconteceu algo incomum – que na hora eu não pensei, mas hoje eu reflito muito sobre isso. Eu estava na fila, já para passar com a entidade, e a hora que ele me viu na fila ele não tirava o olho de mim – a ponto de as pessoas que estavam na minha frente ele fazia um sinal pra pessoa ir bem rápido, e as pessoas tentando agradecer, falar com ele. Eu até pensei “nossa, vai ser bem rápido passar com ele”. Tinha uma senhora, provavelmente com câncer, na minha frente, ela tava careca, com lenço. Na vez dela, ela ajoelhou pra

abraçar ele, agradecer e ele praticamente pegou o braço dela e jogou ela pro lado. E aí ele já esticou a mão, pegou na minha mão e falou: “o que te traz aqui?”. E eu meio que na pressa, né, falei: “ah, eu vou tentar resumir, eu tenho depressão, tenho pensamentos suicidas, eu não me sinto encaixada nesse mundo”. E ele falou: “ah, não pense isso, eu vou te ajudar. Vá na sala falar com o médium João”. E aí eu fui atendida por ele no último dia. Foi quando ele deixou eu entrar. E aí, logo que eu entrei ele já trancou a porta. Ele fez uma pergunta e foi muito rápido. Ele já estava extremamente mal-intencionado porque ele perguntou “o que te traz aqui?” e eu falei a mesma coisa que eu tinha falado pra entidade, falei que a entidade falou pra eu passar lá. Ele falou: “ah, eu lembro de você. Na verdade, eu já até sonhei com você. Eu sabia que você viria. Levanta aqui que eu vou limpar o seu chakra”. E nisso ele me colocou... Ele ficou em pé, eu fiquei na frente dele, e ele já começou a fazer o movimento, como se estivesse abrindo, assim, passando a mão no meu peito, tudo. E eu lá. Nisso, ele me virou e pediu pra eu fazer uma massagem na barriga dela. Eu fazendo essa massagem e ele pediu pra eu fazer com força. Ele pediu pra eu ficar com o olho aberto olhando pra ele e eu não conseguia ficar com o olho aberto porque eu já tava me sentindo incomodada, mas eu não parei. E aí ele me afastou um pouco e já tirou o pênis pra fora. Falou que a gente tinha uma história, que ele já me conhecia de outras vidas, que ele sonhou comigo, que a gente tinha uma história juntos e que olha como eu deixava ele. E nisso eu comecei a pensar que de certa forma eu estava seduzindo ele e que aquilo era culpa minha, sabe? E eu falei até algo do tipo: “você é como se fosse um pai pra mim, não consigo”. E ele dizia “não” e pegava na minha mão pra eu pegar no pênis dele, e eu tirava a mão, ele falava “você é forte, você é corajosa, o que você tá fazendo tem um valor enorme”. Eu não tava fazendo nada. Eu tava ali, sabe? Sendo abusada. Não tava fazendo nada. “Olha isso que você tá fazendo, isso vai ser muito bom pra você”. Mas algo dentro de mim doía muito forte, sabe? Eu não tava achando certo, mas eu fiquei paralisada. Acho que a sorte que eu tinha ali era das pessoas que ficavam batendo na porta. Tanto as pessoas que queriam falar com ele, o pessoal que trabalhava com ele querendo dar recado... E nisso ele sentou... Nessa primeira vez que ele fez isso ele sentou e pediu pra eu abrir a porta pras pessoas que estavam lá e eu abri a porta, sentei. Quando começaram a entrar as pessoas, as pessoas agradecendo, dando presente, flores, bichos de pelúcia, pessoal dele falando com ele. Eu falei “agora é a minha oportunidade de sair daqui”. E eu falei pra ele: “João, vou deixar você à vontade”. E esse era o horário de almoço, falei que ia almoçar. E ele falou “não, senta aí, você vai almoçar comigo”. E eu sentei, eu não conseguia... era como se alguma força não me deixasse sair de lá. Não dá pra explicar. Parece coisa de filme, porque eu queria sair e eu não conseguia sair e as pessoas ficavam olhando pra minha cara com um sorrisinho de canto assim.

BIAL: Isso seria um indício de que mais gente talvez saiba dessa rotina?

VÍTIMA ANÔNIMA: Ah, eu tenho certeza disso. Porque não tem como não. Nisso, quando saíram todos, aí ele pediu almoço pra mim, junto com o dele, as pessoas saíram e ele falou “tranca a porta”. Eu fui lá e tranquei a porta e sentei de novo. Nisso ele falou “deixa eu limpar os seus chacras novamente”. E aí, de novo, levantamos e foi a mesma coisa. Ele passar a mão em mim, me virar, colocar o pênis pra fora, queria que eu pegasse no pênis dele. E novamente, de novo, pessoas batendo na porta. Isso aconteceu 3 vezes. Quase na hora de entrar pro trabalho, na sessão da tarde, ele abriu uma caixa com pedras preciosas e me deu uma esmeralda. Falou que queria me ver... Porque ele falou que no sonho eu tava pelada num rio chamando ele. E aí eu entrei pro trabalho na porta que ele

entra e ele até falou “aqui você é muito bem-vinda, você pode sempre estar aqui, você pode sempre entrar por essa porta. É pra você sentar em tal cadeira” (que são as cadeiras mais próximas à dele) Aí eu sentei lá. Aí ele entrou pro trabalho. Ele deu um discurso falando de espiritualidade, colocou a mão na minha cabeça falando que eu tava curada, tudo, e nisso as entidades começaram a vir. Toda entidade que vinha, acho que foram umas 3, assim, não sei, me chamava e pedia pra eu não contar nada do que tinha acontecido ali e eu falava que não ia contar. Eu me considero, sabe Bial, uma pessoa esperta. Eu não consigo entender que tipo de coisa aconteceu ali pra eu ser tão conivente com tudo o que tava acontecendo, entendeu? É a dúvida que eu tenho, uma pergunta que eu me faço sempre: que tipo de ser humano escuta esse tipo de coisa, sabe, de uma pessoa que tá com depressão, que pensa em se matar, e faz esse tipo de coisa que ele fez?

BIAL: Você contou pro seu marido?

VÍTIMA ANÔNIMA: Conteí só agora. Eu fiquei 3 anos sem falar nada pra ele. Na verdade, eu nem imaginei que eu estaria aqui contando, porque isso é uma ferida enorme, entendeu? Enorme mesmo.

BIAL: Tá bom. Muito obrigado.

Corte pro estúdio onde Bial conversa com Zahira e Amy.

BIAL: Zahira, ela mencionou que três entidades diferentes pediram para ela não contar para ninguém. Aconteceu algo similar com você?

ZAHIRA: Não.

BIAL: Mas no que você se identifica com o relato dela?

ZAHIRA: Muitas coisas.

BIAL: Por exemplo?

ZAHIRA: Com as mesmas palavras que ele usou com ela, literalmente. Nossa, são tantas coisas que eu estou ouvindo agora. E também com a outra mulher: “você tem muita energia sexual, temos que resolver isso”, “você tem que confiar no que estou te falando”. Ele também me disse que já me conhecia de uma vida passada. Literalmente, as mesmas palavras. E dar cristais de presente.

BIAL: Ser chamada para ser sua assistente nas cirurgias espirituais...

ZAHIRA: Sim, ser chamada para almoçar na “mesa especial”, dizer que você sempre será bem-vinda aqui e poderá passar por aquela porta especial, você vai sentar na cadeira do médium... Ele falou exatamente a mesma coisa para essa mulher.

BIAL: As mesmas palavras.

ZAHIRA: As mesmas palavras.

BIAL: Amy, você já viu garotas em situações semelhantes?

AMY: Eu conheço a porta especial...

BIAL: Você conhece?

AMY: Sim, é uma porta no fundo, então ele parece desaparecer quando passa por ela. Eu não sei nada sobre essa parte, mas eu vi mulheres exibindo um presente e eu sei que, periodicamente, haveria uma mulher que seria “especial”. Mas o que acontecia nesse quarto do fundo era secreto. Havia uma proteção ao redor. Talvez porque eu também não queria saber. Foi onde eu pequei. Eu não queria saber... Mas agora eu consigo ver e entender. Sim, tudo isso acontecia.

BIAL: Zahira, você usou a expressão “tirar do seu sistema”... Como você se sente ao falar sobre tudo isso agora?

ZAHIRA: Eu acho que depois que essa gravação acabar eu vou chorar muito. Eu tenho a esperança e a expectativa de inspirar outras mulheres que foram abusadas por ele e estão dispostas a expor suas histórias – e se não quiserem eu também respeito, mas traria uma certa cura para elas ao saber que não estão sozinhas. Quando eu percebi que eu não estava sozinha isso já me trouxe uma certa cura. Além disso, quando eu fiz a entrevista em vídeo com você antes, eu vivenciei uma cura tão grande, durante e depois daquilo, porque eu estava compartilhando a minha história e eu estava sendo ouvida. E agora eu vejo o poder de compartilhar. Eu diria a qualquer vítima: conte para, pelo menos, uma pessoa. Seja quem for, mas você deve se libertar dessa história.

BIAL: Amy, Zahira, muito obrigado por terem vindo aqui e falado conosco.

BIAL PARA A CÂMERA: Agora nós vamos ouvir a promotora de justiça de São Paulo Gabriela Manssur Para entender as implicações jurídicas desse tipo de denúncia. Em instantes, depois de um rápido intervalo.

BIAL PARA A CÂMERA: Bem-vindos de volta. O programa de hoje acolhe depoimentos de mulheres que relatam terem sido assediadas sexualmente pelo médium conhecido como João de Deus, que atua em Abadiânia, Goiás, agora vamos conversar com a promotora de justiça do Estado de São Paulo Gabriela Mounser??

BIAL: Gabriela, muito obrigada por estar aqui.

GABRIELA: Eu que agradeço o convite, é um prazer pra mim.

Bial: Nesses casos que a gente ouviu hoje, às vezes não há necessariamente penetração, também não há uma violência física configurada, então pode-se chamar de estupro ou de violência esse tipo de abuso sexual narrado pelas mulheres que estiveram com João de Deus?

GABRIELA: Bom, não posso fazer nenhum tipo de avaliação de caso concreto, porque eu não sou a promotora do caso. Então, por uma questão ética e funcional, eu não vou me manifestar sobre esses casos, mas eu vou dizer tecnicamente o que a legislação penal determina e prevê hoje. O ato sexual ele compreende qualquer outro tipo de ato que a pessoa faça para a satisfação do seu desejo sexual, então não necessariamente seja a conjunção carnal, que é a introdução do pênis na vagina. Então, portanto, sexo oral, a masturbação, o sexo anal, são questões que caem nessa circunstância de outros atos sexuais. Passar as mãos no seio, apalpar a pessoa fazendo força, todos esses atos sexuais para a satisfação (que no vocabulário jurídico nós falamos “satisfação da lascívia”, para que as pessoas entendam é para satisfazer o desejo sexual) são considerados atos sexuais. E isso, se estiver presente em um caso concreto, pode ser considerado estupro. E a

segunda pergunta que você fez é a questão da violência, não há necessidade dessa violência física. Há situações em que essa violência está presumida.

BIAL: Por exemplo, se o sujeito está em uma posição de autoridade, se ele usa a sua autoridade para conseguir compensação sexual, isso é violência?

GABRIELA: Se essa mulher não conseguir, por alguma circunstância, oferecer resistência e evitar que isso ocorra, pode ser considerado estupro, uma violência presumida em situação de vulnerabilidade temporária, momentânea, naquele momento do ato sexual. Há duas questões aí, Bial, que a lei prevê e que são importantes aqui para esse cenário. A questão da violação sexual mediante fraude, que nós chamamos de estelionato sexual, artigo 215 do código penal, e situações de estupro mediante violência presumida, que são essas situações de vulnerabilidade. Na violação sexual mediante fraude, essa mulher acaba consentindo com a relação sexual, ela está sendo enganada, então ela acaba tendo esse consentimento viciado. Ela não está manifestando a sua vontade, livre, consciente. Esse poderia ser um estelionato sexual. E há a questão da vulnerabilidade: quando ela não consegue oferecer resistência, mas está sendo contra a vontade dela, ela não queria mas ela não consegue oferecer resistência porque alguma circunstância tirou essa possibilidade de manifestar o seu consentimento. Eu preciso analisar o caso concreto, verificar as provas...

BIAL: Pois é, isso que eu ia perguntar. Que tipo de prova uma vítima precisa para prestar esse depoimento?

GABRIELA: Bom, aí nós chegamos na grande dificuldade da prova dos crimes sexuais. E praticamente, Bial, em todos os crimes de violência contra a mulher que acontecem na obscuridade, dentro de casa, em que há o que? A palavra da vítima. É importante saber que nesses casos de estupro, seja por conjunção carnal ou por ato sexual, muitas vezes não há uma marca que expresse que houve uma violência física ou uma conjunção carnal forçada no corpo da vítima ou que ela apresenta, por exemplo, restos de esperma pelo corpo para que seja comprovado que, sim, houve uma conjunção carnal ou qualquer outro ato sexual. Por exemplo, passar a mão nos seios, esfregar o corpo contra a vítima, isso não deixa provas, então muitas vezes a dificuldade da prova é muito grande. Há o que? A palavra da vítima. Há a possibilidade de se fazer laudos periciais psicológicos para verificar se há um estresse pós-traumático por exemplo de um abuso sexual.

BIAL: Na sua experiência como promotora, nos relatos semelhantes aos que a gente ouviu, qual é a reação comum a todas as vítimas de abuso sexual?

GABRIELA: O silêncio. Esse tipo de abuso sexual, esse tipo de violência contra a mulher, ele paralisa, ele silencia a mulher vítima de violência. Ela não consegue reagir porque é como se ela estivesse congelada. Ela fica paralisada. Naquele momento ela não entende o que está acontecendo. E, depois de um tempo – vamos supor, no dia seguinte –, ela se sente muito envergonhada daquilo que aconteceu e começa a perguntar: “por que eu não gritei? Por que eu não saí correndo? Por que eu não reagi?”. Ela não consegue entender como é que ela estava naquela situação, como é que ela foi parar naquela situação, principalmente nos abusos sexuais que não tem aquela violência física e aquela grave ameaça: “se você não transar comigo eu vou te matar” ou segurar a vítima, em que há uma violência presumida. Não entende como ela chegou até aquela situação e por que

ela não reagiu. Então tem a vergonha. Depois tem o sentimento de culpa que é muito grande: será que eu dei margem para que isso acontecesse? Será que eu dei motivo? O que será que eu fiz para merecer esse tipo de conduta? Depois vem a conscientização, e aí o medo de uma exposição na mídia, porque esses casos acabam saindo na mídia, medo do julgamento social que acaba causando sérios danos à saúde física e moral dessa mulher. O medo da falta de credibilidade, muitas vezes da polícia e de todo o sistema de justiça – porque muitas vezes é só a palavra dela, que já vem, via de regra, Bial, depois de um tempo, e aí as pessoas perguntam por que não denunciou antes, por que demorou tanto tempo, há um julgamento de que ela quer aparecer ou ganhar alguma vantagem nisso ou quer prejudicar alguma pessoa. E, ao final, aquele sentimento de injustiça muito grande, aquela vontade de fazer justiça, mas muitas vezes de não ter voz para fazer isso.

BIAL: Nesses últimos anos, houve mudanças jurídicas importantes em relação à violência contra a mulher?

GABRIELA: Houve. Nós tivemos uma modificação recente, a lei 13.718, agora do final de setembro, que traz uma modificação importantíssima. Primeiro que ela cria o crime da importunação sexual, daqueles casos famosos em que houve ejaculação no ônibus e não havia um tipo penal próprio, um crime próprio para isso, e a pena é de 1 a 5 anos. Essa é importante. E aí a última alteração que, entre outras, eu reputo de importante, é a modificação da ação penal, da natureza da ação penal. Por que eu falo isso? Muitos casos de estupro, até agora, essas ações são mediante representação. Ou seja, a vítima tem o prazo de seis meses para falar para as autoridades expressamente “eu quero processar”. Não só fazer o B.O., fazer o B.O. e expressamente falar “eu quero processar aquela pessoa”. Esses seis meses, nós que trabalhamos com crimes de violência contra a mulher, sabemos que é um prazo curto para que toda essa sistemática que eu expliquei de sentimentos causados na vítima sejam ultrapassados. Essa lei veio para falar o seguinte: em todos os crimes contra a liberdade sexual da mulher, contra a dignidade sexual da mulher, que são todos do capítulo da questão de crimes sexuais, os abusos sexuais, são processados mediante ação penal pública incondicionada. Tira a obrigação da vítima de dizer que quer processar e entrega nas mãos da Justiça e do Ministério Público a responsabilidade de processar. Então, a partir do momento que uma autoridade tem conhecimento desses fatos ela é obrigada a instaurar o inquérito policial ou qualquer outro tipo de procedimento investigatório para apuração dos fatos. No meu entendimento, é importantíssimo – eu sei que há entendimentos no sentido contrário – que nesses crimes a responsabilidade de punir e processar seja do Ministério Público independentemente da vontade dessa mulher.

BIAL: Muito obrigado Dra. Gabriela.

GABRIELA: Eu que agradeço. Que essas mulheres deem voz para outras mulheres também.

Corte para a cena de Bial em outro momento falando com a câmera (telespectador).

BIAL: Ontem de manhã nós entramos em contato com a assessoria de imprensa da Casa Dom Ignácio de Loyola, em Abadiânia, para que João de Deus tivesse a oportunidade de dar a sua versão dos fatos. Nosso chefe de redação, Felipe, apresentou à assessora Edna Gomes o teor das alegações.

Corta a cena para a imagem de um telefone com o áudio da ligação entre o chefe de redação e a assessora.

ASSESSORA EDNA GOMES: Ele não tem nada para falar, até porque eu não sei porque você só tá falando, articulando mas você tá me colocando isso e você não tá me colocando a real, o que é que tá...

FELIPE: Como? Eu tô colocando sim, Edna. Assim, são depoimento de mulheres que foram atendidas por ele aí em Abadiânia e se sentiram abusadas sexualmente por ele durante o tratamento espiritual.

ASSESSORA EDNA GOMES: Aham...

Corte para a cena de Bial em outro momento falando com a câmera (telespectador).

BIAL: Depois de nossa solicitação de entrevista, a assessoria de João de Deus pediu tempo para dar uma resposta. Concordamos, adiamos a exibição do programa e voltamos a falar com a assessoria de João de Deus.

Corte a cena para a imagem de um telefone com o áudio da ligação entre o chefe de redação e a assessora.

ASSESSORIA: Realmente não tem condições de falar. A Edna preparou uma nota e vai encaminhar para você.

Corte para a cena de Bial em outro momento falando com a câmera (telespectador).

BIAL: Edna nos mandou a seguinte nota oficial.

Corte para a captura de tela de um e-mail com as seguintes palavras, exatamente:

Comunicado

Há 44 anos, João de Deus atende milhares de pessoas em Abadiânia, praticando o bem por meio de qtratamentos espirituais. Apesar de não ter sido informado dos detalhes da reportagem, ele rechaça veementemente qualquer prática imprópria em seus atendimentos.

Edna Gomes

Assessora de imprensa

Corte para a cena de Bial em outro momento falando com a câmera (telespectador).

BIAL: Como vimos há pouco, João de Deus foi sim informado dos detalhes da reportagem. Nosso convite para que ele responda as alegações está mantido. Até a próxima!

*reprise no sábado no canal GloboNews, 11h10 da manhã

ANEXO 2

PROGRAMA ALTAS HORAS: SERGINHO GROISMAN ENTREVISTA JOÃO DE DEUS

Data de exibição: 10 de setembro de 2020

Tempo total: 18 minutos

Disponível em: <<http://gshow.globo.com/TV-Anhanguera/noticia/2016/09/serginho-groisman-entrevista-o-medium-joao-de-deus.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Serginho Groisman, no palco do Altas Horas, fala olhando para a câmera:

SERGINHO GROISMAN: Olha, eu fui até Abadiânia para entrevistar o João de Deus. Para que vocês saibam um pouco, antes da entrevista, quem é ele, a gente fez um pequeno texto. Vamos lá, por favor.

Corte para imagens de João de Deus na Casa Dom Inácio de Loyola, com narração em off do apresentador:

João Teixeira de Faria, mais conhecido como “João de Deus”, nasceu na pequena cidade de Cachoeira da Fumaça no interior de Goiás. Trabalhou como alfaiate ao lado do pai e aos nove anos teve a primeira manifestação espiritual, a premonição de uma forte tempestade que devastou parte de uma cidade da região. João seguiu com as premonições, mas foi só na adolescência que foi orientado a usar o seu poder para curar as pessoas. Desde então, as cirurgias espirituais têm sido a grande missão da sua vida. No final dos anos 70, João de Deus se estabeleceu em Abadiânia, município perto de Goiânia, e fundou a Casa Dom Inácio de Loyola. Há 40 anos, o médium atende perto de 2 mil pessoas por dia vindas de todos os lugares do mundo, principalmente da Europa, Estados Unidos e Ásia, que se submetem aos procedimentos sem anestesia sob a mentoria de entidades médicas, Dr. Augusto de Almeida, Dom Inácio, Oswaldo Cruz e Xavier. Políticos, empresários, atletas e artistas famosos já se submeteram às cirurgias espirituais, mas todos precisam ficar nas filas para serem atendidos. Milhões de pessoas já receberam tratamento, números e fé que só aumentam.

Corte de volta para o palco.

SERGINHO GROISMAN: Muito bem. Eu fui até Abadiânia, perto de Goiânia. Lá, fui super bem recebido. Ali são várias salas. Numa sala estão pessoas todas de branco, com os olhos fechados, que estão indo pela primeira vez. Numa outra sala, pessoas que estão voltando para uma segunda cirurgia, se necessário. Outra sala, com pessoas que levam fotos por pessoas que não podem ir. Um astral bom porque todo mundo, na verdade, está indo lá porque acha que vai melhorar. É um ambiente muito...de alto astral. E agora então eu vou mostrar essa entrevista que foi feita com o João de Deus. É rara a entrevista com ele, por isso agradeço a possibilidade. Vamos ver.

Corte para a entrevista que já havia sido gravada.

Serginho Groisman e João de Deus sentados, lado a lado, ambos vestindo roupa branca, em uma varanda com vista para a natureza.

SERGINHO GROISMAN: Primeiro muito obrigado por me receber aqui nessa Casa. Eu estou há dois dias aqui, participei, vi, testemunhei e senti, em uma parte da tarde e em uma parte da manhã, coisas realmente incríveis. Mas coisas que, assim, eu já percebia e já sabia. Tenho uma curiosidade que eu queria que você falasse. Como eu dei uma saída, houve uma recomendação que eu não ouvi, que era assim “fique com os olhos fechados”. Mas, como eu não ouvi isso, e eu estava vindo pela primeira vez, eu fiquei de olhos abertos também, entre momentos de relaxamento e de tranquilidade, porque eu não conseguia deixar de observar o trabalho teu e a relação das pessoas. Primeiro eu queria dizer assim, que se sente um silêncio que não é um silêncio comum, é um silêncio compactuado com centenas de pessoas que estão lá, com muito respeito, e todas com muita alegria. Alegria mesmo. Alegria de poder encontrar você e a entidade. Então eu queria começar falando isso e agradecer por você me receber. E perguntar desde quando você percebeu que tinha essa vocação?

JOÃO DE DEUS: Isto eu tava com idade de oito anos, numa cidade do norte de Goiás, e eu sou devoto de Santa Rita de Cássia, desde pequenininho sempre Santa Rita de Cássia, Santa Rita de Cássia... E eu saindo da minha casa para ir para outra cidade eu falei que ia chover deu uma chuva que quase acabou com a cidade toda. E aí começou. Eu era um menino, as pessoas chegavam, eu falava uma coisa, falava outra, foi juntando aquela multidão de pessoas. Foi com oito anos de idade que começou essa missão.

SERGINHO GROISMAN: Mas quando é que você percebeu que você incorporava pessoas já desencarnadas, pessoas que já se foram?

JOÃO DE DEUS: Isto foi em Campo Grande a primeira vez que uma entidade...que eu recebi uma entidade e a entidade fez uma operação, lá em uma casa espiritualista do Sr. Chicão em Campo Grande, há quase 50 anos atrás. Eu cheguei, tava aquela multidão de gente, cheguei, recebi a entidade, atendeu, marcou pro outro dia e não parou mais, tá até hoje atendendo o povo. Conheci todas as capitais do Brasil, conheci vários países em missão. Mas eu falo que nunca curei ninguém, quem cura é Deus. Ai você fala assim, “espírito”... Eu nasci em berço católico, sou devoto de Santa Rita de Cássia. Eles falam que eu sou um espiritualista, mas eu acredito muito nos olhos de Deus.

SERGINHO GROISMAN: Eu vejo aqui... O que eu percebi é que a sua indicação é assim – eu vi até a entidade dando uma, entre aspas, bronca numa pessoa que, pelo que eu entendi, falou assim “não, eu vou deixar o médico, porque o senhor tem me feito muito bem” e ela recebeu quase uma bronca, “não largue o médico, não deixe o médico”. Então eu queria, por favor, que você falasse um pouco disso. Tem gente que acha que a cura espiritual em si já é suficiente.

JOÃO DE DEUS: Eu estou nessa missão há vários anos, mas é um trabalho tão bonito uma pessoa vir de um trabalho espiritual e depois volta no seu médico, o médico olhando, fazendo tratamento, e o médico fala assim “você está curado”. E aí fala que quem curou foi o médico, só que o médico é um missionário de Deus, ele tem o equilíbrio, só que ele tem o curso superior, e é tão bonito as pessoas receberem um trabalho espiritual e ir no médico pro médico chegar e dar alta. Então eu acho que todas as pessoas que passa por um trabalho espiritual deve ir nos médicos.

SERGINHO GROISMAN: Você teve recentemente um problema, né? De câncer. Isso se tornou público há pouco tempo. Isso foi feito, assim, de uma maneira muito discreta. E, claro, seguindo até seu próprio conselho, você foi aos médicos. Você percebeu isso de que maneira? E, o que eu ouvi, de pessoas que não acreditam, é “por que ele não se auto consultou?”, “por que a entidade não fez um trabalho?”.

JOÃO DE DEUS: Porque o barbeiro não corta o cabelo dele, né? É isso daí. E eu acredito muito nos médicos. Eu acho que todas as pessoas que tá nos trabalhos espirituais deve ir aos médicos. Toda hora que eu vou pra outro país eu faço um check-up, a hora que eu fiz esse check-up o médico falou que eu não tinha nada, eu mostrava “aqui tem um trem me beliscando” e ele chegou e falou assim pra mim “mas você não tem nada”, eu falei “tenho, eu quero que você enfie aquele negócio pela boca que vocês vão achar um negócio aí dentro”, foi isso e “você tem de 5 a 15 dias de vida”. Eu falei “mas eu quero que me abra agora”, aí eu virei tava o Kalil, tava os outros médicos, né, que são os missionários de Deus, e eu falei “ó, pode me abrir”. Eu falei “se vocês verem que eu vou morrer, primeira coisa vocês tiram meus olhos e dá pra uma pessoa, faz uma doação”. Tô aqui vivo.

SERGINHO GROISMAN: Agora, João, quais são os momentos em que o João se emociona? Porque as pessoas vendo o teu trabalho, elas se emocionam muito.

JOÃO DE DEUS: Isto porque eu não estou... não é pelo amor, eu estou em uma missão que Deus me deu e eu vou até o fim. O médico falou que eu vou durar vinte anos, eu quero mais cinco pra mim plantar aqui e deixar uma história aqui em Abadiânia.

SERGINHO GROISMAN: Essas histórias são únicas, não é? O Chico Xavier... são histórias únicas. Essas histórias não se... Você não pode chegar pra uma pessoa, acredito, e falar “ó, você vai seguir o meu caminho”. Ou pode?

JOÃO DE DEUS: Eu acho que todos que estão aqui, está numa missão. Eu não vou falar que eu vou escolher, mas os olhos de Deus vai escolher. Quem sabe o que pode ter, que outra pessoa pode assumir. Mas eu acho difícil, é igual Chico Xavier. Outro Chico Xavier, só daqui 600 anos. É o papa do espiritismo.

SERGINHO GROISMAN: O Chico escrevia, psicografava, então existem maneiras diferentes, acredito, de você expor o teu dom, não é? Eu vi você, ontem, incorporando uma entidade, hoje, outra entidade. Então eu queria fazer duas perguntas. Uma é a seguinte: como é que o João sente quando é incorporado? E essas entidades são sempre as mesmas que frequentam, entre aspas, o João?

JOÃO DE DEUS: Eu acredito muito num poder maior. Eu acredito no poder de Deus. Eu sou apenas um aparelho. Que Deus faça de mim o que quiser. Não tem esse negócio “essa entidade”. A entidade vem para desempenhar o trabalho.

SERGINHO GROISMAN: Existem médiuns que recebem só uma entidade?

JOÃO DE DEUS: Eu acho que, se é médium, é pau pra toda obra.

SERGINHO GROISMAN: A outra pergunta é assim: existe uma mistura entre o João e a entidade no momento em que você está trabalhando ou você não tem consciência? Isso é uma coisa que tem muita curiosidade.

JOÃO DE DEUS: Eu queria ser consciente do que se passa porque aí eu ficava sabendo até da sua vida.

SERGINHO GROISMAN: É inconsciente?

JOÃO DE DEUS: É.

SERGINHO GROISMAN: Existem pessoas que vêm do mundo inteiro. Eu percebo que tem um trabalho aqui dentro de acompanhamento das pessoas que são muito gentis, muito bem preparadas, em receber essas pessoas. E aqui eu também percebi assim, não existe uma questão de hierarquia, se você tem mais dinheiro ou menos dinheiro, não importa, é pra todo mundo ir de branco, todo mundo na fila. Essa preparação com as outras pessoas, você também que coordena tudo isso?

JOÃO DE DEUS: Não, isso a pessoa se prepara lá na sua casa e o médium que se prepara por si mesmo. Eu acho que aqui não tem mestre. Mestre é só um, o poder de Deus. Nem palestra eu faço para as pessoas que me acompanham. Não tem isso não.

SERGINHO GROISMAN: Eu sei que você viaja pra fora. Agora tem uma viagem marcada pra Nova York, onde já tem 12 mil pessoas, parece, esperando você. Você quando sai daqui, que é um ninho, é a sua casa, é o seu conforto, tudo acontece igual? Ou de alguma maneira o João, quando viaja, ele tem os detalhes do aconchego da casa mais forte do que lá fora?

JOÃO DE DEUS: Pra mim na hora é dormir, né, inconsciente. Pra mim é normal.

SERGINHO GROISMAN: João, você acha que os médicos, de um modo geral, deviam se aproximar mais da questão espiritual?

JOÃO DE DEUS: Isso cada um tem o seu dom. Cada um tem a sua fé. Eu acho que o trabalho que eles faz já são missionário. Um dom por Deus que eu admiro. Eu não estudei, não sou um médico porque não tive condições, mas eu admiro os médicos e as pessoas que praticam pelo bem.

SERGINHO GROISMAN: Existem várias salas aqui, né? E daí existe uma sala final, onde você está. Nessa sala final, eu vi que as pessoas que estão lá não são pessoas só que vieram pedir, elas estão contribuindo para a energia da casa, é isso? Eu entendi direito?

JOÃO DE DEUS: Pra receber um tratamento, um trabalho de limpeza, um trabalho de obsessão, a hora que chega na entidade já chega limpo.

SERGINHO GROISMAN: Mas aquelas pessoas que estão sentadas...

JOÃO DE DEUS: Ali tá recebendo energia, tá em concentração e tá dando energia também.

SERGINHO GROISMAN: Quer dizer, ali são pessoas que frequentemente vêm aqui?

JOÃO DE DEUS: Ali tem pessoas que tá do mundo inteiro que tá ali sentada. Tem pessoas que demora aí seis meses, um ano, mas tem pessoas que me acompanha aqui há quarenta anos, que vem todo mês, outros demora seis meses. Igual você viu ali eu falei com aquele menino ali, o garimpeiro, ele me acompanha antes de nascer, porque foi a

mãe dele que eu conheci, depois que ele nasceu ele me acompanha até hoje, e tá aí com seus 50 anos.

SERGINHO GROISMAN: Saiu em lágrimas, lágrimas de alegria. Muita gente acha que as pessoas que vêm aqui são pessoas sem perspectiva. É o que dizem fora. Eu percebi que não. As pessoas vêm aqui e, como elas estão na fila, primeiro elas estão muito ansiosas, não por elas, pra ver João. Você tem ideia disso? Da importância que você adquiriu perante as pessoas. Porque as pessoas vêm – claro que elas querem ficar bem – mas elas sabem quem elas vêm ver.

JOÃO DE DEUS: Eu tenho certeza que aqui e em toda parte tem o poder de Deus. Eu acredito no poder da luz. Eu acredito no poder dessa energia, em toda parte, e se as pessoas vêm com fé, eles têm de levar. Não é o João, é o poder de Deus. Eu sou apenas um endividado.

SERGINHO GROISMAN: Mas João, você tem clareza da importância que você tá tendo?

JOÃO DE DEUS: Ué, dormir eu fico... Na hora eu não tô vendo nada. Pra mim é a mesma coisa de você chegar numa festa, embriagar, vai dormir... É isso daí.

SERGINHO GROISMAN: Como é que você vê essas duas coisas, a fé e as outras religiões?

JOÃO DE DEUS: Pra mim, todas as religiões são boas, maus são os dirigentes que não sabem dirigir. Eu acredito em tudo. O que vai ali eu respeito.

SERGINHO GROISMAN: Você trabalha de manhã, à tarde, recebendo centenas de pessoas todos os dias. A entidade tem que fazer a fila andar, não é? Eu vi aqui, só ontem e hoje, deve chegar a mais de mil pessoas, bem mais de mil pessoas. Você e a entidade foram chegando num acordo a respeito de como receber cada pessoa? Porque é uma coisa assim... As pessoas saem muito felizes apesar de ser breve. Vocês chegaram num acordo? Como é esse jeito?

JOÃO DE DEUS: Olha, eu recebo essas energias duas horas, três horas da manhã. Eu faço a concentração de agradecimento desses pedido que as pessoas faz, desses papéis, pedidos, duas horas da manhã eu faço a entrega desses pedidos para um ser maior. Eu acredito – de vez em quando eu vejo, né – mas é o que eu te falo... Eu acredito muito em Deus, é Ele, é Ele que está presente, porque através Dele eu não sou nada, nem os bons espíritos também, sem através de Deus, como que isso pode aproximar? Então é Deus.

SERGINHO GROISMAN: O João tem uma família, né? Tem uma família com um nenêzinho. A relação da família em relação às entidades... Como é isso?

JOÃO DE DEUS: A Ana ela veio aqui desde criança, depois estudou, se formou, tem o curso superior, e depois que o meu caçula, né, que tá com 34 anos de idade, o mais velho tá com 50, depois de 32 anos, a entidade falar assim “ela vai ter um filho, vai ter um filho”, e fui conversando nessa brincadeira, eu falei “como que vai ter um filho?”, eu sou operado, né. O filho nasceu. Tá aí uma menina de um ano e dois meses. E tô esperando, mas vou querer mais dois. E vai vim mesmo.

SERGINHO GROISMAN: João, eu queria então agradecer muito pela recepção que eu tive aqui e o fato de você conversar com a gente.

JOÃO DE DEUS: Eu agradeço você por esse momento. Eu sei que você vai jogar isso no ar e é através de você que eu vou entrar na casa dessas pessoas. Eu tenho a dizer: nunca curei ninguém, o que cura é Deus, acredita nesse verdadeiro, é Ele que cura. Não é religião, é os olhos de Deus, é a natureza, é aquela bola de fogo, aquele equilíbrio, é isso que cura. Eu tenho certeza que eu tenho essa energia que Deus me confiou. E neste momento que mãe Maria Santíssima, com o poder desse arquiteto maior, cubra você e a sua família e todos que estão me ouvindo. Que a paz de Deus esteja com todos.

SERGINHO GROISMAN: Muito obrigado, João.

ANEXO 3

FANTÁSTICO: “TRABALHO DE MÉDIUM BRASILEIRO ATRAI PESSOAS ATÉ DO EXTERIOR”

Data de exibição: 01 de abril de 2012

Tempo total: 07 minutos

Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/1884383/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Zeca Camargo: Agora vamos acompanhar a romaria de pessoas que vem até do exterior para se tratar com um médium brasileiro. Por que elas acreditam que ele tem o poder da cura?

Renata Ceribelli: Esta semana até a mais famosa apresentadora de televisão dos Estados Unidos veio falar com ele.

Imagens da Casa Dom Inácio de Loyola e do programa The Oprah Winfrey Show com narração em off:

Uma multidão de branco reunida em um templo. Dentro dessa sala quase escondida está Oprah Winfrey. O que a apresentadora de televisão mais famosa do mundo, dona de uma fortuna de quase 3 bilhões de dólares, veio fazer no interior de Goiás? Em dezembro de 2010, a americana exibiu no extinto The Oprah Winfrey Show uma reportagem gravada pela equipe do programa sobre o médium João de Deus que realiza supostas cirurgias espirituais na cidade de Abadiânia, a 115 km de Brasília. Ela ficou tão impressionada que quis conhecê-lo pessoalmente. O encontro aconteceu na última quinta-feira. Depois da visita, Oprah contou aos jornalistas que ao assistir uma das cirurgias espirituais pensou que fosse desmaiar. “Foi incrível, não tenho palavras”, disse ela.

Oprah Winfrey entrando no carro e sendo abordada por jornalistas: I don’t have the words for it yeat (Eu não tenho palavras para descrever isso ainda).

Continua a narração em off:

Mas quem é o homem que deixou a comunicadora sem palavras? João de Deus nasceu João Teixeira de Faria. Ele é goiano, alfaiate, não sabe ler nem escrever, tem quase setenta anos de idade e diz que é médium há mais de cinquenta. Em 1976, abriu as portas da Casa Dom Inácio de Loyola, onde, segundo conta, incorpora entidades espirituais capazes de operar como médiuns, tratar e curar doentes.

João de Deus em entrevista ao Fantástico: Aí cê fala assim: que força é essa? Eu falo: é a força de Deus, porque eu não tive professor, professor é Deus.

Narração em off com imagens do ex-presidente Lula durante tratamento de câncer:

João de Deus chegou a visitar o ex-presidente Lula no início do ano, no hospital Sírio Libanês, quando ele se recuperava de um câncer. A assessoria de Lula, no entanto, não confirma se houve tratamento espiritual.

Imagens de João de Deus prestando atendimentos espirituais e realizando cirurgia:

João de Deus à “paciente”: Se sentir dor, cê fala que tá sentindo.

Narração em off:

Sem anestesia, ele faz um corte na barriga desta mulher que veio do Rio Grande do Sul. A expressão é de dor.

Repórter conversa com a mulher, Camila Dri, que se recupera em um leito depois da cirurgia:

Repórter: Ele tirou o que de você?

Camila Dri, “paciente”: Olha, na verdade foi só uma raspagem que ele falou, né, que ia fazer que eu tinha uma infecção ali. A hora que ele puxou o ponto ali ardeu, mas nada de dor assim, como se fosse um corte mesmo, sabe? Isso não.

Repórter: E pra quem não acredita, o que você tem a dizer?

Camila Dri: Olha, pra quem não acredita nenhuma palavra basta. É fé mesmo.

Repórter Camila Bonfim in loco na Casa Dom Inácio de Loyola: Essa espécie de hospital espiritual recebe cerca de mil pessoas por dia. Elas acompanham palestras, recebem diagnósticos e até prescrição do médium.

Entrevista com visitantes da Casa Dom Inácio de Loyola (estilo “povo fala”):

Visitante 1 (mulher): Eu vim porque eu sou diabética, vim ver se através das orações, do tratamento espiritual, eu consigo sair desse monte de medicação que eu tomo.

Visitante 2 (mulher): É a primeira vez minha. Eu não imaginava que fosse ver tanta gente da Suíça, da Alemanha, dos Estados Unidos, Austrália, muita gente.

Narração em off:

A presença de estrangeiros é tão grande que não faltam placas bilíngues em Abadiânia. Os colaboradores de João de Deus também estão preparados para orientar as meditações em inglês e até em alemão.

Repórter Camila Bonfim in loco em Abadiânia: A fé dos turistas mudou a economia da pequena cidade de Abadiânia. Nos arredores da Casa Dom Inácio de Loyola praticamente só existem pousadas, hotéis e lojas, que sobrevivem da intensa procura das pessoas que passam dias em tratamentos espirituais.

Narração em off com imagens de João de Deus em atendimentos espirituais e da farmácia Dom Inácio de Loyola:

As consultas não são cobradas, mas ao lado da Casa funciona uma farmácia que só aceita pagamento em dinheiro.

João de Deus em entrevista ao Fantástico: Eu não tenho nada contra a igreja que recebe seu dízimo, eu não tenho nada contra a doação que eles faz para as igrejas. Cada um é a consciência da pessoa.

Narração em off com imagens de João de Deus realizando cirurgias físicas:

Os métodos de João de Deus já foram questionados e viraram até caso de polícia. Está sendo investigada, a pedido do Ministério Público, em Abadiânia, a morte da austríaca

Martha Hautrauscher, de 58 anos. Segundo testemunhas, no dia 2 de fevereiro passado, ela passou mal e morreu dentro da Casa Dom Inácio de Loyola. Os funcionários afirmam que na data João de Deus estava fora. O delegado que investiga o caso percebeu dois atos ilegais nesse episódio.

Delegado Manoel Vanderic: O corpo foi transferido da Casa em Abadiânia diretamente pra Goiânia. Um fato que é proibido por lei municipal, já que o serviço deveria ter sido realizado por uma agência funerária da cidade. E o fato também de ter sido um carro descaracterizado chamou muito a atenção.

Narração em off com imagens da Casa Dom Inácio de Loyola:

Outra morte suspeita aconteceu em 2003. Esse jornal de Goiânia [Jornal Opção] disse que o americano Rabier Vila Augustos, que lutava contra a aids, trocou o tratamento médico pelo espiritual. O caso ainda está em fase de inquérito. O Conselho Federal de Medicina faz um alerta.

Carlos Vital, vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, em entrevista ao Fantástico: A prática religiosa não pode ser exercida de modo inseguro à saúde do cidadão. Cirurgias em ambientes contaminados, transcrições terapêuticos indevidas, suspensão de tratamentos médicos, configuram-se como formas temerárias de manifestação religiosa e, naturalmente, adentram o campo da ilegalidade.

Narração em off com imagens de João de Deus sendo entrevistado para o Fantástico:

O médium também defende que os remédios convencionais não sejam abandonados durante o tratamento.

João de Deus em entrevista ao Fantástico: Eu peço que todas as pessoas que tá recebendo essa energia de Deus que vá aos médicos, use os remédios que os médicos pede.

Narração em off com imagens de João de Deus durante atendimentos espirituais:

Segundo a polícia, o médium também responde à ação penal por atentado violento ao pudor. O processo corre em sigilo. João de Deus nega todas as denúncias. Já tem compromissos internacionais agendados e continua atraindo uma multidão que se impressiona com casos como o desse alemão.

Imagens de um homem claramente debilitado andando devagar ao lado de João de Deus.

Depois de um acidente de trabalho, ele ficou sem andar por 10 anos, está há cinco meses na Casa Dom Inácio de Loyola e hoje já consegue dar alguns passos.

Carlos Vital, vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, em entrevista ao Fantástico: Configura-se aí, se o indivíduo não é médico, não faz das formas corretas, um exercício indevido e ilegal da medicina.

Visitante 1 (mulher): É esperança. É a última luzinha no final do túnel.

Anexo 4

Publicação do Facebook de Zahira Lieneke Mous

Data de publicação: 17 de maio de 2018

“Este post (compartilhável) é para expor João Teixeira de Faria como uma fraude e um molestador sexual, também conhecido como “curador João de Deus”, do Brasil. Eu agora sou CORAJOSA o suficiente e tenho que falar minha verdade, apesar do que as pessoas possam pensar!

Nos últimos quatro anos eu venho olhando para a raiva e comecei a explorar isso e transformar meus pensamentos condicionados a entendê-la como uma coisa ruim na ideia da raiva como uma emoção essencial, que precisa ser expressada. Quando eu fui enganada há 4 anos, em junho de 2014, foi a primeira vez que minha fúria começou a aparecer. Eu permiti isso. Eu e a raiva estivemos em uma jornada nos últimos 4 anos. Explorando como expressá-la, por meio de dinâmicas de meditação, por meio da prática da consciência e da catarse consciente. Mas também a repreendendo. Escondendo um profundo e obscuro segredo. Protegendo a quem? Definitivamente, não a mim mesma.

O último mês na Índia me despertou de muitas formas. Minha raiva e esse segredo que eu segurei dentro de mim vieram à tona. 4 anos atrás, quando eu vivia um de meus momentos mais vulneráveis, eu viajei a Abadiânia para ver o internacionalmente conhecido “curador” pelo nome de João de Deus. Eu havia assistido muitos vídeos dele e de seu trabalho no Youtube, eu li dois livros e eu assisti atentamente à entrevista da Oprah com ele.

Quando você entra na fila em frente ao João incorporado por uma entidade (mas ele não está sempre incorporado e muitas pessoas não percebem isso), você chega com um máximo de três pedidos. Um dos meus era curar meu trauma sexual. A “entidade” me disse para encontrar com João em pessoa. (Enquanto eu escrevo isto, a palma de minhas mãos está suando e o meu coração está pulando em meu peito).

Eu esperei na fila de mulheres (!) do lado de fora de seu escritório para uma “consulta” individual. E eu era a última. Eu entrei. Ele me perguntou por que eu estava ali. Os funcionários saíram. Agora eu estava sozinha com ele. Enquanto eu contava a ele que queria curar o meu trauma sexual, ele acenou com a cabeça e se levantou e pediu que eu ficasse à sua frente com minhas costas viradas para ele. Ele tocou meu corpo. Ele me cheirou. Eu admirava aquele homem e esperava um milagre.

Simultaneamente, algo me tomou, um sentimento de que ele era um homem sujo, mas eu continuava acreditando nos seus poderes de cura. Ele me levou até o banheiro de seu escritório. Ele me colocou de frente ao espelho e me perguntou o que eu via. Eu não sei o que ele queria dizer. “Hum... Eu?”

Ele se posicionou atrás de mim, pegou minha mãe e colocou em seu pênis. Eu congelei... Que merda estava acontecendo? Ele então me moveu. Ele se sentou em uma cadeira grande e confortável e me colocou de joelhos à sua frente. Ele colocou minha mãe no seu pênis e moveu minha mão com a sua mão e me disse para sorrir e ficar alegre. Eu estava com repulsa. E congelada. “Que merda é essa”, “que merda é essa”, eu pensava. Ele falava sobre energia e meus chacras. Eu acreditava em milagres. O meu trauma desapareceria por meio daquilo? Ele ejaculou. Me disse para dar uma toalha a ele e para lavar minhas mãos. Ele me disse para ir até o seu escritório. Ele me deu pedras preciosas como presente. Eu estava sentada congelada no sofá. Me sentindo tão suja, olhando para aquelas pedras.

Uma mulher, membro de sua equipe, entrou nesse momento e ela me olhou com uma cara de raiva e desconfiança. E tudo o que eu queria dizer era “SOCORRO”, mas eu estava muda... Que merda é essa? Eventualmente eu fui embora. Eu não sei como, é um buraco negro em minha memória. Eu me lembro dele dizendo “você é sempre bem-vinda aqui”. Eu ganhei privilégios especiais de entrar pela porta de trás nas salas de cura da casa. Todos os dias eu me sentava na cadeira grande por oito horas com meus olhos fechados. Ajudando as entidades a virem através de mim para ajudar outras pessoas a se curarem. Eu tusso, eu me emociono, eu quase vomito. Eu sinto a doença passando por mim. Eu sinto a dor das pessoas e do coração. Eu sinto que estou fazendo algo importante.

Algumas vezes ele me chama para dar assistência em cirurgias físicas. Um dia, durante a cirurgia, eu estou segurando a bandeja. E a luz mais brilhante que eu já havia visto se abriu em mim / sobre mim. Era o sentimento da Consciência de Cristo. Existe mesmo, mesmo, luzes brilhantes no trabalho da Casa, mas qualquer um que trabalhe com energia saberá que quando mais brilhante a luz, mais sombria a escuridão é também.

E eu escondi. Eu escondi esse segredo horrível. Eu senti medo que algo ruim aconteceria comigo pela escuridão que eu senti ao redor dele e de alguns membros de sua equipe.

Por causa da luz das entidades e das lindas conexões com outros seres humanos eu continuei na bolha. Eu estou sendo treinada como uma médium. E novamente eu me sinto como se estivesse fazendo algo valioso com a minha vida.

Em outro dia em seu escritório (como/por que eu fui parar lá dessa vez, eu não me lembro), ele me colocou em seu banheiro. Enfiou sua língua em minha garganta. Me virou. Abaixou minhas calças e enfiou seu pênis na minha bunda. Ele ejaculou. E me deu uma toalha. Meu pensamento é: o que aconteceria se eu engravidasse? Apenas um congelamento total.

Depois de cinco semanas que eu fui embora de Abadiânia. Quando eu estava longe de qualquer sinal daquele lugar, eu confiei na mulher que eu conheci lá e tinha começado a namorar. Quando nós estávamos longe e dois meses depois, eu contei a ela o que aconteceu. Nós duas nunca voltamos.

Eu tenho estado apavorada até agora. Medo do julgamento sem fim. Mas o medo não está me levando a qualquer lugar. A verdade precisa sair. Isso vai me libertar. Isso vai liberar outras. Obrigada, RoseMcGowan, por me encorajar com seu livro “BRAVE”. Obrigada Brene Brown for “Braving the Wilderness”.

Eu estou usando minha raiva, minha fúria (obrigada Tracee Ellis Ross!) como combustível de ação. Eu estou cansada de ser uma vítima. Eu preciso me levantar. Nós, mulheres, precisamos nos levantar.

Eu fiz esse post público para que ele possa ser compartilhado e, eu espero, dar suporte a outras mulheres e meninas que foram estupradas e abusadas sexual por “João de Deus”. Vamos fazer a hashtag #ExposeJohnOfGod se tornar global.”